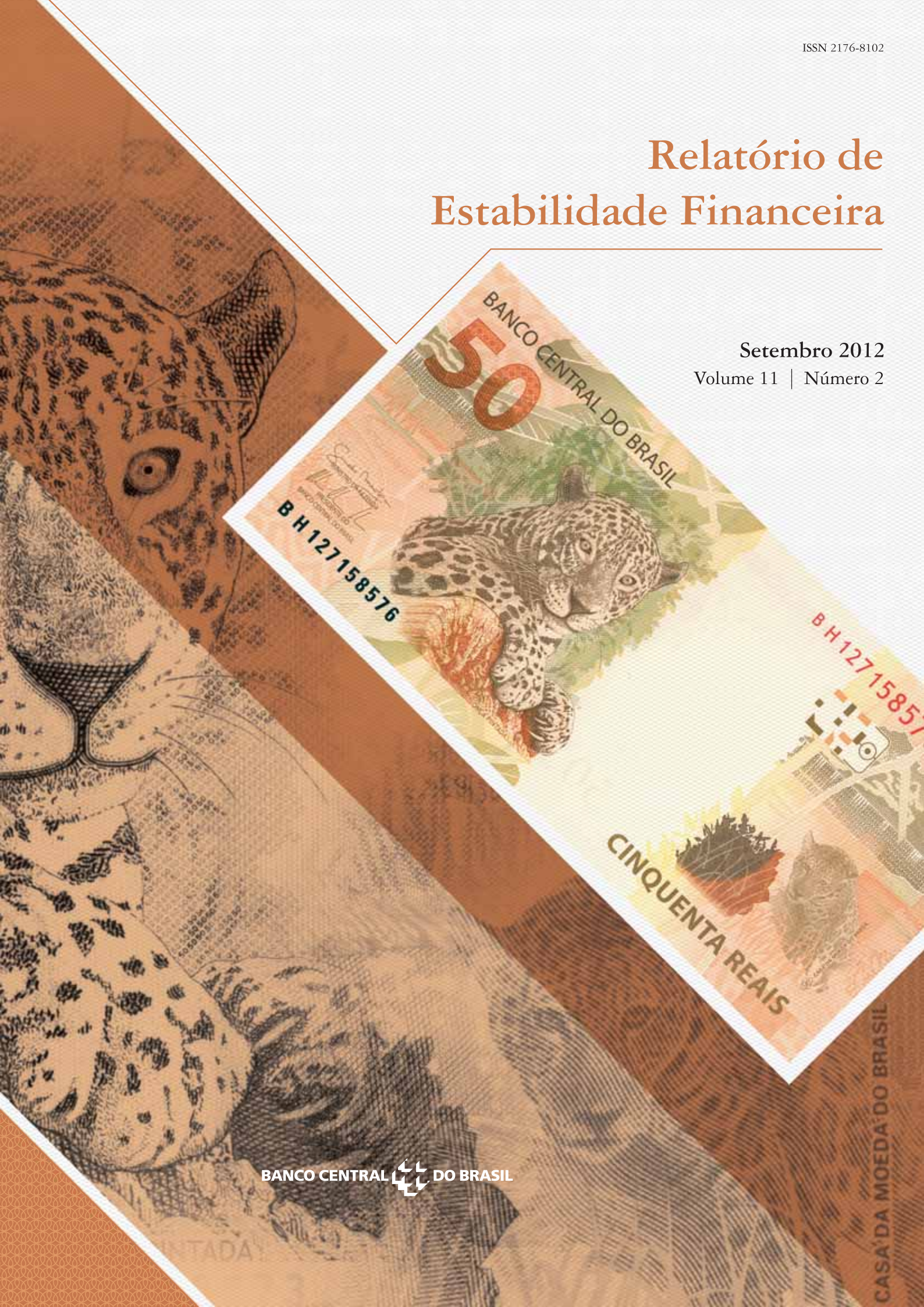
ISSN 2176-8102

Relatório de Estabilidade Financeira

Setembro 2012
Volume 11 | Número 2



BANCO CENTRAL DO BRASIL

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Relatório de Estabilidade Financeira

Setembro 2012
Volume 11 | Número 2

ISSN 2176-8102
CNPJ 00.038.166/0001-05

Relatório de Estabilidade Financeira	Brasília	v. 11	nº 2	set.	2012	p. 1-63

Relatório de Estabilidade Financeira

Publicação semestral do Banco Central do Brasil (BCB)

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Relatório de Estabilidade Financeira, volume 11, nº 2.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes das tabelas e dos gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Central de Atendimento ao Público

Banco Central do Brasil
Secre/Surel/Diate
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo
70074-900 Brasília – DF
DDG: 0800 9792345
Fax: (61) 3414-2553
Internet: <http://www.bcb.gov.br>

Sumário

Prefácio 5

Sumário executivo 6

1 Ambiente macroeconômico e financeiro 8

2 Sistema bancário 14

2.1 Introdução 14
2.2 Liquidez 15
2.3 Crédito 18
2.4 Rentabilidade 26
2.5 Solvência 29
2.6 Testes de estresse 33
2.6.1 Testes de estresse nas condições macroeconômicas 33
2.6.2 Análise de sensibilidade 34

3 Sistema de Pagamentos Brasileiro 36

3.1 Desempenho dos sistemas de transferência de fundos 36
3.2 Desempenho dos sistemas de compensação e de liquidação de títulos, valores mobiliários, derivativos e câmbio 38

4 Organização do Sistema Financeiro Nacional 44

4.1 Introdução 44
4.2 Instituições bancárias 44
4.3 Níveis de concentração no Sistema Financeiro Nacional 45
4.4 Instituições não bancárias 46
4.5 Participação estrangeira no Sistema Financeiro Nacional 46
4.6 Participação de instituições financeiras brasileiras no exterior 47

5 Regulação do Sistema Financeiro Nacional 48

5.1 Gestão de liquidez 48
5.2 Atos de concentração 48

5.3 Participações societárias 49
5.4 Dependências 49
5.5 Sistemas internos para risco de crédito 49
5.6 Registro das garantias 50
5.7 Propostas de regulação prudencial colocadas em audiência pública 50
5.8 Monitoramento do risco de crédito 50
5.9 Informações de dependências e participações societárias no exterior 51
5.10 Recebimento antecipado de exportação 51
5.11 ACC exportação 52
5.12 Novo Sistema Câmbio 52
5.13 Responsabilidade socioambiental das instituições do sistema financeiro 52
5.14 Novo estatuto e regulamento do Fundo Garantidor de Créditos 53

Boxes

Resultados do FSAP 35
Princípios para Infraestruturas do Mercado Financeiro 41
Dez Anos da Reestruturação do Sistema de Pagamentos Brasileiro 42
Trabalhos para Discussão que Versam sobre Estabilidade Financeira 54

Apêndice 55

Anexo 60

Prefácio

O Relatório de Estabilidade Financeira (REF) é uma publicação semestral do Banco Central do Brasil (BCB) destinada a apresentar, com foco no risco sistêmico, os principais resultados das análises sobre o Sistema Financeiro Nacional (SFN), especialmente com respeito à sua dinâmica recente, às perspectivas para os próximos anos e ao grau de resiliência a eventuais choques na economia brasileira ou no próprio sistema. Esta edição concentra-se nos eventos ocorridos no primeiro semestre de 2012.[1]

Este relatório é constituído por cinco capítulos. No primeiro capítulo, Ambiente macroeconômico e financeiro, é realizada a análise dos principais mercados internacionais e o seu reflexo no mercado financeiro nacional. O segundo capítulo, Sistema bancário, apresenta um panorama da exposição a riscos, da rentabilidade e da solvência das instituições e dos conglomerados que compõem o sistema bancário brasileiro. Os testes de estresse de risco de mercado e de crédito e seus reflexos sobre a situação de solvência das instituições estão incluídos nesse capítulo. No terceiro capítulo, Sistema de Pagamentos Brasileiro, é descrito o resultado da avaliação acerca do funcionamento do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e do desempenho dos sistemas de liquidação, as principais atividades e avanços ocorridos no período, o comportamento da liquidez intradia e o resultado dos testes de estresse dos sistemas de compensação e de liquidação de títulos e valores mobiliários, de derivativos e de câmbio interbancário. O quarto capítulo, Organização do Sistema Financeiro Nacional, analisa as principais alterações ocorridas no controle acionário de instituições financeiras. O quinto capítulo, Regulação do Sistema Financeiro Nacional, trata das principais normas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo BCB para regular o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Ademais, nesta edição são apresentados três boxes. O primeiro, sobre o *Financial Sector Assesment Program* (FSAP) conduzido pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O segundo, sobre princípios para infraestruturas do mercado financeiro. O terceiro, sobre os dez anos da reestruturação do SPB.

O relatório em PDF bem como a base de dados utilizada para a elaboração dos gráficos e tabelas estão disponíveis no endereço eletrônico <www.bcb.gov.br>.

1/ Neste relatório, foi utilizada a data-base de 30 de junho de 2012 para os documentos contábeis. Eventuais divergências em relação à edição anterior e a outras publicações do BCB são decorrentes de substituições de documentos pelas instituições financeiras.

Sumário executivo

O cenário econômico mundial permaneceu incerto no primeiro semestre de 2012. No primeiro trimestre, houve melhora nas perspectivas, refletindo tanto a consolidação da percepção positiva em relação à atividade econômica nos Estados Unidos (EUA) quanto a maior confiança na superação das dificuldades na Área do Euro.

No segundo trimestre, contudo, o recrudescimento da crise europeia, decorrente do impasse político na Grécia e dos sinais de fragilidade do sistema bancário espanhol, provocou novo aumento da volatilidade nos mercados financeiros internacionais. Ademais, as evidências de desaquecimento nos EUA, na China e nas economias emergentes agravaram as expectativas sobre a sustentabilidade fiscal e bancária da Área do Euro.

No âmbito doméstico, o crescimento da carteira de crédito manteve a tendência de desaceleração observada desde o primeiro semestre de 2011 e continua convergindo para um ritmo sustentável no longo prazo. Merece destaque a atuação dos bancos públicos em favor da redução das taxas de juros, com reflexos no ritmo de concessões e no ganho de participação desse segmento no mercado.

A inadimplência apresentou elevação no semestre, influenciada pelos financiamentos de veículos contraídos por pessoas físicas e pelas operações com recursos livres para pessoas jurídicas. Em face do aumento nos atrasos dos pagamentos, houve maiores despesas de provisão e redução no lucro líquido. O menor atraso observado nas safras mais recentes da carteira de financiamento de veículos, no entanto, indicam a redução da inadimplência dessa modalidade no curto prazo, com possível impacto na carteira total.

No médio prazo, o crescimento da massa salarial, a recuperação da atividade econômica e a transmissão da redução da taxa básica de juros para as taxas cobradas pelos bancos tendem a melhorar a capacidade de pagamento das famílias e das empresas e a reduzir a inadimplência, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do mercado de crédito brasileiro.

A capacidade de solvência do sistema bancário permanece robusta, tendo em vista que o aumento da base de capital foi proporcionalmente superior à evolução da exposição aos riscos inerentes à atividade bancária. Sendo assim, elevou-se o Índice de Basileia, tanto sob a estrutura regulatória atual quanto sob as regras de Basileia III, a serem gradualmente implementadas. A resilência do sistema é corroborada pelos resultados dos testes de estresse, os quais demonstram que, em todos os cenários analisados, inclusive naqueles que envolvem choques abruptos ou extrema deterioração da situação macroeconômica, o capital regulamentar do sistema bancário permaneceria acima do exigido pelo Banco Central do Brasil (BCB).

As incertezas no mercado externo não comprometeram a liquidez disponível no mercado doméstico, o que permitiu tanto a expansão da carteira de crédito quanto o crescimento dos ativos líquidos no Sistema Financeiro Nacional (SFN). Dessa forma, manteve-se elevado o índice de liquidez do sistema, demonstrando capacidade para fazer frente a eventuais restrições de recursos, mesmo em situações de estresse.

O Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) funcionou de forma eficiente e segura. As análises de *backtesting*, periodicamente realizadas para os sistemas de compensação e de liquidação de transações com títulos, valores mobiliários, derivativos e moeda estrangeira, nos quais há uma entidade atuando como contraparte central (CPC), apresentaram resultados satisfatórios. Nos sistemas de transferência de fundos, a liquidez intradia agregada disponível continuou acima das necessidades das instituições financeiras participantes, o que garante que as liquidações ocorram com tranquilidade.

Faz-se oportuno ressaltar que o cenário externo continua sendo acompanhado, a fim de evitar que eventual deterioração da crise internacional afete negativamente a economia doméstica. Nesse contexto, com vistas a preservar a solidez e a eficiência do SFN, o BCB vem aperfeiçoando sua estrutura regulatória e de supervisão, seja por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos instituídos, tais como a ampliação da quantidade de clientes identificados no Sistema de Informações de Crédito do BCB (SCR), seja pelo aperfeiçoamento dos Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE), instrumento de captação que demonstrou ser efetivo para alongar prazos e redistribuir liquidez dentro do sistema.

Ambiente macroeconômico e financeiro

1

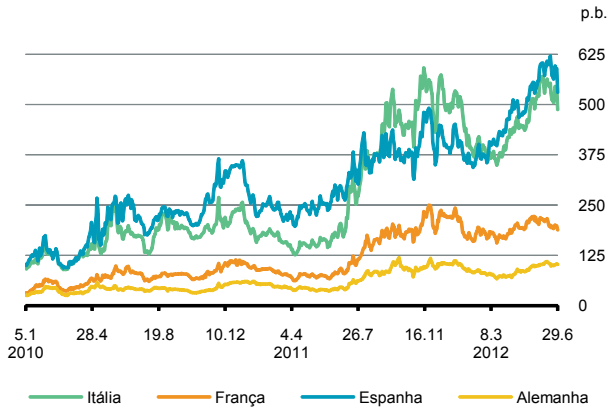
No primeiro semestre de 2012, o cenário econômico mundial permaneceu enfrentando incertezas acima do usual. O período caracterizou-se por dois momentos distintos, tendo o primeiro trimestre registrado melhora nas perspectivas, refletindo tanto a consolidação de percepção positiva em relação à atividade econômica nos Estados Unidos da América (EUA), quanto as ações do Banco Central Europeu (BCE), que reduziu os riscos de ocorrência de eventos extremos ao prover liquidez em quantia ilimitada. Entretanto, o recrudescimento da crise europeia no segundo trimestre, resultante, principalmente, do impasse político na Grécia e dos sinais de fragilidade do sistema bancário espanhol, aliados ao arrefecimento da atividade nos EUA e na China e ao crescente risco de recessão na Área do Euro, propiciaram novo aumento de volatilidade dos mercados financeiros internacionais.

A recuperação da confiança nos mercados no primeiro trimestre deste ano foi favorecida pelas iniciativas das autoridades europeias anunciadas ao final de 2011, conjugadas com a bem-sucedida reestruturação da dívida pública grega em março e a continuidade do seu programa de resgate financeiro, além de percepção mais positiva sobre o setor bancário da Europa. Ressalte-se, adicionalmente, a trajetória positiva das economias emergentes e dos EUA no período. Como consequência, fortaleceu-se a percepção de que os principais riscos à estabilidade macroeconômica da Área do Euro estavam bem gerenciados, o que permitiria a superação, ainda que lenta e gradual, das crises soberana e financeira, por meio da consolidação fiscal, da recapitalização dos bancos e de reformas estruturais voltadas para a elevação da competitividade das economias da região.

Mesmo entre as economias consideradas mais vulneráveis, destacou-se, no primeiro trimestre, a retração dos prêmios de risco soberano da Espanha e da Itália, medidos pelo *Credit Default Swaps* (CDS), que recuaram de 394 pontos e de 570 pontos ao final de 2011, respectivamente, para patamar de 356 pontos, nos dois casos, no início de março (gráfico 1.1). Desde então, no entanto, observou-se novo movimento de alta, alcançando, no caso espanhol, valor recorde de 621 pontos base (p.b.) em 18 de junho.

Os recuos do dólar dos EUA frente ao euro e à libra esterlina (gráfico 1.2) e dos *spreads* nos mercados interbancários[2] (gráfico 1.3), sobretudo na Europa, ilustram bem a redução na percepção de risco ocorrida ao longo do primeiro trimestre. Em relação ao mercado interbancário, os dados consolidados pelo *Bank of International Settlements* (BIS) apontam que o volume de crédito continuou se reduzindo no primeiro trimestre de 2012 (redução de US$5 bilhões, equivalente a 0,3%), mas em ritmo bem menor do que o observado no trimestre anterior, quando a redução atingiu US$638 bilhões, equivalente a 3,1%.[3]

Gráfico 1.1 – CDS Soberanos (5 anos)

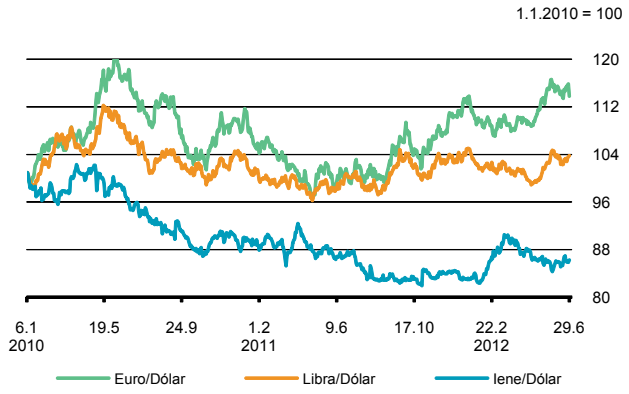


Fonte: Bloomberg

2/ Diferença entre as taxas Euribor e *European Overnight Indexed Swap* (EONIA) na Europa e entre as taxas Libor e *Overnight Indexed Swap* (OIS) nos EUA. OIS e EONIA são transações de *swap* entre taxas de juros, em que uma parte concorda em receber/pagar uma taxa fixa para uma outra parte em troca de pagar/receber uma taxa flutuante. São entendidas como taxas livres de risco.

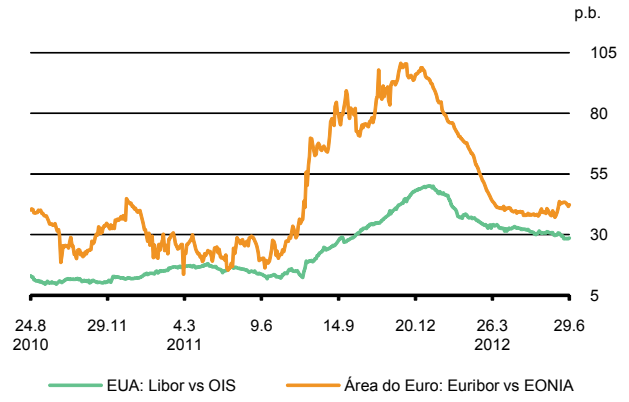
3/ *BIS Statistical Release: "Preliminary locational and consolidated international banking statistics.* Março 2012. Disponível em <http://www.bis.org/statistics/rppb1207.htm>.

Gráfico 1.2 – Taxas de câmbio selecionadas



Fonte: Bloomberg

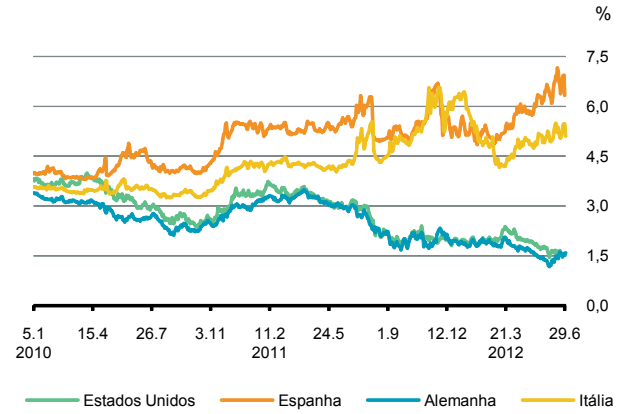
Gráfico 1.3 – *Spread* interbancário
Estados Unidos e Área do Euro



Fonte: Bloomberg

No segundo trimestre, entretanto, o pessimismo dos mercados financeiros foi agravado pela debilidade do desempenho econômico da Área do Euro, pela perda de dinamismo da economia chinesa além do esperado e pelo menor impulso da economia dos EUA.[4] Intensificaram-se os questionamentos relativos ao impacto sobre a atividade econômica dos esforços de consolidação fiscal das economias europeias, ao tempo em que se fortaleceu o diagnóstico desfavorável sobre a solidez do sistema bancário da Espanha, assim como a sustentabilidade fiscal da Itália. Deu-se início a novo movimento de fuga para qualidade, resultando em aumento adicional dos rendimentos pagos aos títulos de dez anos de Itália e Espanha, bem como na redução dos rendimentos associados aos papéis de mesmo prazo de Alemanha e EUA (gráfico 1.4), os quais passaram a registrar valores mínimos históricos. A moeda dos EUA voltou a valorizar-se frente ao euro e à libra esterlina (gráfico 1.2).

Gráfico 1.4 – Rendimento de títulos soberanos
10 anos



Fonte: Bloomberg

Para contrapor os fatores de desaceleração econômica, favorecendo a recuperação da confiança, várias autoridades monetárias reforçaram suas políticas acomodatícias. Nos Estados Unidos, o *Federal Reserve* (Fed) prorrogou o programa de compra de títulos, a chamada Operação *Twist*. O Banco do Japão anunciou que utilizaria mais ¥1 trilhão para comprar títulos públicos japoneses. O Banco da Inglaterra ampliou o seu programa de compra de ativos. O Banco do Povo da China promoveu dois cortes consecutivos na taxa básica de juros nos princípios de junho e de julho, reduzindo a taxa para empréstimos de um ano a 6%.

Em relação a medidas pró-crescimento, os líderes europeus concordaram em alocar €120 bilhões para estimular a atividade econômica, por meio de investimentos e suporte ao mercado de trabalho, assim como fomentar ações para a elevação da competitividade dos países da região. Além disso, decidiu-se que o Banco Europeu de Investimento (BEI) teria seu capital aumentado em €10 bilhões, elevando-se a capacidade de empréstimos ao total de €60 bilhões. O BCE, por sua vez, manteve a taxa básica de refinanciamento em 1% ao ano (a.a.) durante todo o semestre.[5]

A partir de maio, a deterioração nos mercados financeiros acentuou-se, na sequência do impasse das eleições gregas. A percepção do risco de insolvência soberana grega elevou-se diante da possibilidade de anulação do acordo de assistência financeira internacional à Grécia.

4/ Nesse contexto, em julho, o Fundo Monetário Internacional (FMI) (no documento *World Economic Outlook Update*, disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/update/02/index.htm>) reduziu marginalmente suas projeções de crescimento global para 2012 e 2013 na comparação com as divulgadas em abril, de 3,6% para 3,5% e de 4,1% para 3,9%, respectivamente.

5/ No início de julho, houve redução da taxa básica de refinanciamento de 1% para 0,75%, enquanto a remuneração dos depósitos no BCE foi fixada em 0%, para estimular as operações de crédito.

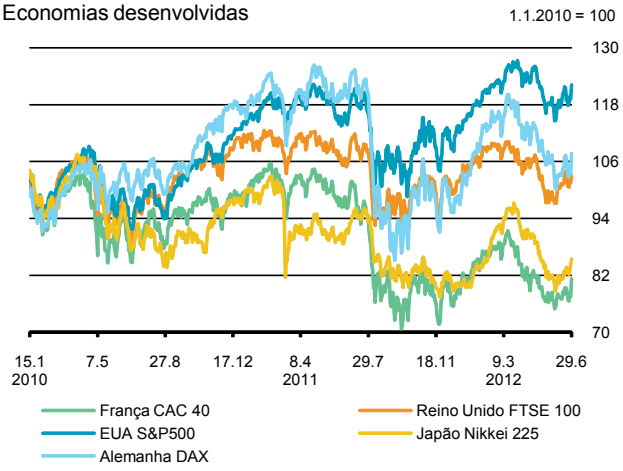
Mesmo após a vitória da coalizão pró-manutenção do programa de assistência na Grécia, o mercado financeiro permaneceu pressionado, focando na situação macroeconômica da Espanha, principalmente, e da Itália.

O anúncio, em maio, do resgate governamental e da nacionalização efetiva do Banco Bankia tornou o balanço de riscos em relação ao sistema bancário espanhol ainda mais negativo, levando a novo aumento nos rendimentos dos títulos espanhóis, com impactos sobre o mercado financeiro global.[6] A Comissão Europeia afirmou, no mesmo mês, que o agravamento dos desequilíbrios na Espanha poderia ter reflexos na estabilidade da união monetária e relatou também desequilíbrios em outras economias europeias, como Bélgica, Bulgária, Chipre,[7] Dinamarca, Finlândia, França, Hungria, Itália, Reino Unido, República da Eslovênia e Suécia.[8] Em relação às economias mais sólidas da região, ressalte-se o crescimento das preocupações sobre o compartilhamento de custos associados à sustentação da união monetária e/ou os impactos de uma ruptura na Área do Euro.

Dadas as crescentes dificuldades para obtenção de financiamento em mercado, a Espanha solicitou, no início de junho, assistência à União Europeia para a recapitalização dos seus bancos, a qual foi acordada em €100 bilhões.

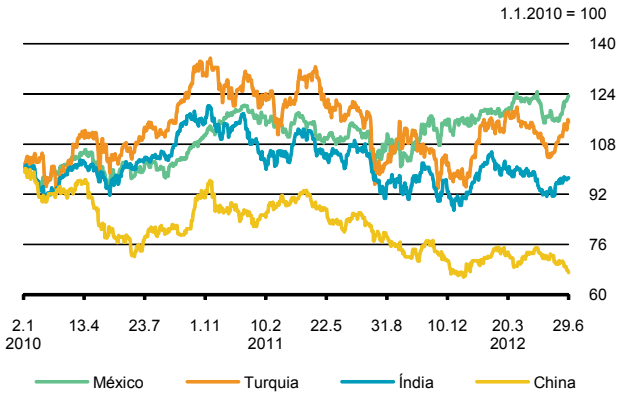
As bolsas de valores mundiais, que haviam registrado crescimento no primeiro trimestre, também refletiram a deterioração da confiança ao longo do segundo trimestre. Ressalte-se entretanto, que, durante o segundo trimestre, as bolsas das economias desenvolvidas registraram perdas maiores que as das economias emergentes. A persistência da volatilidade explicitou a desconfiança dos investidores. Em geral, os índices dos mercados acionários, que haviam se elevado com a ação de líderes e instituições coordenadas para enfrentar as dificuldades da Europa e reativar a atividade econômica ao redor do mundo, recuaram abruptamente diante de novas evidências de desaceleração das economias e da percepção de insustentabilidade fiscal das economias mais vulneráveis da Europa (gráficos 1.5 e 1.6).

Gráfico 1.5 – Bolsas de Valores
Economias desenvolvidas



Fonte: Bloomberg

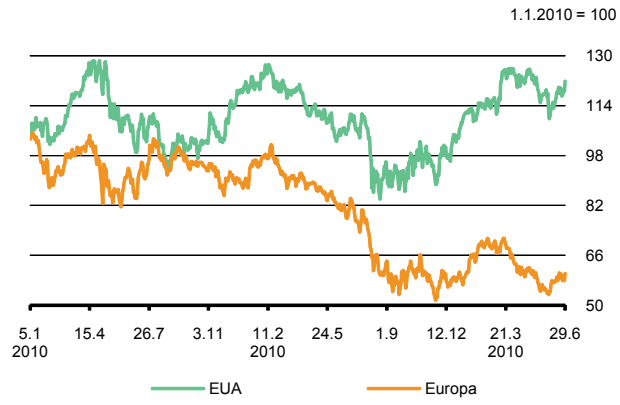
Gráfico 1.6 – Bolsas de valores
Economias emergentes



Fonte: Bloomberg

As ações de bancos, cuja evolução também havia explicitado a melhora das perspectivas ao longo do primeiro trimestre, comparativamente ao estresse observado no segundo semestre de 2011 (gráfico 1.7), voltaram a cair, sobretudo

Gráfico 1.7 – Bolsa de Valores – MCSI Bancos



Fonte: Bloomberg

6/ Os bancos da Área do Euro têm aproximadamente €1,45 trilhão em dívida soberana em seus balanços, representando, em média, 64% do seu capital, de acordo com o *Institute of International Finance* (IIF), *Capital Markets Monitor*, março de 2012.

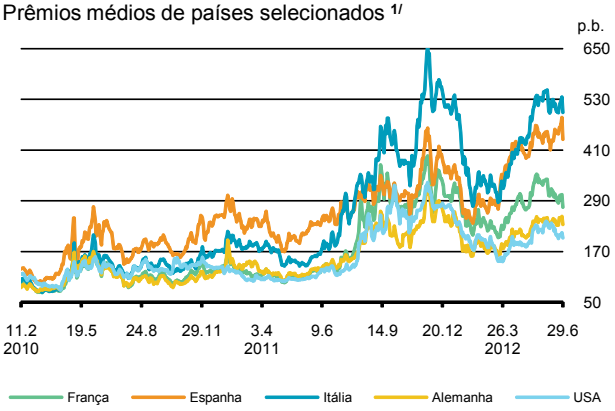
7/ Chipre tornou-se o quinto país a solicitar programa de assistência financeira à Comissão Europeia, alegando alta exposição do seu setor financeiro à situação da Grécia.

8/ *European Commission – Country-specific Recommendations 2012-2013*. Disponível em <http://ec.europa.eu/europe2020/pdf/nd/eccomm2012_en.pdf>.

na Europa, fruto da deterioração do sentimento no segundo trimestre. De 19 de março a 29 de junho, o índice *Morgan Stanley Capital International* (MSCI) bancos europeus registrou baixa de 15,9%, enquanto o mesmo indicador para bancos dos EUA retraiu 2,9%.

Os sucessivos rebaixamentos nas classificações de crédito – não só de bancos europeus, como também de bancos de atuação global – reforçaram a percepção da vulnerabilidade dos bancos, muito expostos à evolução da atividade econômica e à precificação da dívida soberana, principalmente no caso dos bancos espanhóis e italianos, o que implicou a elevação dos custos de proteção contra *default*, medidos pelos respectivos CDS (gráfico 1.8) durante o segundo trimestre de 2012.

Gráfico 1.8 – CDS de 5 anos bancos
Prêmios médios de países selecionados 1/



Fonte: Bloomberg
1/ Calculado pela média aritmética dos prêmios de CDS dos dois maiores bancos pelo critério de capitalização de mercado de cada país. Nos EUA, os bancos selecionados foram JP Morgan e Bank of America.

Nesse sentido, cabe ressaltar o processo de ajustamento patrimonial pelo qual o setor financeiro internacional vem passando. De acordo com as estatísticas bancárias internacionais consolidadas do BIS, as exposições dos bancos da Alemanha e da França às economias europeias mais vulneráveis (Grécia, Irlanda, Itália, Portugal e Espanha) têm se reduzido, embora se mantenham em patamares significativos. Esse movimento ocorreu tanto em relação à economia como um todo quanto no que diz respeito aos setores bancário e público desses países (tabela 1.1). É importante destacar que a exposição total dos bancos brasileiros em relação àquele mesmo grupo de países é pequena, tendo contraído para US$2,4 bilhões (2,9% exposição total) em março de 2012, ante US$3 bilhões (3,8% da exposição total no exterior) um ano antes (tabela 1.1).

Em síntese, enquanto nos EUA as questões mais relevantes para a estabilidade financeira estão associadas à atividade econômica, com ênfase na retomada do crescimento e na redução da taxa de desemprego, para a Europa, a estabilidade financeira tem sido mais severamente testada, com foco nas questões fiscais, com o crescimento de riscos soberanos e a debilidade da economia da região.

Tabela 1.1 – Exposição dos bancos da Alemanha, França e Brasil aos GIIPS 1/ 2/

US$ milhões

Bancos da Alemanha	2011 Mar	% de (A)	2012 Mar	% de (A)
(A) Exposição - GIIPS	521.950	-	400.679	-
Setor Público - GIIPS	106.441	20,4	78.838	19,7
Setor Bancário - GIIPS	164.727	31,6	103.053	25,7
(B) Exposição a todos os países	3.087.270	-	2.767.534	-
Bancos da França				
(A) Exposição - GIIPS	671.715	-	534.060	-
Setor Público - GIIPS	162.493	24,2	88.518	16,6
Setor Bancário - GIIPS	101.904	15,2	63.690	11,9
(B) Exposição a todos os países	3.266.294	-	2.870.445	-
Bancos do Brasil				
(A) Exposição - GIIPS	3.032	-	2.432	-
Grécia	1	0,0	2	0,1
Irlanda	8	0,3	0	0,0
Itália	466	15,4	169	5,6
Portugal	1.105	36,4	1.087	35,9
Espanha	1.452	47,9	1.174	38,7
(B) Exposição a todos os países	84.535	-	84.281	-

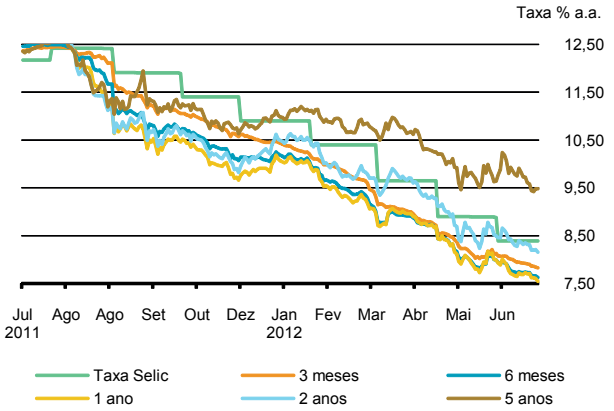
Fonte: Bank of International Settlements (BIS) – *Consolidated Banking Statistics (julho 2012).*
1/ GIIPS: Grécia, Irlanda, Itália, Portugal e Espanha.
2/ Exposição internacional, critério do risco final.

O elevado nível de incerteza no cenário econômico internacional influenciou as expectativas dos agentes ao longo do primeiro semestre de 2012, que acabou gerando efeitos, ainda que limitados, sobre o mercado financeiro nacional. A relativa melhoria dos mercados globais, a expansão da liquidez internacional e a maior propensão dos investidores ao risco no primeiro trimestre influenciaram positivamente vários indicadores domésticos – o mercado bursátil apresentou valorização, os indicadores de risco-país declinaram, o real apreciou e a volatilidade no mercado doméstico de taxas de juros diminuiu. A partir de abril, contudo, as incertezas voltaram a aumentar em função da piora do cenário internacional, notadamente na Área do Euro.

O Banco Central do Brasil (BCB), ao longo do primeiro semestre de 2012, prosseguiu com a estratégia de afrouxamento da política monetária iniciada em agosto

de 2011. Ao final de junho, a meta para a taxa *overnight* do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (taxa Selic) alcançou a mínima histórica de 8,5%, totalizando queda de 2,5 pontos percentuais (p.p.) no semestre. As taxas de juros no mercado futuro acompanharam a trajetória declinante da taxa básica, com exceção das taxas para os prazos mais longos, que só recuaram a partir de março, quando o Comitê de Política Monetária (Copom) intensificou a magnitude da redução da meta para a taxa Selic para 0,75 p.p., movimento que acabou por se repetir na reunião de abril (gráfico 1.9).

Gráfico 1. 9 – Evolução das taxas de juros
Taxa Selic e *swap* de 3 e 6 meses, 1 ano, 2 e 5 anos

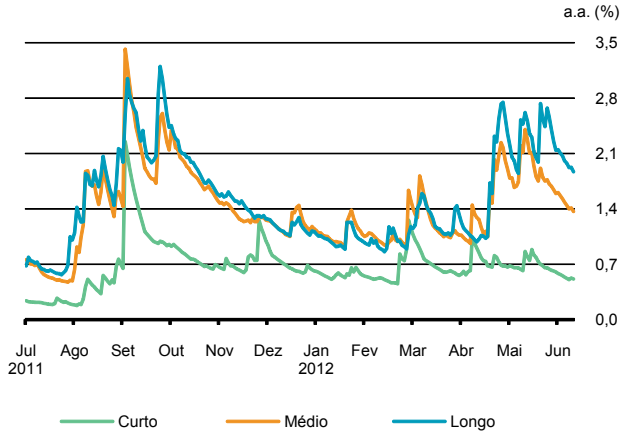


Fontes: BM&FBovespa e BCB

Ainda no que concerne à condução da política monetária, a desaceleração da atividade nas economias maduras e nas principais economias emergentes manteve um viés desinflacionário para a contribuição do setor externo. No cenário doméstico, os menores níveis de atividade, o modesto crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre e as sucessivas revisões em baixa para as previsões de crescimento[9] levaram o governo a promover redução seletiva de impostos, sem abandonar a austeridade fiscal,[10] a fim de estimular a produção em determinados setores. A contínua queda na inflação acumulada em doze meses, de 6,5% em dezembro de 2011[11] para 4,9% em junho de 2012, também favoreceu o processo de redução das taxas de juros. No início de maio, diante da possibilidade de novas reduções na meta para a taxa Selic, o governo promoveu alterações na regra de remuneração para as novas aplicações em caderneta de poupança,[12] de forma a compatibilizá-la com patamares de taxa básica de juros abaixo do mínimo histórico de 8,75%, alcançado em 2010. Em 29 de junho, o Conselho Monetário Nacional (CMN) também reduziu a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), de 6% para 5,5%.

Durante o primeiro bimestre de 2012, com o menor grau de aversão a risco no cenário internacional e o aumento da liquidez promovida pela nova operação de refinanciamento de longo prazo realizada pelo BCE, o real se apreciou e a volatilidade das taxas de juros seguiu em queda (gráfico 1.10). Em março, a ata do Copom sinalizou uma redução da taxa básica para patamares ligeiramente acima dos mínimos históricos. Já nas atas do Copom de abril e de maio, a menção de que qualquer movimento de flexibilização adicional deveria ser conduzido com parcimônia reduziu a dispersão entre as expectativas dos agentes econômicos quanto às taxas de juros de curto prazo, reduzindo sua volatilidade.

Gráfico 1.10 – Volatilidade das taxas de juros



Fontes: BM&FBovespa e BCB

9/ No Relatório de Inflação de junho o próprio BCB revisou a taxa estimada para o crescimento do PIB em 2012 para 2,5%, ante 3,5% constante nos Relatórios de março e de dezembro.

10/ Em fevereiro, o governo anunciou um corte de R$55 bilhões no orçamento para garantir o cumprimento da meta de superávit primário de R$139,8 bilhões, em torno de 3,1% do PIB. No primeiro semestre de 2012, o superávit primário acumulado do setor público consolidado atingiu R$65,7 bilhões (3,06% do PIB). Nesse período, a Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) aumentou 5,5%, alcançando R$1,88 trilhão, enquanto o saldo das operações de mercado aberto do BCB subiu 33,0%, para R$414,7 bilhões.

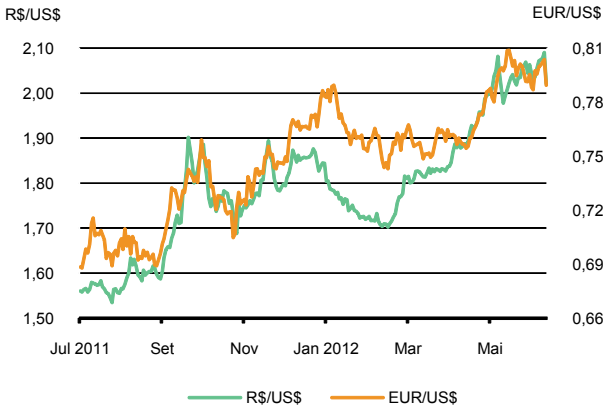
11/ As Resoluções CMN nº 3.748, de 30 de junho de 2009, nº 3.880, de 22 de junho de 2010, nº 3.991, de 30 de junho de 2011, e nº 4.095, de 28 de junho de 2012, fixaram, respectivamente, as metas de inflação para 2011, 2012 e 2013 e 2014 em 4,5%, e os intervalos de tolerância em 2,0 p.p. abaixo e acima da meta.

12/ A remuneração da caderneta de poupança é composta de remuneração básica pela Taxa Referencial (TR), acrescida de uma remuneração adicional, que a Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, fixava em 0,5% ao mês. A Medida Provisória nº 567, de 4 de maio de 2012, estabelece um gatilho, pelo qual sempre que a meta anual para a taxa Selic for menor ou igual a 8,5%, a remuneração adicional da poupança será de 70% da taxa Selic; caso contrário, esse adicional permanece em 0,5% ao mês a ser acrescida à remuneração básica, pela TR.

Nos dois primeiros meses do ano, sinais favoráveis no cenário externo levaram a moeda brasileira a experimentar trajetória consistente de valorização, encerrando o mês de fevereiro com cotação de R$1,70/USD. Nesse período, a melhora das expectativas quanto à recuperação econômica dos EUA e as ações do BCE para atenuar os efeitos da crise sobre o mercado monetário na Área do Euro proporcionaram um contexto de relativa redução da aversão ao risco. O BCB, frente a esse cenário de volatilidade da taxa de câmbio, efetuou compras no valor de US$842 milhões no mercado a vista e realizou leilões de contratos de *swap* cambial reverso[13] em montante equivalente a US$1,7 bilhão em valor nocional. Posteriormente, a autoridade monetária liquidou US$7 bilhões em operações a termo e US$10,2 bilhões em operações a vista nos meses de março e abril.

Novos sinais de desaceleração da economia mundial, assim como a persistência dos elevados riscos associados ao recrudescimento da crise europeia, mais evidentes a partir de março, voltaram a ampliar a aversão ao risco nos mercados financeiros e levaram à reversão da trajetória do dólar no mercado internacional. Nesse contexto, o BCB realizou, ao longo do segundo trimestre, leilões de *swap* cambial tradicional.[14] Essas operações totalizaram o equivalente a US$16,8 bilhões em valor nocional e, com isso, a posição passiva em câmbio relativa às operações de *swap* do BCB encerrou o semestre em US$4,7 bilhões. Assim, apesar da valorização nos primeiros meses, o real encerrou o semestre com desvalorização de 7,8% em relação ao dólar norte-americano. Frente ao euro, no mesmo período, o real desvalorizou-se 5,3% (gráfico 1.11).

Gráfico 1.11 – Taxa de câmbio



Fontes: BCB e Bloomberg

O resultado do saldo de câmbio contratado no semestre foi de US$22,9 bilhões, sendo que US$20,1 bilhões foram devidos ao movimento de câmbio comercial. O volume líquido de investimento estrangeiro direto (IED) foi de US$29,7 bilhões no semestre. As reservas internacionais do BCB chegaram a US$374 bilhões em junho, representando um aumento de 6,2% no semestre.

No mercado acionário brasileiro, o Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) caiu 4,2% no primeiro semestre de 2012 (gráfico 1.12). A melhora do ambiente externo observada no início do ano favoreceu, em janeiro, o expressivo ingresso no país de R$7,2 bilhões de investidores estrangeiros e permitiu uma recuperação do Ibovespa, que alcançou valorização de 20,5% até o dia 13 de março. Na sequência, essa tendência se inverteu. A desaceleração da economia mundial e o recrudescimento da crise europeia resultaram na diminuição do apetite ao risco e em consequente queda nas bolsas internacionais e na bolsa local. Ainda assim, no semestre, o fluxo de entrada de recursos de investidores estrangeiros na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) totalizou R$2,2 bilhões.

Gráfico 1.12 – Índice bovespa

Fonte: BM&FBovespa

13/ Nesses leilões de *swap*, o BCB assume posição ativa em variação cambial e passiva em taxa de juros doméstica.

14/ Nesses leilões de *swap*, o BCB assume posição passiva em variação cambial e ativa em taxa de juros doméstica.

Sistema bancário

2

2.1 Introdução

No primeiro semestre de 2012 a velocidade de crescimento dos ativos do sistema bancário[15] reduziu, principalmente em virtude do menor ritmo de expansão da economia, da desaceleração no ritmo de concessões da carteira de crédito e do recrudescimento dos índices de inadimplência, resultando em rentabilidade mais modesta comparada aos períodos anteriores, mas ainda em níveis significativos. Por outro lado, mesmo após a entrada em vigor de regras mais rígidas de requerimento de capital para o risco de mercado, o Índice de Basileia aumentou, tanto sob a estrutura regulatória atual quanto sob as regras de Basileia III a serem implantadas gradualmente. Dessa forma, a capacidade de solvência do sistema bancário permanece robusta, fato também evidenciado pelos resultados dos testes de estresse, os quais demonstram que em todos os cenários analisados, inclusive naqueles que envolvem choques abruptos ou extrema deterioração da situação macroeconômica, o capital regulamentar do sistema bancário permaneceria acima do exigido pelo BCB.

A disponibilidade de recursos nos mercados doméstico e externo propiciou o crescimento da carteira de crédito e o aumento do montante de ativos líquidos do sistema bancário. A manutenção do índice de liquidez em nível elevado evidencia a plena capacidade do sistema para fazer frente a eventuais restrições de recursos, mesmo em situações de estresse.

A inadimplência apresentou elevação no semestre, influenciada pelos financiamentos de veículos contraídos por pessoas físicas e pelas operações com recursos livres para pessoas jurídicas. Em face do aumento no atraso dos pagamentos, houve maior despesa de provisão e redução no lucro líquido. Este, contudo, manteve-se em nível confortável. A diferença entre as taxas de operação de crédito e de captação,[16] por sua vez, avançou ligeiramente, em razão da maior queda no custo de captação, mais sensível ao movimento da taxa Selic, comparativamente à renda das operações de crédito, predominantemente prefixadas. Ressalte-se que a redução no atraso das safras mais recentes da carteira de financiamento de veículos, no entanto, prenunciam a redução da inadimplência dessa modalidade no curto prazo, com possível impacto na carteira total.

Merece destaque a atuação dos bancos públicos em favor da redução das taxas de juros no semestre, com reflexos no ritmo de concessões do segmento e nos ganhos de participação desses bancos em relação aos demais. Por um lado, o processo de redução das taxas de juros colabora para a queda no comprometimento de renda dos tomadores de crédito, pois contribui para a diminuição dos desembolsos para pagamentos de juros, melhorando a capacidade de pagamento. Por outro, apresenta desafios para as instituições financeiras, que são instadas a se adequar a um cenário de menores *spreads* e busca de ativos com maior rentabilidade e, por conseguinte, maior risco.

As reduções da taxa Selic e a atuação do governo brasileiro no sentido de minimizar os efeitos da crise internacional e permitir a retomada do crescimento econômico devem produzir efeitos no segundo semestre de 2012, contribuindo para a continuidade do desenvolvimento sustentável do mercado de crédito brasileiro. Além disso, o BCB continua a aperfeiçoar a estrutura regulatória

15/ Para efeito deste capítulo, o sistema bancário é integrado pelas instituições banco comercial, banco múltiplo, caixa econômica e banco de investimento e pelos conglomerados financeiros compostos ao menos por uma das instituições anteriores. Os bancos de desenvolvimento não estão incluídos nas análises. Excepcionalmente, na seção 2.3 Crédito, as análises envolvem todo o Sistema Financeiro Nacional (SFN).

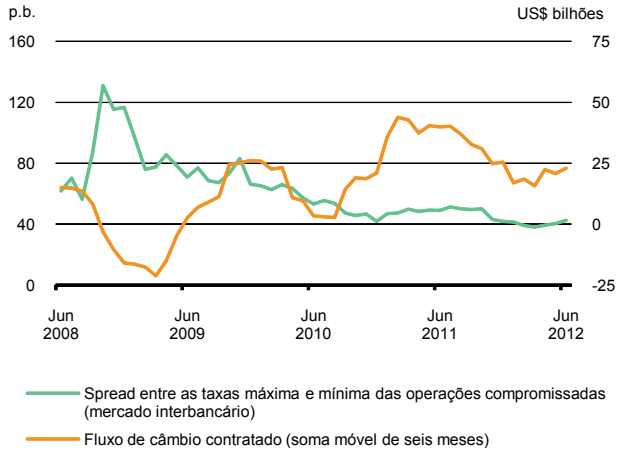
16/ A diferença entre taxas de operação de crédito e de captação foi calculada a partir do *Financial Stability Indicator* (FSI) nº 20 "*Spread Between Reference Lending and Deposit Rates*", divulgado nos parágrafos 8.5 a 8.10 do "*Compilation Guide*" do FMI. Ver base de dados do gráfico 2.4.4 para forma de cálculo desse indicador.

e de supervisão, seja por meio do aprimoramento dos instrumentos instituídos, tais como a ampliação da quantidade de clientes identificados no Sistema de Informações de Crédito (SCR), seja pelo aperfeiçoamento dos Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE), instrumento de captação que se mostrou efetivo para alongar prazos e redistribuir liquidez dentro do sistema.

2.2 Liquidez

O primeiro semestre de 2012 apresentou cenário de elevada liquidez, com baixos *spreads* no mercado interbancário e fluxo positivo de recursos externos (gráfico 2.2.1).

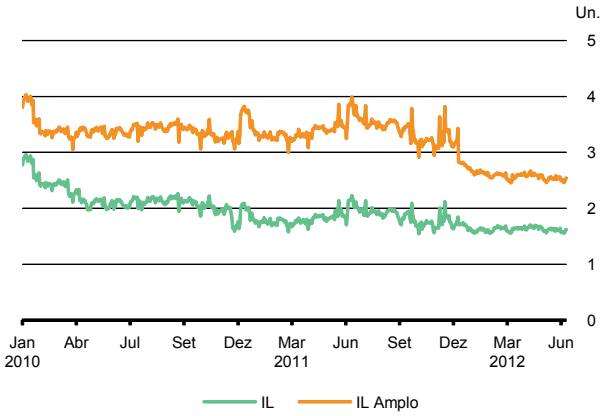
Gráfico 2.2.1 – Indicadores de liquidez de mercado



O estoque de compulsório totalizou R$395 bilhões em junho, após redução de 12% no semestre. A redução decorre primordialmente dos incentivos introduzidos pelo BCB, como a dispensa de recolhimento compulsório sobre instrumentos de captação com prazos de resgate mais longos, introduzida em 2011, que tem resultado em deslocamento dos recursos para esses instrumentos. Outro fator foi a entrada em vigor, no início de 2012, de novas regras para o recolhimento de compulsório, as quais possibilitaram o uso de até 36% da exigibilidade em operações com o objetivo de induzir ajustes na distribuição da liquidez entre as instituições financeiras.

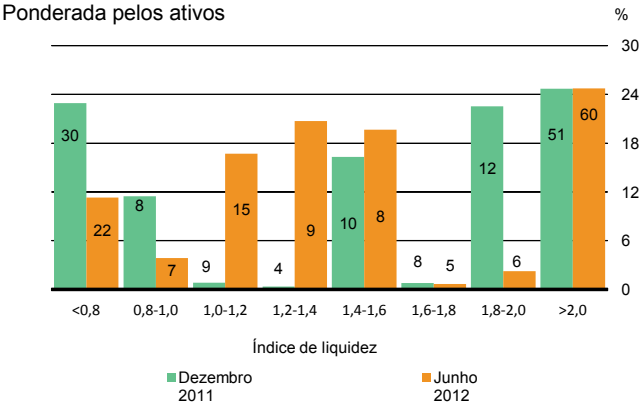
O elevado índice de liquidez[17] indica baixo risco dessa natureza para o sistema, apesar de leve queda no semestre. Ademais, em situações extremas, o BCB pode fazer uso dos depósitos compulsórios como instrumento para regular a liquidez (gráfico 2.2.2).

Gráfico 2.2.2 – Índice de liquidez



A distribuição de frequência do índice de liquidez, por sua vez, demonstra que o número de instituições com índice abaixo da unidade e a representatividade desse grupo em termos de ativos diminuíram no período (gráfico 2.2.3).

Gráfico 2.2.3 – Distribuição de frequência para o índice de liquidez
Ponderada pelos ativos



Os valores sobre as barras referem-se ao número de IFs com índice de liquidez pertencente àquele intervalo.

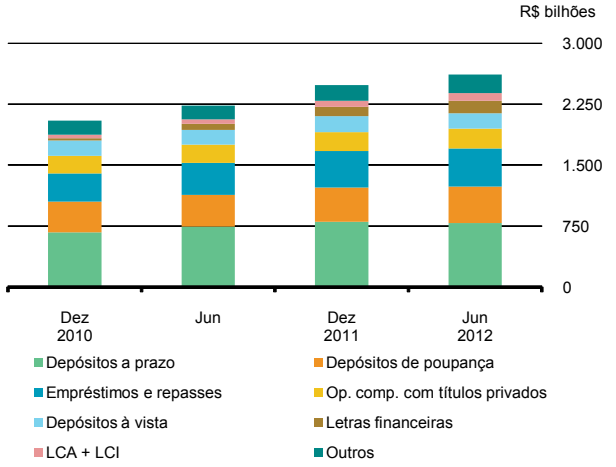
No médio prazo, espera-se redução paulatina nos elevados níveis de liquidez ora observados, considerando que as instituições tendem a concentrar suas aplicações em ativos com maior retorno e menor liquidez, a fim de contrabalançar as reduções das taxas de juros domésticas e dos *spreads* bancários. A redução na liquidez, no entanto, está condicionada às boas técnicas de gerenciamento de liquidez, atualizadas recentemente pela Resolução CMN nº 4.090,[18] de 24 de maio de 2012, incorporando à atual regulamentação os aprendizados da crise internacional, e pelos limites prudenciais mínimos a serem estabelecidos quando a definição da metodologia e do cronograma de implementação for concluída no âmbito de Basileia III.

17/ Para detalhes sobre a metodologia de cálculo do índice de liquidez, ver anexo "Conceitos e Metodologias". A partir de dezembro de 2011, foram instituídos critérios mais restritivos para a apuração da liquidez total (LT) e do fluxo de caixa estressado (FCE). O índice de liquidez amplo expressa o efeito da adição do estoque dos compulsórios ao numerador do índice de liquidez.

18/ *Vide* boxe "Regulação do Sistema Financeiro Nacional".

O saldo total das captações[19] do sistema bancário aumentou R$128,4 bilhões (5,2%) entre dezembro de 2011 e junho de 2012, em decorrência, principalmente, do aumento observado nos depósitos de poupança, nas letras financeiras, nas letras de crédito imobiliário (LCI) e nas letras de crédito do agronegócio (LCA). Em contrapartida, observou-se decréscimo nos depósitos a prazo (-13,5%), seguindo um movimento de substituição, pelas instituições financeiras, dos atuais instrumentos por outros que não compõem a base de incidência de recolhimento compulsório e possibilitam o alongamento do passivo (gráfico 2.2.4). Ressalte-se que a isenção tributária sobre aplicações em LCI e LCA para os investidores pessoa física permite às instituições oferecerem taxas atrativas e, ao mesmo tempo, inferiores às de outros instrumentos, melhorando o perfil dos passivos.

Gráfico 2.2.4 – Saldo das captações



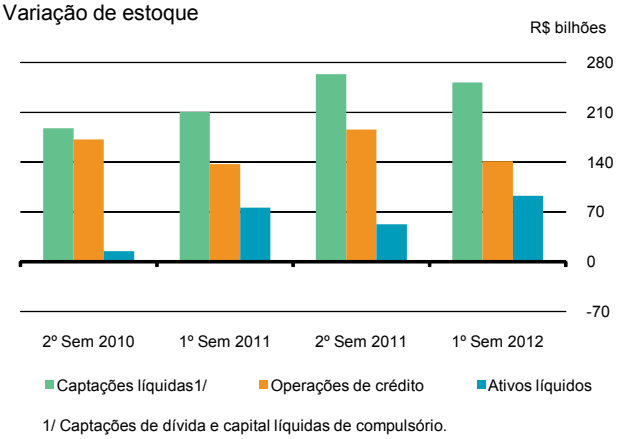
As captações foram destinadas, em sua maior parte, para a realização de novas operações de crédito, embora se observe crescimento da participação dos ativos líquidos no primeiro semestre de 2012 (gráfico 2.2.5).

O primeiro semestre foi caracterizado pelo comportamento distinto entre as instituições financeiras públicas e privadas (gráfico 2.2.6). As instituições públicas buscaram ampliar sua participação no mercado de crédito e, como consequência natural, acentuaram o ritmo de captação de recursos. Por sua vez, as instituições privadas mantiveram praticamente inalterada a sua base de captações.

19/ As captações são compostas por depósitos a prazo, de poupança e a vista, empréstimos e repasses, operações compromissadas com títulos privados, letras financeiras e outras captações como demais depósitos e operações de câmbio com características de captação. Não são consideradas as operações compromissadas com títulos públicos federais, pois essas operações não alteram o volume de ativos líquidos.

Os estoques de Letras Financeiras (LF) e Letras Financeiras Subordinadas (LFS) totalizaram R$209,1 bilhões em junho de 2012,[20] confirmando a tendência de crescimento observada desde a eliminação desses instrumentos da base de compulsório (gráfico 2.2.7).

Gráfico 2.2.5 – Expansão dos ativos líquidos e das operações de crédito
Variação de estoque



1/ Captações de dívida e capital líquidas de compulsório.

Gráfico 2.2.6 – Saldo de captações por controle

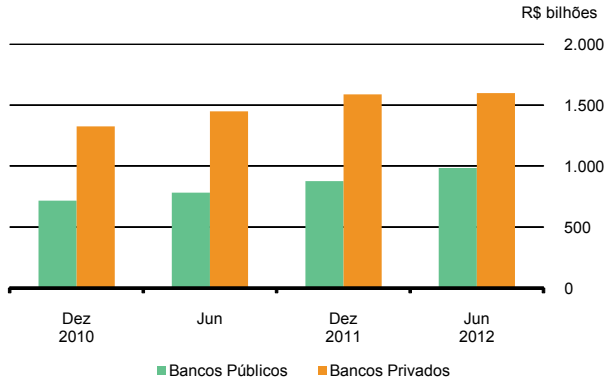
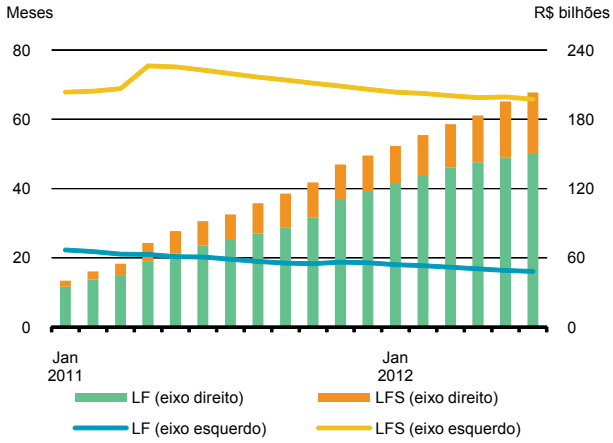


Gráfico 2.2.7 – Prazo médio até o vencimento e estoque de letras financeiras

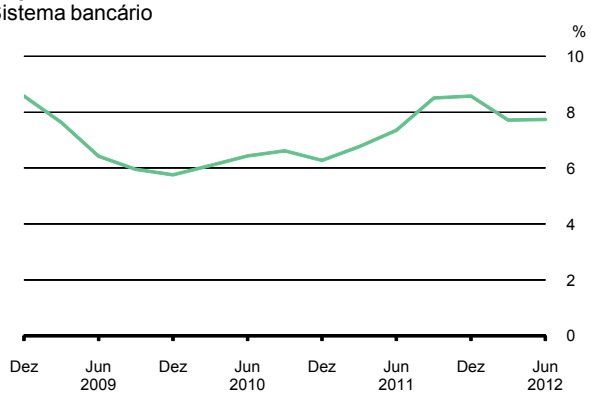


20/ *Vide* "Estatísticas sobre Letras Financeiras", disponível em <http://www.bcb.gov.br/?ESTATSFNLFIN>.

O prazo mínimo das LF, na data de emissão, é de 24 meses, sendo que as LFS, por sua vez, devem ser emitidas com prazo superior a sessenta meses para que possam compor o capital de nível II. Ressalte-se que a vedação para o resgate antecipado,[21] incidente sobre os referidos instrumentos, constitui característica vantajosa para os emissores, pois propicia maior estabilidade dos recursos captados e melhor condição para a gestão do risco de descasamento de prazos entre ativos e passivos.

Apesar das incertezas na Área do Euro e da volatilidade nos mercados externos observadas no primeiro semestre, as captações externas das instituições financeiras mantiveram-se estáveis em volume e custo de captação, permanecendo baixa a sua participação no passivo total do sistema financeiro (gráfico 2.2.8).

Gráfico 2.2.8 – Captações externas[1/] em relação ao passivo total
Sistema bancário

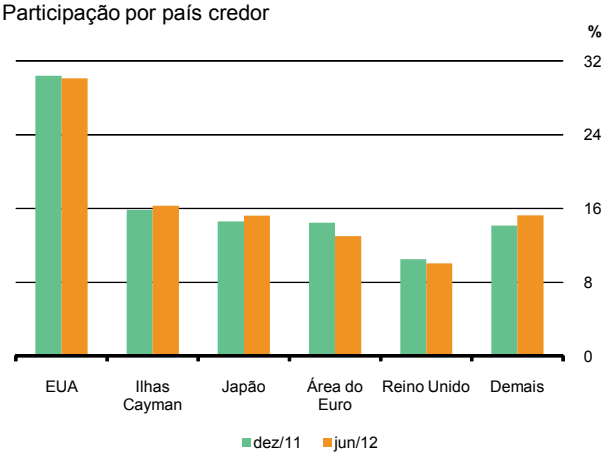


1/ Empréstimos e repasses do exterior, TVMs no exterior e captações de agências/subsidiárias no exterior.

Além disso, os bancos que mais utilizam essa modalidade de captação são, predominantemente, instituições com controle estrangeiro de pequeno porte,[22] cuja atividade principal não se relaciona ao crédito. Os bancos de grande porte com controle estrangeiro, por outro lado, possuem grande parte de suas captações realizadas no mercado doméstico, o que reduz a dependência de recursos do controlador ou as condições econômicas de seu país de origem.

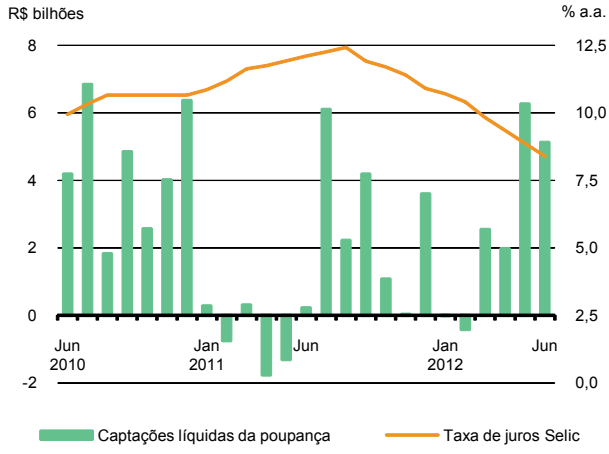
O detalhamento da origem das linhas de crédito, empréstimos e títulos lançados no exterior evidencia que a maior parte dos recursos não é proveniente dos países da Área do Euro. Além disso, a redução da participação ocorrida em junho de 2012, em comparação a dezembro de 2011, reforça a percepção de que o acirramento da crise europeia, a despeito de outros riscos, teria impacto limitado no que se refere ao financiamento das operações de crédito no país (gráfico 2.2.9).

Gráfico 2.2.9 – Estoque de linhas de crédito, empréstimos e títulos
Participação por país credor



As captações líquidas de poupança foram positivas em R$15,5 bilhões no acumulado do primeiro semestre, apesar da mudança nas regras de remuneração a partir de 3 maio de 2012, que redefiniu a rentabilidade para os novos depósitos para TR + 70% da meta da taxa Selic quando esta for menor ou igual a 8,5% a.a.[23] (gráfico 2.2.10). Análises preliminares indicam que a poupança continua atrativa para boa parte dos investidores. Os depósitos captados anteriormente à mudança continuam a ser remunerados segundo a regra antiga, muito atrativa no atual cenário de taxa de juros. Em adição, a facilidade de aplicação e as isenções tributárias continuam a apresentar

Gráfico 2.2.10 – Captações de poupança



21/ A Resolução nº 4.123, de 23 de agosto de 2012, que produzirá efeitos a partir de 1º de novembro de 2012, altera as normas sobre emissão de LF. Entre as alterações, há a possibilidade de emissão de LF com cláusula de antecipação do seu vencimento no caso da liquidação da operação ativa vinculada, desde que respeitado o prazo mínimo de doze meses.

22/ Circular n° 3.569, de 22 de dezembro de 2011, alterada pela Circular n° 3.576, de 10 de fevereiro de 2012, e pela Circular nº 3.594, de 21 de maio de 2012.

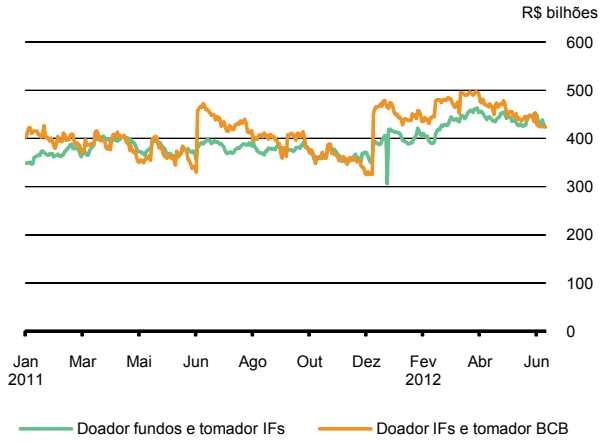
23/ Lei nº 12.703, de 7 de agosto de 2012.

vantagens significativas quando comparadas a outros investimentos, principalmente aqueles destinados aos pequenos aplicadores.

Os fundos de investimento administrados por bancos apresentaram captações líquidas positivas de R$155 bilhões no primeiro semestre,[24] inexistindo evidências de que tenham sido afetados pela queda da taxa Selic. Os recursos dos fundos constituem importante fonte de financiamento para as instituições financeiras, considerando que cerca de R$280,5 bilhões (17% do patrimônio dos fundos) estão aplicados em títulos emitidos por essas instituições, como Certificados de Depósitos Bancários (CDB), LF e LFS. Em junho de 2012, os fundos de investimento respondiam por 14,8% do saldo total de depósitos a prazo, 79,3% das LF e 85,2% das LFS.

Além dessas aplicações, parcela significativa do patrimônio desses fundos está aplicada em operações compromissadas com títulos públicos federais, tendo como contraparte as instituições financeiras. Entretanto, as operações compromissadas entre fundos e bancos não aumentam a disponibilidade de recursos dos bancos para conceder crédito, pois configuram a troca de um ativo líquido por outro, não caracterizando captação no sentido estrito. De fato, observa-se um equilíbrio entre o volume das captações em operações compromissadas com fundos e o volume das aplicações dos bancos em operações compromissadas com o BCB (gráfico 2.2.11). Ressalte-se, ainda, que essas operações são úteis como instrumento de gestão de liquidez dos fundos de investimento para garantir a liquidez das cotas.

Gráfico 2.2.11 – Operações compromissadas com títulos públicos federais



Embora o risco de liquidez do sistema bancário seja reduzido, convém destacar a recente alteração nas regras de emissão do DPGE, instrumento que contribui para alongar prazos e redistribuir a liquidez pelo sistema e que detém a garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).[25] Dessa forma, o CMN aperfeiçoou, ampliou, reduziu custos e tornou permanente a possibilidade de emissão dos DPGE, propiciando condições de captação mais equitativas para as instituições voltadas para a concessão de crédito. Para os investidores, as regras e as garantias permanecem as mesmas. Para o FGC, a alienação de recebíveis de operações de crédito reduz o risco, o que permite a redução dos custos para a obtenção de garantia pelas instituições emissoras.

A análise dos diversos fatores relacionados ao risco de liquidez permite concluir que o sistema bancário dispõe de recursos suficientes para financiar suas operações, obtidos em grande parte de fontes estáveis no mercado doméstico, assim como continua a deter níveis elevados de ativos líquidos para fazer face a eventual situação de estresse de liquidez.

2.3 Crédito

O crédito concedido pelo SFN cresceu de forma moderada no semestre, mantendo a tendência de desaceleração observada desde o primeiro semestre de 2011, quando foram sentidos os primeiros reflexos das medidas macroprudenciais adotadas em 2010[26] e revistas ao final de 2011,[27] com vistas a aproximar o crescimento da carteira a um ritmo mais sustentável no longo prazo. Entretanto, tendo em vista a piora no cenário externo, em especial o agravamento da crise na Área do Euro, o governo brasileiro colocou em prática várias medidas destinadas a estimular a demanda e a impulsionar o crescimento econômico. Em particular, os bancos públicos[28] acentuaram o processo de redução nas taxas de juros para algumas modalidades de crédito, liderando as concessões no período e ganhando participação relativa na carteira total.

24/ Fontes: BCB e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

25/ Resolução CMN n° 4.115, de 26 de julho de 2012, que altera a Resolução CMN n° 4.087, de 24 de maio de 2012, no que tange à captação de depósitos a prazo com garantia proporcionada pelo FGC.

26/ Circular n° 3.515, de 3 de dezembro de 2010.

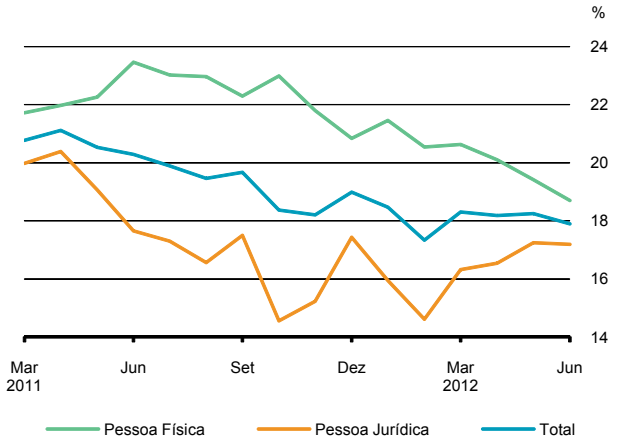
27/ Circular n° 3.563, de 11 de novembro de 2011.

28/ O Banco do Brasil (BB) adquiriu 49,9% do capital votante do Banco Votorantim em setembro de 2009. Para efeito da segmentação por controle acionário, o Votorantim continua sendo integralmente considerado banco privado nacional, conforme orientações da Carta-Circular n° 2.345, de 25 de janeiro de 1993; o mesmo critério é adotado pela nota para imprensa de política monetária e operações de crédito do SFN.

A inadimplência das pessoas físicas (PF) apresentou elevação no semestre, tendo o financiamento de veículos sido a modalidade que mais contribuiu para essa alta. Todavia, a partir do segundo semestre de 2011, o aumento na seletividade da concessão de crédito e a observação de que as novas safras passaram a apresentar menor nível de atraso indicam redução da inadimplência tanto na carteira de veículos quanto no crédito às famílias. Por sua vez, o atraso nas operações contratadas com pessoas jurídicas (PJ) elevou-se no semestre, como reflexo do aumento na participação relativa do crédito livre – cuja inadimplência apresentou leve alta no semestre e situa-se em nível superior ao do crédito direcionado – no total da carteira PJ. Destacou-se, como atenuante desse movimento, o crescimento da quantidade de tomadores PJ, que resulta em maior diversificação do risco na carteira.

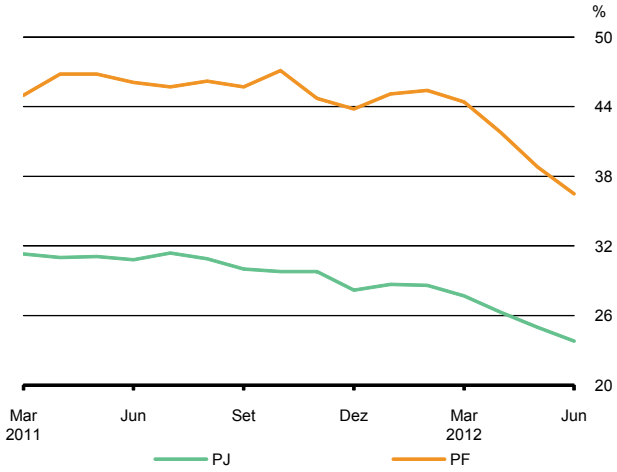
O estoque de operações de crédito do SFN[29] atingiu R$2,17 trilhões em junho de 2012, o que representa expansão de 6,8% em relação ao semestre anterior e de 17,9% em doze meses, correspondendo a 50,7% do PIB. O menor ritmo de expansão observado, de 19% (gráfico 2.3.1), é coerente com a moderação no crescimento da atividade doméstica e com o ambiente de elevada volatilidade e baixo crescimento econômico no cenário externo.

Gráfico 2.3.1 – Crescimento anual da carteira de crédito
Pessoa Física e Pessoa Jurídica



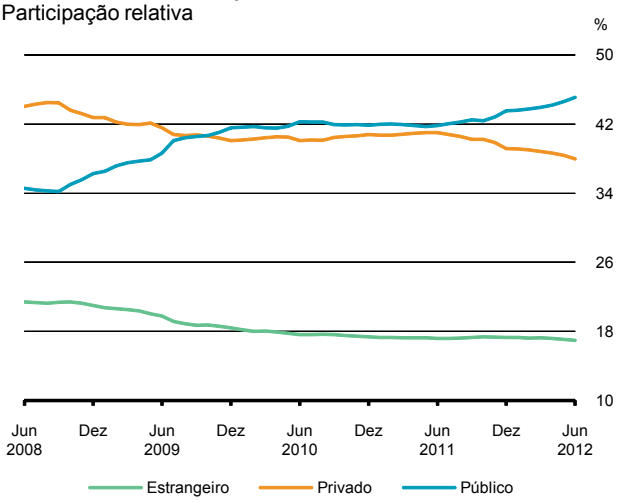
No semestre, é possível identificar dois períodos distintos: o primeiro trimestre, com crescimento menos intenso, de 2,2%, influenciado pela piora no cenário internacional e pela postura mais seletiva e conservadora das instituições financeiras, dado o aumento da inadimplência de algumas modalidades durante 2011; e o segundo trimestre, com crescimento mais significativo da carteira de crédito, de 4,5%, em um ambiente de queda nas taxas de juros (gráfico 2.3.2).

Gráfico 2.3.2 – Taxas de juros do crédito referencial



O ritmo mais acelerado de crescimento do segundo trimestre foi determinado, como mencionado, pelos bancos públicos, que capitanearam o processo de redução das taxas de juros e aumentaram suas concessões. Com efeito, a carteira desse segmento cresceu 10,6% no semestre, ante 3,5% e 4,6% dos bancos privados nacionais e estrangeiros, respectivamente. Essa diferença de ritmo permitiu a continuidade na tendência de elevação da participação relativa dos bancos públicos no SFN iniciada em 2008, quando esse segmento exerceu importante papel contracíclico, suprindo a demanda por crédito em um momento de contração econômica e de aversão ao risco. Sua participação na carteira total atingiu 45,1% em junho de 2012, ante 41,8% um ano antes (gráfico 2.3.3).

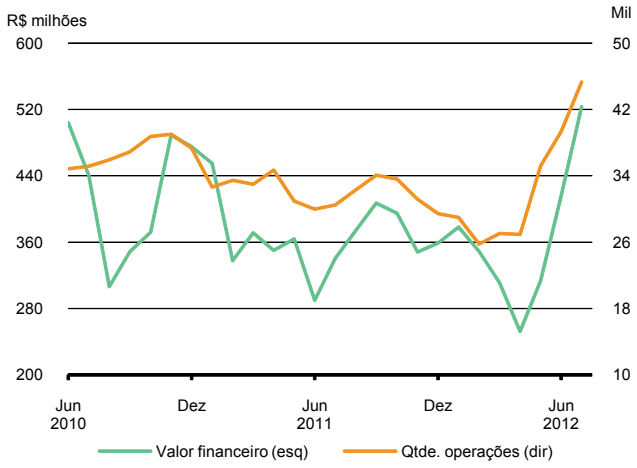
Gráfico 2.3.3 – Crédito por controle acionário
Participação relativa



29/ As análises desta seção, assim como nas duas versões anteriores, compreendem dados de todo o SFN, diferentemente de edições mais antigas, que contemplavam somente o sistema bancário, excluídos os bancos de desenvolvimento. Os trechos que não tratarem do SFN serão devidamente explicitados.

As condições do semestre, especialmente o cenário de redução nas taxas de juros, foram determinantes para a evolução da portabilidade de crédito, que consiste na possibilidade de o cliente transferir as suas dívidas para outra instituição. No período, tanto a quantidade de operações transferidas quanto o volume portado estiveram perto dos maiores valores até hoje registrados, com indicação de continuidade no movimento ao longo dos próximos meses (gráfico 2.3.4). Esse processo é salutar, na medida em que aumenta a concorrência entre as instituições, com potencial impacto na redução de taxas e, consequentemente, na capacidade de pagamento das empresas e das famílias. Como esperado, as instituições públicas, que reduziram suas taxas de juros de forma mais significativa foram as que mais receberam créditos portados de outras instituições.

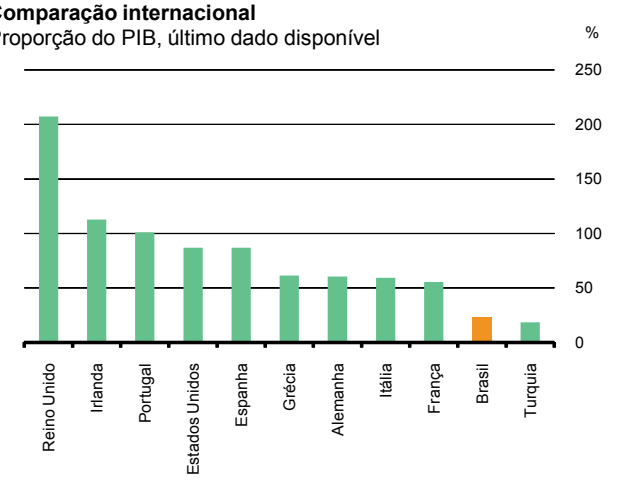
Gráfico 2.3.4 – Portabilidade de operações de crédito
Média móvel de 3 meses



O saldo total da carteira PF aumentou 7,9% no semestre e 18,7% em doze meses, alcançando R$1,01 trilhão em junho e passando a corresponder a 23,7% do PIB, razão considerada ainda baixa no comparativo internacional (gráfico 2.3.5). Mais uma vez, o financiamento habitacional foi o principal responsável pelo crescimento, acumulando alta de 17,7% no semestre e de 41,0% em doze meses (tabela 2.3.1). Essa modalidade alcançou 5,5% do PIB, ante 4,2% um ano antes, consolidando-se como a mais representativa na carteira PF.

Apesar de ser a modalidade com o maior ritmo de expansão, observou-se redução na velocidade de crescimento do crédito imobiliário nos últimos doze meses, assim como movimento de desaceleração semelhante no índice de preços dos imóveis residenciais.[30] A relação entre o valor do financiamento e o valor do bem financiado, o *loan-to-value* (LTV), permaneceu em patamar sustentável, atingindo 71,5% em junho, praticamente sem alteração em relação a dezembro de 2011.

Gráfico 2.3.5 – Endividamento das famílias
Comparação internacional
Proporção do PIB, último dado disponível



Fonte: FMI

Tabela 2.3.1 – Representatividade das modalidades PF e taxas de crescimento semestral e anual

%

	Crescimento do estoque em jun 2012 em relação a:		Modalidade / carteira total	
	2011 Jun	2011 Dez	2011 Jun	2012 Jun
Pessoa Física	**18,7**	**7,9**	**100,0**	**100,0**
Financiamento imobiliário	41,0	17,7	19,6	23,3
Financ. veículos (+ *leasing*)	4,5	0,5	23,8	21,0
Empréstimo consignado	17,5	10,1	17,4	17,3
Cartão de crédito	18,7	2,4	11,4	11,4
Crédito rural	18,5	7,1	11,0	11,0
Emprést. sem consignação	15,5	6,4	9,0	8,8
Cheque especial e adiant. a depositantes	5,7	13,6	2,8	2,5
Demais modalidades	11,8	1,3	5,0	4,7

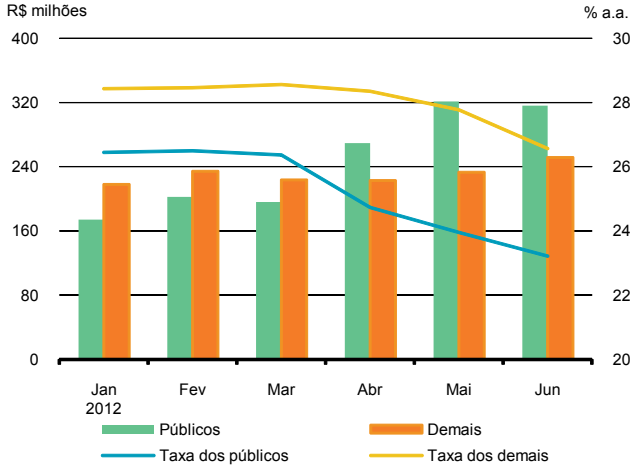
Por sua vez, o financiamento de veículos (incluindo o arrendamento mercantil) apresentou crescimento praticamente nulo no semestre, de apenas 0,5%. O arrefecimento nas contratações dessa modalidade evidenciou uma postura mais conservadora por parte das instituições financeiras, justificada pela manutenção da inadimplência em nível historicamente elevado para essa carteira. Com o objetivo de estimular o crescimento do setor automobilístico, o governo implementou algumas

30/ A partir dos dados do Índice Fipezap de Preços de Imóveis Anunciados (Fipezap), o índice combinado para as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo apresentou variação média anual de 20,7% em junho de 2012, ante 30,5% em dezembro e 35,2% em junho de 2011.

medidas visando aquecer a demanda por veículos e equilibrar a oferta de crédito[31] sem prejuízo à maior seletividade do crédito. Dentre essas medidas, destacam-se a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), e a edição, pelo BCB, da Circular nº 3.569, de 2011, posteriormente alterada pela Circular nº 3.594,[32] de 2012. Como essas medidas foram tomadas ao final de maio, os impactos no semestre não foram plenamente sentidos, esperando-se que os efeitos sejam percebidos durante o segundo semestre.

O crédito consignado cresceu 10,1% no semestre e foi uma das modalidades mais impactadas pela redução de taxas de juros, especialmente nos bancos públicos, que aumentaram a participação no estoque da modalidade de 51% em dezembro de 2011 para 53% em junho de 2012 (gráfico 2.3.6). A modalidade apresenta reduzido risco de crédito, em virtude de a maior parte das operações ser contratada pelos funcionários públicos (61,7%), aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (30,2%), restando menos de 10% da carteira concedida para funcionários de empresas privadas, que possuem menor estabilidade no emprego.

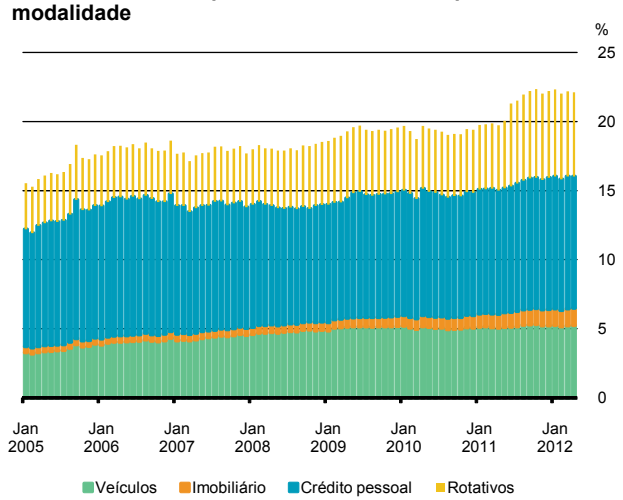
Gráfico 2.3.6 – Média diária de concessões e taxas de juros para crédito consignado



Os empréstimos vinculados ao cartão de crédito apresentaram crescimento de apenas 2,4%, totalizando R$112,9 bilhões em junho, o que representa 11,4% da carteira PF. As duas submodalidades sobre as quais não incidem juros – compras a vista e compras parceladas pelo lojista, que correspondem a cerca de 70% da modalidade – cresceram pouco no semestre (0,8%). As compras parceladas pela IF representam cerca de 10% da carteira e, da mesma forma, cresceram pouco no semestre, 1,7%. Diferentemente, o empréstimo rotativo, que representa 20% da modalidade e 2,2% da carteira PF, cresceu 7,9% no semestre, demandando maior monitoramento, haja vista as elevadas taxas de juros cobradas e a concentração de tomadores com maior risco, ratificada pelo elevado nível de inadimplência.

Não obstante a elevação de 1,2 p.p. no endividamento das famílias[33] no semestre, alcançando 43,4% da renda disponível em junho, o comprometimento de renda manteve-se praticamente constante no período, estabilidade que se relaciona à redução nas taxas de juros[34] e ao alongamento de prazos.[35] Ressalte-se a baixa participação do crédito imobiliário – modalidade que representa 23,2% da carteira PF – na composição do comprometimento de renda, representando apenas 6% do total, em razão das suas taxas mais baixas e de seus prazos mais longos (gráfico 2.3.7). Os empréstimos

Gráfico 2.3.7 – Comprometimento de renda por modalidade



31/ De acordo com a Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras (ANEF), existe relação direta entre a oferta de crédito e a venda de veículos novos, já que cerca de 50% dos novos automóveis comercializados durante 2011 e o primeiro trimestre de 2012 utilizaram o financiamento bancário como modalidade de pagamento.

32/ A Circular nº 3.569, de 2011, buscou redistribuir a liquidez dentro do SFN, direcionando recursos para as instituições de pequeno e médio porte. Posteriormente, a Circular n° 3.594, de 2012, autoriza as Instituições Financeiras (IFs) a deduzir, do valor a ser recolhido como depósito compulsório, o saldo das carteiras de financiamento e de arrendamento mercantil de veículos contratadas a partir de 22 de maio de 2012.

33/ Para mais detalhes sobre a metodologia de cálculo do comprometimento de renda e do endividamento das famílias, *vide* boxe "Endividamento e Comprometimento de Renda das Famílias com Dívidas Bancárias: revisão metodológica", publicado no Relatório de Estabilidade Financeira (REF) de setembro de 2011.

34/ A taxa média de juros prefixada do crédito referencial para PF caiu de 63% a.a. em janeiro de 2005 para 36,5% a.a. em junho de 2012, conforme série temporal nº 3.953, disponível em <http://www.bcb.gov.br>.

35/ Ver tabela 2.3.2.

rotativos, por sua vez, são mais relevantes na formação do comprometimento, respondendo por 27% do total, e são sensibilizados mais rapidamente pela diminuição dos juros em razão de seu curto prazo.

Tais características, em adição à gradual substituição do crédito ao consumo pelo financiamento habitacional na estrutura de endividamento das famílias, tendem a favorecer a convergência do comprometimento de renda das famílias brasileiras para padrões internacionais no longo prazo.

Na carteira PF, continua em curso a tendência de expansão da base de clientes. O número de indivíduos com crédito acima de R$5 mil[36] cresceu 3,4% no semestre, ante 4,8% e 6,3% nos semestres anteriores. Tudo isso reforça a percepção de que as instituições devem prosseguir no aperfeiçoamento dos seus critérios de concessão e dos seus modelos de gestão de risco.

Adicionalmente, observou-se significativa ampliação da quantidade de clientes identificados no SCR, de 36 milhões em dezembro de 2011 para 64 milhões em junho de 2012, consequência da alteração do limite mínimo para informações individualizadas, de R$5 mil para R$1 mil.[37] A representatividade dos clientes identificados em relação ao crédito total também cresceu, de 93,7% para 99%, na mesma base de comparação. Tudo isso representa maior capacidade de análise, permitindo às instituições uma gestão mais eficiente de risco de crédito e, sobretudo, maior transparência para o BCB no desempenho da atividade de monitoramento e de fiscalização.

O aumento do prazo médio[38] das concessões para PF tem sido determinado, em grande parte, pelo financiamento habitacional, tanto pelo prazo mais longo da modalidade quanto pela sua crescente participação relativa na dívida das famílias. No último semestre, o prazo médio de concessão para a carteira PF subiu de 92 para 97 meses (tabela 2.3.2). O prazo das demais modalidades PF, excluindo o crédito habitacional, manteve-se praticamente estável em quarenta meses. No mesmo período, as leves reduções de prazo nas modalidades empréstimos consignados e sem consignação podem ser explicadas pela Circular n° 3.563,[39] de 2011, que aumentou a exigência de capital para operações com prazo contratual superior a sessenta meses. No caso dos financiamentos de veículos, a redução de prazos relaciona-se com a adoção de critérios mais rigorosos por parte das IF em função da elevação do nível de atrasos da modalidade.

Tabela 2.3.2 – Prazo médio das concessões

Média no semestre — Em meses

Modalidades	2º Sem. 2010	1º Sem. 2011	2º Sem. 2011	1º Sem. 2012
Pessoa Física	**83**	**86**	**92**	**97**
Veículos (+ *leasing*)	52	48	47	45
Financiamento imobiliário	287	291	292	300
Empréstimo consignado	61	60	62	60
Empr. sem consignação	37	35	35	34
Ch. especial e adiant. depos.	2	2	2	2
Empr. rotat. cartão de crédito	2	2	2	2
Rural	40	43	44	47
Demais modalidades	17	15	17	18

A inadimplência da carteira PF manteve a tendência de alta iniciada em março de 2011, atingindo 5,4% em junho contra 5,1%[40] em dezembro de 2011. Analisando a inadimplência por modalidade, destaca-se a carteira de financiamento de veículos, que apresentou nível crescente de atraso entre o início de 2011 e maio de 2012 (gráfico 2.3.8). O ritmo mais acelerado das concessões durante 2010, o alongamento dos prazos e o LTV elevado contribuíram para essa tendência de alta. As safras mais recentes, todavia, sugerem maior rigor e seletividade nas concessões a partir do segundo semestre de 2011 (gráfico 2.3.9).Além disso, os prazos de concessão foram reduzidos, em média, para 43 meses em junho, contra 47 meses um ano antes;[41] o mesmo aconteceu com o LTV, que registrou 72% em junho, ante 79% doze meses antes. Todos esses fatos apontam para a queda na inadimplência da modalidade nos próximos meses.

36/ Para permitir a comparação com a quantidade de clientes em dezembro de 2011, foi mantido o critério anterior de identificação de clientes, ou seja, nessa análise são contados uma única vez os clientes que possuem responsabilidade total (carteira de crédito ativa + coobrigação + prejuízo) igual ou superior a R$5 mil no SFN.

37/ Para que não ocorra quebra na série histórica de quantidade de clientes identificados, os critérios anteriores foram mantidos, de forma que o percentual de 3,4% de crescimento no semestre não tenha qualquer impacto dessa mudança no limite de identificação dos clientes.

38/ Na nota para imprensa de política monetária e operações de crédito do SFN, o prazo médio corresponde à média dos prazos a decorrer das parcelas vincendas, ponderada pelos seus respectivos valores. Por sua vez, a carteira de crédito referencial para taxa de juros refere-se às operações de crédito com recursos livres, com exceção das concedidas por cooperativas e por sociedades de arrendamento mercantil.

39/ Para mais detalhes sobre a Circular nº 3.563, de 2011, *vide* boxe de regulação do SFN publicado no último REF, de março de 2012.

40/ Os dados de inadimplência PF deste relatório foram extraídos do SCR. Eventuais divergências em relação aos números publicados em versões anteriores explicam-se pela redução do limite de identificação de clientes, de R$5 mil para R$1 mil, o que tornou o cálculo mais preciso.

41/ Essa análise considera somente a modalidade financiamento de veículos, não levando em conta os arrendamentos financeiros.

Gráfico 2.3.8 – Inadimplência PF por modalidade

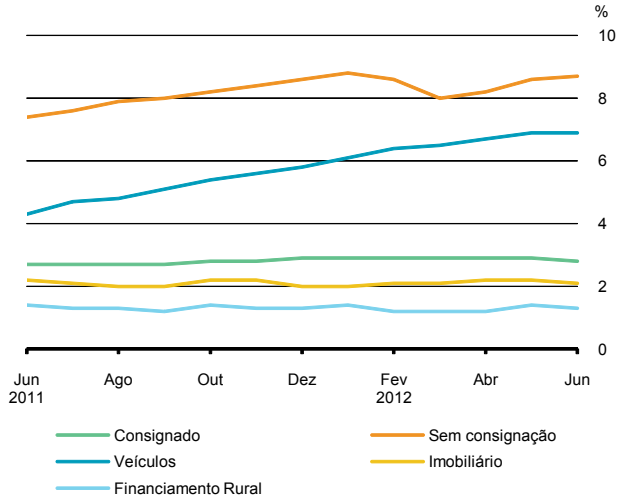
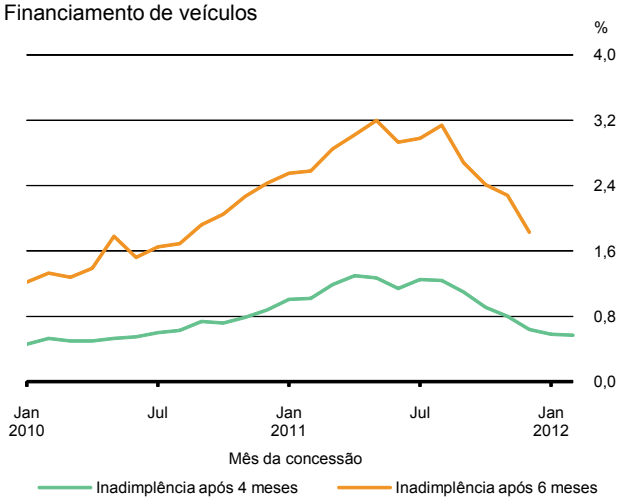


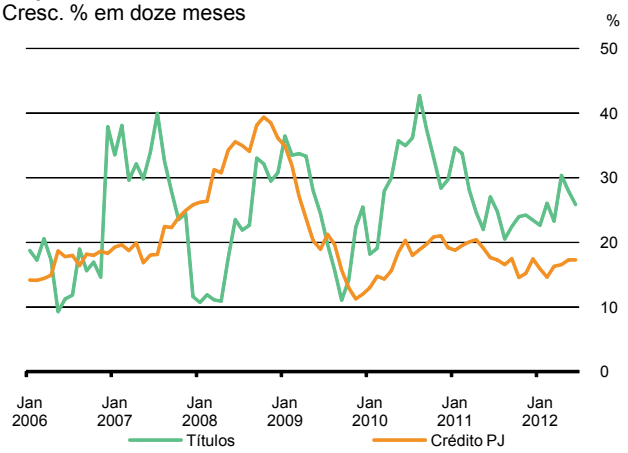
Gráfico 2.3.9 – Inadimplência por safras
Financiamento de veículos



O saldo das operações de crédito PJ alcançou R$1,15 trilhão em junho, alta de 5,9% no semestre e de 17,2% em doze meses. O menor ritmo de crescimento dessa carteira na comparação com os empréstimos às famílias tem reduzido a sua participação relativa no crédito total, de 55% em dezembro de 2009 para 53,2% em junho de 2012.

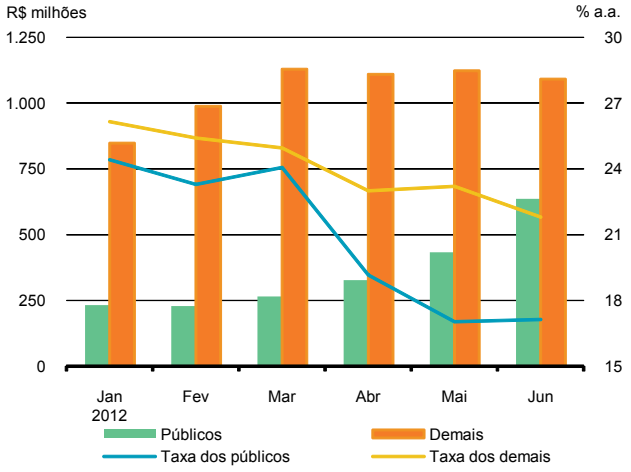
Esse crescimento mais moderado da carteira de crédito à PJ nos últimos anos se explica, em parte, pelo processo de substituição dessas dívidas pela emissão de títulos, principalmente as debêntures, como forma de alongar os passivos e reduzir os custos de captação das empresas, tendo em vista a vantagem tributária dessas emissões pela isenção do IOF.[42] Em junho, o saldo de debêntures e de notas promissórias emitidas por empresas não financeiras alcançou R$175,6 bilhões, representando 13,2% do saldo total de financiamentos domésticos a esse setor, ante 10,5% em junho de 2009, refletindo o crescimento mais acentuado do mercado de títulos em comparação ao do crédito bancário (gráfico 2.3.10). Todavia, as instituições financeiras desempenham papel ativo e crescente nesse mercado de renda fixa privada, mantendo em suas carteiras 50,4% do estoque de debêntures em junho de 2012, percentual que tem aumentado de forma consistente desde junho de 2006, quando registrava 15,3%.

Gráfico 2.3.10 – Fontes de endividamento corporativo
Cresc. % em doze meses



Fontes: Cetip e BCB

Gráfico 2.3.11 – Média diária de concessões e taxas de juros para capital de giro

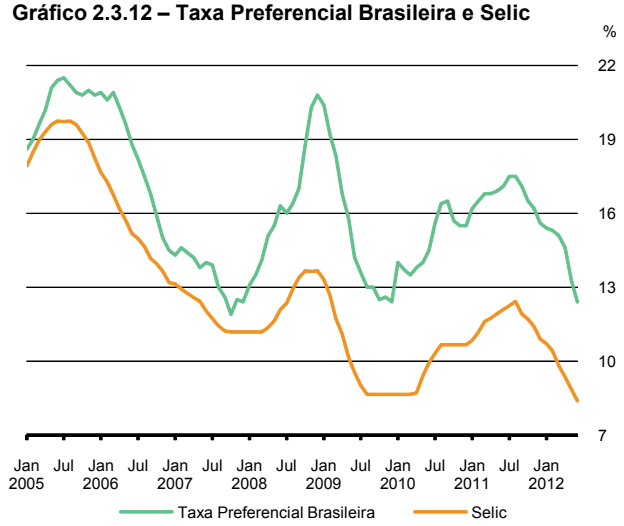


O crédito à PJ com recursos livres atingiu R$700,3 bilhões em junho, elevação de 7,1% no semestre e de 17,1% em doze meses. A carteira de crédito à PJ com recursos direcionados, por sua vez, alcançou R$453,2 bilhões em junho, alta de 4,0% no semestre e de 17,3% em doze meses. As operações de capital de giro, que corresponderam a 48,2% da carteira de crédito livre PJ, destacaram-se no período, registrando alta de 7,7% no semestre e de 19,5% em doze meses. Contribuiu para esse desempenho a redução das taxas de juros, especialmente nos bancos públicos, cuja participação na modalidade saltou de 31,4% em dezembro de 2011 para 33% em junho de 2012 (gráfico 2.3.11). Essa redução no custo de financiamento das empresas ocorreu igualmente naquelas

42/ Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, art. 32, §2°, VI.

operações destinadas às empresas de maior porte (gráfico 2.3.12), uma vez que a Taxa Preferencial Brasileira (TPB) tem caído desde setembro de 2011, em consonância com o início da política monetária empreendida pelo BCB.

Gráfico 2.3.12 – Taxa Preferencial Brasileira e Selic



Ao analisar os fluxos de financiamento de longo prazo às empresas não financeiras (tabela 2.3.3), nota-se que esse setor reduziu suas captações no mercado externo no semestre, na comparação com o mesmo período de 2011, como reflexo das incertezas relacionadas ao agravamento da crise internacional. O mercado de debêntures, por sua vez, mostrou sinais de reaquecimento no semestre. Os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)[43] caíram 3,7%, puxados pela retração de 11,6% nas contratações indiretas.

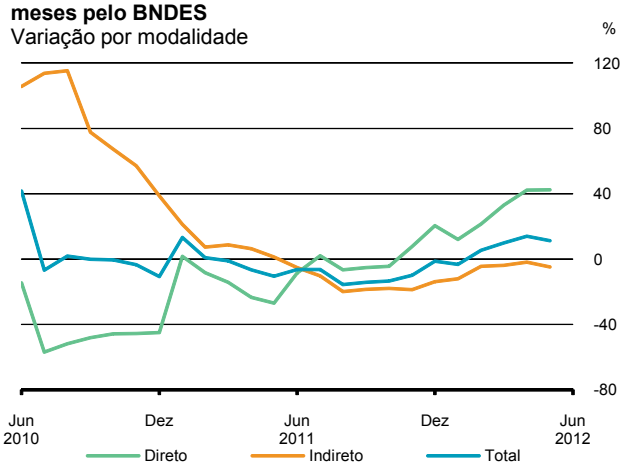
Tabela 2.3.3 – Financiamento do setor não financeiro
Fluxos brutos de entrada de recursos no semestre

	1º Sem 2011	2º Sem 2011	1º Sem 2012	Var. % 1-12 / 1-11	Var. % 1-12 / 2-11
BNDES	**55,6**	**83,3**	**53,5**	**-3,7**	**-35,7**
Direta	17,5	37,2	19,8	13,5	-46,6
Indireta	38,1	46,1	33,7	-11,6	-26,9
Mercado de capitais	**49,7**	**40,6**	**54,5**	**9,6**	**34,2**
Ações	13,9	4,1	8,1	-42,0	98,4
Debêntures	27,6	25,5	35,6	29,3	40,0
Notas promissórias	8,3	11,1	10,8	31,0	-2,4
Mercado externo [1/]	**62,9**	**62,2**	**52,9**	**-15,9**	**-15,0**
Investimento direto	46,5	45,6	44,0	-5,4	-3,7
Investimento em carteira	4,6	2,2	2,4	-48,2	8,6
Outros Investimentos	11,8	14,3	6,5	-44,8	-54,5

Fontes: BCB, BNDES e Cetip
1/ Valores em US$ bilhões

43/ O BNDES é o maior responsável pelo crédito direcionado PJ, respondendo por 96,3% da carteira em junho.

Gráfico 2.3.13 – Desembolsos acumulados em doze meses pelo BNDES
Variação por modalidade



Fonte: BNDES

O número de empresas com dívidas acima de R$5 mil reais alcançou 2,54 milhões em junho,[44] expansão de 8% no semestre, a maior desde dezembro de 2009. Os novos devedores (187 mil) são predominantemente empresas de menor e médio porte, o que significa maior pulverização da carteira.

A inadimplência do crédito concedido às empresas elevou-se para 2,2% em junho de 2012, preponderantemente influenciada pelas operações de crédito livre,[45] cuja deterioração é verificada desde dezembro de 2010 (gráfico 2.3.14). No que tange à análise setorial,[46] as empresas dos ramos têxtil e couros, e também aquelas do setor de serviços foram as que mais contribuíram para a elevação do atraso na carteira à PJ no semestre.

44/ A quantidade total de empresas devedoras do SFN identificadas no SCR por meio do novo critério de identificação de clientes individuais – aqueles cuja responsabilidade total é igual ou superior a R$1 mil – foi de 3,5 milhões em junho de 2012. Para permitir a comparação com a quantidade de clientes em dezembro de 2011, foi mantido o critério anterior de identificação de clientes, ou seja, aqueles com responsabilidade total igual ou superior a R$5 mil.

45/ O crédito livre aumentou sua participação na carteira PJ para 60,7% em junho, contribuindo para a piora da inadimplência PJ, uma vez que os atrasos dessas operações são, em geral, maiores que os do crédito direcionado. Isso deve-se ao fato de que as operações que são contratadas com algum direcionamento de recursos possuem, via de regra, condições mais favoráveis de prazos e taxas e melhores garantias oferecidas pelos devedores, o que os leva a priorizar o pagamento dessas operações em situações de dificuldade financeira.

46/ Os cinco setores mais representativos na inadimplência PJ representam 31% da carteira e respondem por pouco menos da metade dos atrasos. São eles, em ordem decrescente de relevância: construção, madeira e móveis; têxtil e couros; serviços; varejo e automotivo.

Gráfico 2.3.14 – Inadimplência PJ por origem do recurso

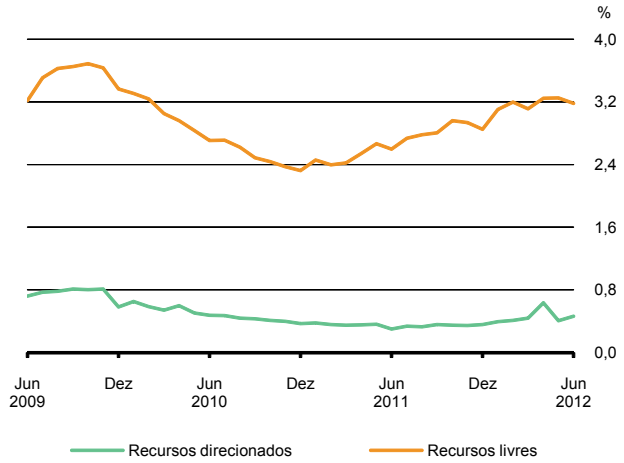
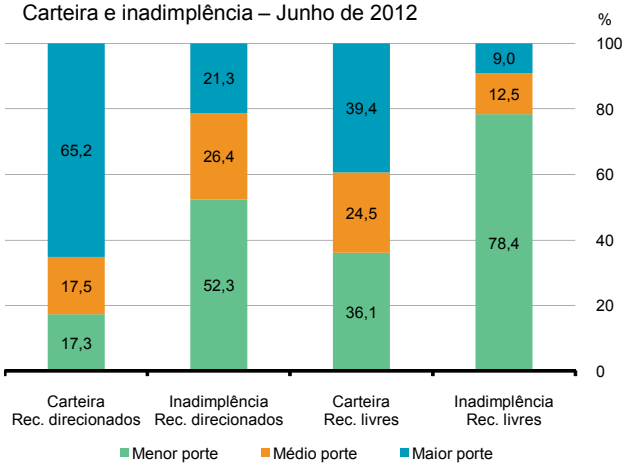


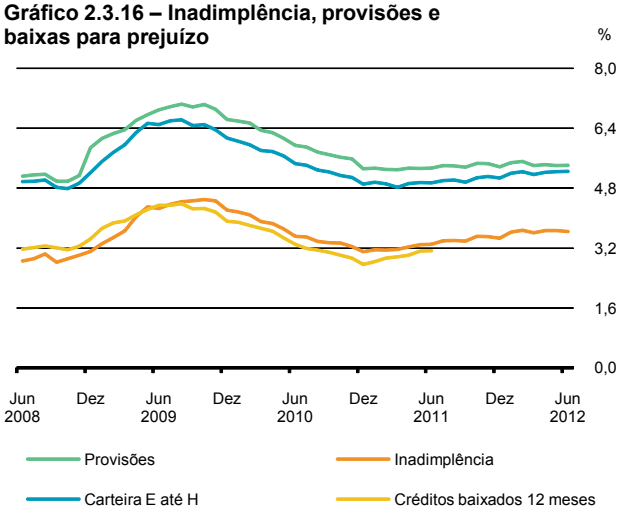
Gráfico 2.3.15 – Crédito PJ por origem do recurso e porte da dívida
Carteira e inadimplência – Junho de 2012



Ao conciliar a questão do direcionamento de recursos com o porte das empresas,[47] nota-se que as empresas de maior porte possuem grande representatividade no crédito direcionado, respondendo por cerca de dois terços dessa carteira. Por outro lado, embora as empresas de menor porte tenham representatividade pequena no crédito PJ (gráfico 2.3.15), sua contribuição para a inadimplência é significativa.

Analisando a qualidade da carteira de crédito total, tanto da PF quanto da PJ, a inadimplência mostrou alta no semestre, registrando 3,7% em junho, ante 3,4%[48] em dezembro de 2011. Não obstante, o índice de cobertura[49] continua em nível elevado, atingindo 1,6 em junho. Medidas adicionais, como a relação das provisões com o total dos créditos baixados para prejuízo com a defasagem de doze meses ou mesmo com o total da carteira considerada como de maior risco (classificada nos níveis entre E e H), também apontam para a suficiência das provisões constituídas (gráfico 2.3.16). Finalmente, vale destacar que a suficiência de cobertura de provisão está bem distribuída entre as instituições financeiras.

Gráfico 2.3.16 – Inadimplência, provisões e baixas para prejuízo



A avaliação da suficiência de provisão de acordo com o controle acionário revela índices de cobertura confortáveis para todos os segmentos, com destaque para a situação dos bancos públicos, cujo indicador registrou 2,1, ante 1,4 e 1,1 dos bancos privados nacionais e estrangeiros, respectivamente. Além disso, os bancos públicos não foram tão impactados pelo aumento da inadimplência, o que, a princípio, justifica menor elevação de suas provisões. Finalmente, a desaceleração das concessões de crédito dos bancos privados e estrangeiros contribuiu para a maior maturidade de suas carteiras de crédito, fato que justifica, em parte, maior inadimplência na comparação com os públicos (gráfico 2.3.17).[50]

Em suma, o movimento iniciado pelos bancos públicos em favor da redução das taxas de juros para algumas modalidades de crédito refletiu no ritmo de concessões e no ganho de participação desses bancos no mercado. A inadimplência da carteira à PF apresentou alta no semestre, explicada, em grande parte, pela elevação

47/ A análise da carteira de crédito PJ com foco no porte usou como *proxy* o valor devido das operações. Empresas com dívidas no sistema financeiro inferiores a R$10 milhões foram classificadas como de menor porte; aquelas cujo endividamento supera R$100 milhões foram classificadas como de maior porte; aquelas cuja exposição situa-se entre esses dois valores foram classificadas como de médio porte.

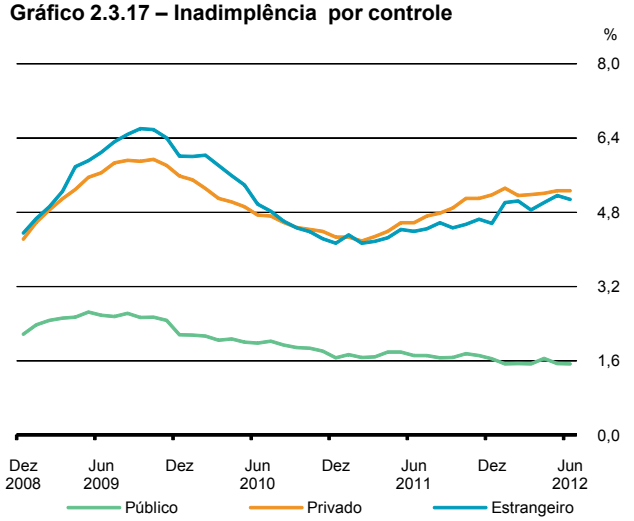
48/ Os dados de inadimplência total deste relatório foram extraídos do SCR. Eventuais divergências em relação aos números publicados em versões anteriores explicam-se pela redução do limite de identificação de clientes, de R$5 mil para R$1 mil, o que tornou o cálculo mais preciso.

49/ O índice de cobertura mede a razão entre provisão contabilizada e operações vencidas há mais de noventa dias.

50/ A principal justificativa para as diferenças de inadimplência entre os segmentos de controle acionário é a composição da carteira, conforme publicado no REF de março de 2012.

no patamar de atrasos na modalidade financiamento de veículos. Entretanto, as safras mais recentes mostraram redução significativa nos atrasos, indicando maior rigor na concessão de crédito por parte das instituições, assim como um LTV mais conservador e prazos mais curtos. Todos esses aspectos apontam para uma queda na inadimplência da modalidade nos próximos meses, com reflexos positivos sobre a carteira de PF.

Gráfico 2.3.17 – Inadimplência por controle



A carteira à PJ cresceu de forma moderada no semestre. Os recursos livres cresceram mais que os direcionados e contribuíram para a leve alta da inadimplência da PJ. As empresas de menor porte continuam sendo responsáveis por grande parcela da inadimplência, embora tenham representatividade bem menor no crédito à PJ. O cenário atual de taxas de juros mais baixas pode significar um atrativo a mais para que as empresas de menor porte recorram ao mercado de crédito, o que pode representar um desafio às instituições financeiras, na medida em que esse segmento é mais sensível a alterações no ambiente macroeconômico.

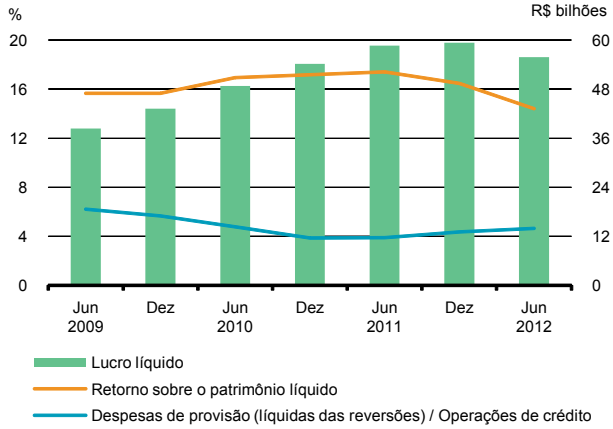
Acontecimentos recentes favoreceram a manutenção da qualidade da carteira de crédito do SFN. A despeito da continuidade das incertezas em relação ao cenário externo, como o possível agravamento da crise fiscal europeia e o arrefecimento da atividade econômica nos EUA e na China, algumas variáveis internas tendem a contribuir para a estabilização da inadimplência e mesmo para a sua redução nos próximos meses, como a retomada do crescimento da economia doméstica, os aumentos reais de renda das famílias, a manutenção do desemprego em nível baixo e o processo de redução das taxas de juros, com crescente recurso às normas de portabilidade do crédito.

2.4 Rentabilidade

A rentabilidade do sistema bancário mantém-se em nível confortável, apesar do recuo nos últimos doze meses e do aumento no número de IF que apresentaram prejuízo nesse período. O aumento da inadimplência e, consequentemente, das despesas de provisão, a elevação de despesas administrativas e a redução dos ganhos com *floating* explicam essa queda. Não obstante, houve leve avanço na diferença entre as taxas de operação de crédito e de captação e aumento nos ganhos com títulos e valores mobiliários.

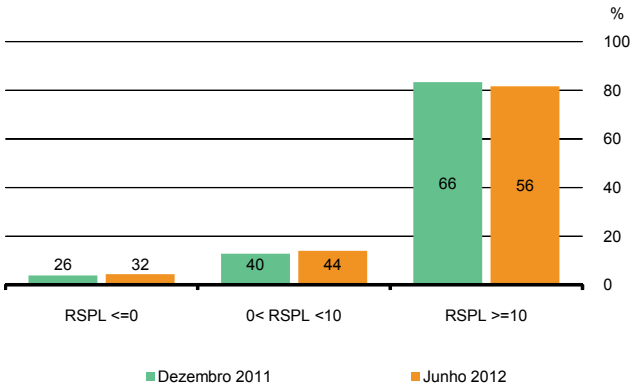
O lucro líquido dos últimos doze meses atingiu R$55,8 bilhões, contração de R$3,5 bilhões em relação aos doze meses findos em dezembro de 2011. Como consequência, o retorno sobre o patrimônio líquido (RSPL) declinou para 14,4%, queda de 2,0 p.p. (gráfico 2.4.1).

Gráfico 2.4.1 – Lucro líquido e retorno sobre o patrimônio líquido
Acumulado nos últimos doze meses



Essa queda na rentabilidade refletiu, também, em aumento no número de IF com prejuízo, que passaram a representar 4,3% dos ativos do sistema (gráfico 2.4.2).

Gráfico 2.4.2 – Distribuição de frequência para o RSPL anual ponderado pelos ativos
Dezembro 2011 *versus* Junho 2012



Os valores dentro das barras referem-se ao número de IFs com RSPL anual pertencente àquele intervalo.

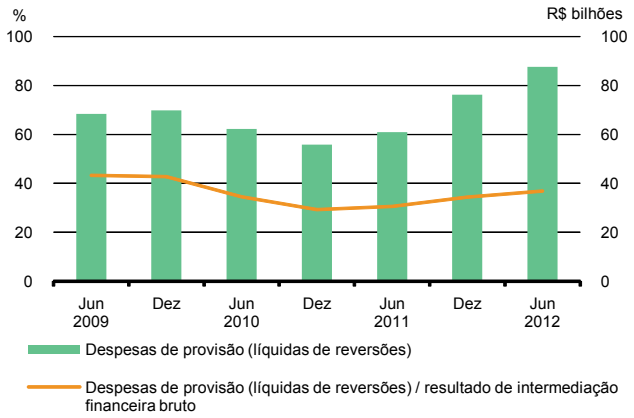
O aumento das despesas de provisão em ritmo superior ao crescimento da carteira de crédito foi o fator que mais contribuiu para a queda na rentabilidade do sistema bancário. As despesas de provisão aumentaram R$11,4 bilhões, o que ampliou seu efeito negativo sobre o resultado de intermediação financeira (tabela 2.4.1 e gráfico 2.4.3). Destaca-se que, desse montante, R$9,8 bilhões estão concentrados em instituições privadas, que possuem carteiras com maiores índices de inadimplência.[51]

Tabela 2.4.1 – Composição do lucro líquido

R$ bilhões

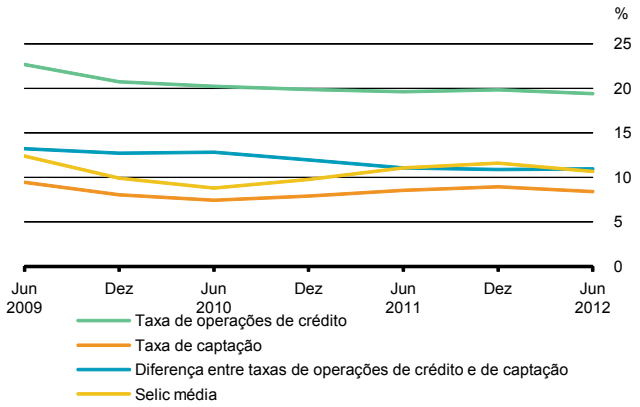
	Últimos 12 meses findos em		Variação
	Dez 2011	Jun 2012	nominal
Resultado de intermediação bruto	222,1	238,0	15,8
Desp. líq. de provisão para crédito	(76,3)	(87,7)	(11,4)
Resultado intermediação líquido	145,8	150,3	4,5
Desp. adm. - rec. serv.	(71,7)	(77,4)	(5,8)
Demais resultados operacionais	(11,7)	(15,1)	(3,4)
Resultado não operacional	4,6	4,1	(0,5)
IR e CSLL	(7,6)	(6,0)	1,6
Lucro líquido	59,4	55,8	(3,6)

Gráfico 2.4.3 – Despesas de provisão em relação ao resultado de intermediação financeira
Soma móvel dos últimos doze meses



Devido à maior participação de operações pós-fixadas no passivo das instituições financeiras, o movimento do custo de captação sofre forte interferência de variações da Selic. As operações de crédito, por outro lado, são predominantemente prefixadas e possuem prazo médio superior a cinquenta meses, de sorte que as reduções nas taxas de juros ocorridas na margem têm impacto reduzido sobre as rendas. Dessa forma, os cortes sucessivos na meta para a taxa Selic, a partir do segundo semestre de 2011, provocaram declínio mais acentuado nos custos de captação do que na renda das operações de crédito[52] e, como consequência, a diferença entre as taxas de operação de crédito e de captação permaneceu praticamente estável nos últimos doze meses, passando de 10,9% para 11,0% (gráfico 2.4.4).

Gráfico 2.4.4 – Taxas de operações de crédito e de captação



Embora a diferença entre essas taxas tenha permanecido estável para o agregado do sistema bancário, houve comportamentos distintos entre os bancos privados e os bancos públicos. Os primeiros reduziram seu custo de captação em 0,6 p.p., enquanto a renda de suas operações de crédito declinou apenas 0,3 p.p., gerando elevação na diferença entre as taxas de operação de crédito e de captação. O efeito dessa elevação sobre o resultado de intermediação financeira do segmento privado foi, no entanto, encoberto pela redução no ritmo de concessões e pelo aumento das despesas de provisão. Os bancos públicos, por sua vez, reduziram a diferença entre taxas de operação de crédito e captação (gráfico 2.4.5), em consequência da queda mais acentuada na renda de suas operações de crédito em comparação ao impacto da variação da Selic sobre o custo de suas captações. Não obstante, o efeito dessa redução sobre o resultado de intermediação financeira nos bancos públicos foi amenizado pelo aumento de sua participação no volume de crédito concedido.

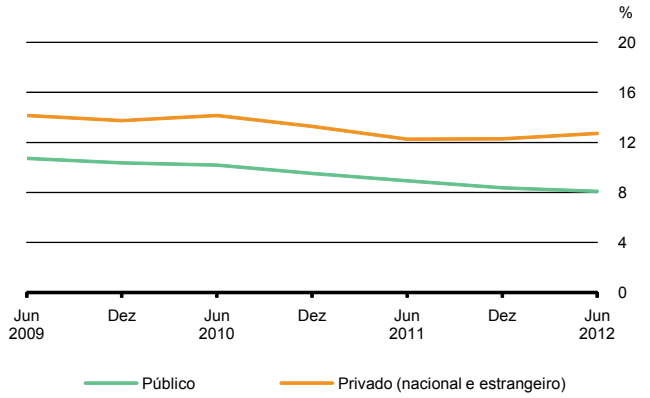
A redução da meta para a taxa Selic resultou, também, em diminuição dos ganhos com *floating*,[53] compensada pelo maior resultado com títulos e valores mobiliários, especialmente em decorrência da venda de títulos de renda fixa.

51/ Ver item 2.3 Crédito, para inadimplência das carteiras de crédito.

52/ A rentabilidade das operações de crédito é dada pela razão das receitas com operações de crédito pelo saldo médio das operações de crédito nos últimos doze meses.

53/ Informações sobre o cálculo estimado do ganho de *floating* estão disponíveis no anexo "Conceitos e Metodologias".

Gráfico 2.4.5 – Diferença entre taxas de operações de crédito e de captação, por controle acionário



Quanto ao resultado não proveniente de juros, as despesas de pessoal no primeiro semestre de 2012 superaram em R$5,8 bilhões as do mesmo período do ano anterior. Outros fatores, como a expansão de pontos de atendimento, também contribuíram para a elevação de R$10 bilhões nas despesas administrativas nos últimos doze meses (tabela 2.4.2).

Tabela 2.4.2 – Despesas administrativas

R$ bilhões

Itens de despesas	Últimos doze meses findos Dez 2011	Jun 2012	Variação nominal
Instalações (manutenção, conservação, água, energia, gás, aluguel)	9,6	10,4	0,7
Processamento dados, telec. e comunicação	14,3	14,8	0,5
Pessoal	72,8	78,6	5,8
Propaganda, promoções e publicações	4,3	4,2	(0,1)
Serviço do sistema financeiro	3,6	3,9	0,3
Segurança e vigilância	2,8	3,0	0,2
Serviços de terceiros, inclusive serv. técnicos especializados	21,6	21,9	0,4
Transporte e viagens	3,7	4,0	0,3
Deprec. e amortização	13,7	14,4	0,7
Outras desp. administ.	4,7	6,0	1,3
Total	151,1	161,1	10,0

As receitas de serviços cresceram R$4,3 bilhões. Os aumentos em rendas de cartão de crédito e de tarifas bancárias representaram, conjuntamente, 84,5% dessa variação (tabela 2.4.3). Apesar dos esforços das instituições para aumentar a base de clientes, o avanço das receitas de serviços não acompanhou o ritmo de crescimento das despesas administrativas, o que provocou ligeira queda no índice de cobertura,[54] de 52,6% para 51,9% (gráfico 2.4.6).

Tabela 2.4.3 – Rendas de prestação de serviços

R$ bilhões

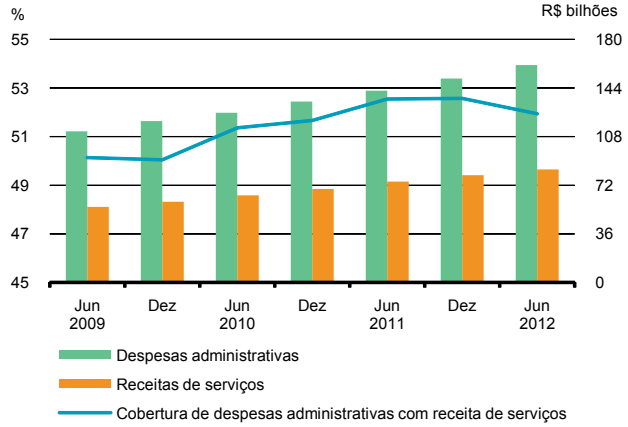
	Últimos doze meses findos em Dez 2011	Jun 2012	Variação nominal
Administração de fundos de investimento	7,3	7,7	0,4
Administração de fundos, programas e loterias	5,8	5,8	0,0
Serviços de cobrança	4,8	5,0	0,2
Rendas merc. de capitais	3,3	3,3	0,0
Rendas de tarifas bancárias (PF e PJ)	19,4	21,2	1,8
Rendas de garantias prestadas	3,1	3,4	0,3
Rendas cartão de crédito[1/]	19,4	21,2	1,8
Rendas outros serviços[2/]	16,4	16,0	(0,4)
Total	79,4	83,7	4,3

1/ Fonte: Notas explicativas dos cinco maiores bancos.

2/ Inclui rendas de cartão de crédtito, exceto dos cinco maiores bancos.

Gráfico 2.4.6 – Despesas administrativas *versus* receitas de serviços

Soma móvel dos últimos doze meses



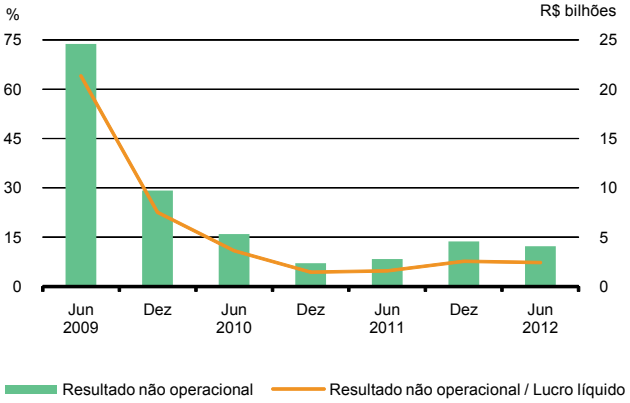
A despeito da queda no RSPL e do aumento do número de instituições com prejuízos, a composição do lucro melhorou. Os resultados não operacionais (gráfico 2.4.7) decresceram R$0,5 bilhão e sua participação no lucro líquido dos últimos doze meses recuou para 7,3%. Assim, a rentabilidade do sistema bancário brasileiro permanece robusta, eminentemente proveniente de operações bancárias de natureza recorrente (tabela 2.4.1).

Para o próximo semestre, a trajetória da rentabilidade dependerá de uma combinação de fatores, como a evolução da inadimplência e da diferença entre taxas de operação de crédito e de captação. Por um lado, uma

54/ Receitas de serviços sobre despesas administrativas.

queda na inadimplência[55] teria impacto positivo em relação às despesas de provisão. Por outro, a diferença entre taxas de operação de crédito e de captação tende a declinar, como consequência da redução das taxas de concessão de operações de crédito, iniciada pelos bancos públicos no segundo trimestre de 2012, e do aumento da concorrência, favorecido pela portabilidade.

Gráfico 2.4.7 – Contribuição do resultado não operacional ao lucro líquido
Últimos doze meses



2.5 Solvência

O primeiro semestre de 2012 foi marcado pela entrada em vigor de alterações nas regras de cálculo do risco de mercado, levando a acréscimo no requerimento de capital. Contudo, o Índice de Basileia (IB) apresentou leve avanço, de 16,3% para 16,4%, bem acima do mínimo regulatório de 11%, corroborando a percepção de que o SFN se encontra suficientemente capitalizado para enfrentar eventuais riscos econômicos e financeiros. Ademais, o índice de capital próprio sobre ativos[56] do sistema bancário brasileiro tem se mantido estável desde dezembro de 2010 (gráfico 2.5.1) e, em comparação a outros sistemas financeiros, situa-se entre os maiores (tabela 2.5.1).[57]

Gráfico 2.5.1 – PR, PRE e Índice de Basileia

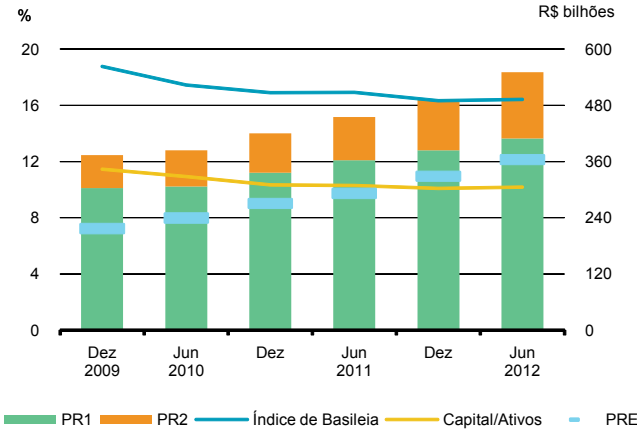


Tabela 2.5.1 – Capital sobre ativos e Índice de Basileia

%

Países do G20	Capital sobre Ativos		Índice de Basileia		
	2010	Último Disponível	2010	Último Disponível	
África do Sul	7,0	7,2	14,9	15,1	Dez 2011
Alemanha	4,3	4,4	16,1	16,7	Mar 2012
Argentina	11,3	11,2	17,7	15,5	Dez 2011
Austrália	5,7	5,7	11,4	11,6	Mar 2012
Brasil[1/]	10,3	10,2	16,9	16,4	Jun 2012
Canadá	4,7	4,7	15,6	15,1	Mar 2012
China	Nd	Nd	12,2	12,7	Dez 2011
Coreia do Sul	7,6	8,1	14,3	14,0	Dez 2011
Estados Unidos	12,7	12,2	14,8	14,7	Dez 2011
França	4,9	4,9	12,7	12,8	Jun 2011
Índia	Nd	6,7	15,2	13,1	Dez 2011
Indonésia	10,7	12,1	16,2	18,2	Mar 2012
Itália	5,0	5,4	12,1	12,7	Dez 2011
Japão	Nd	Nd	13,9	14,2	Set 2011
México	10,4	10,1	16,9	15,7	Mar 2012
Reino Unido	5,4	5,1	15,9	15,8	Jun 2012
Rússia	12,9	12,4	18,1	14,6	Mar 2012
Turquia	12,3	12,0	19,0	16,6	Mar 2012

Fonte: FMI.
1/ Fonte: BCB. A informação diverge do dado encontrado em http://fsi.imf.org, pois o universo de instituições da presente análise não contempla bancos de desenvolvimento.

O Patrimônio de Referência (PR) do sistema atingiu R$543,5 bilhões em junho de 2012, crescimento semestral de R$55,7 bilhões (gráfico 2.5.2), sendo o capital nível I responsável por 44,5% desse acréscimo. Diferentemente dos períodos mais recentes, as emissões de dívidas subordinadas (DS) e instrumentos híbridos de capital e dívida (IHCD) suplantaram os lucros líquidos retidos como os maiores responsáveis pela elevação do PR. Além dos lucros do período, o PR nível I foi reforçado por aumentos de capital oriundos da oferta primária de ações e do aporte de recursos em instituições de médio porte. O aumento no PR nível II, por sua vez, foi sustentado principalmente por emissões de R$20,1 bilhões em LFS, elevando o estoque de DS para R$123,7 bilhões. Ainda em relação ao aumento do PR nível II, houve R$6,8 bilhões de ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários (TVM), originados, notadamente, da reclassificação de

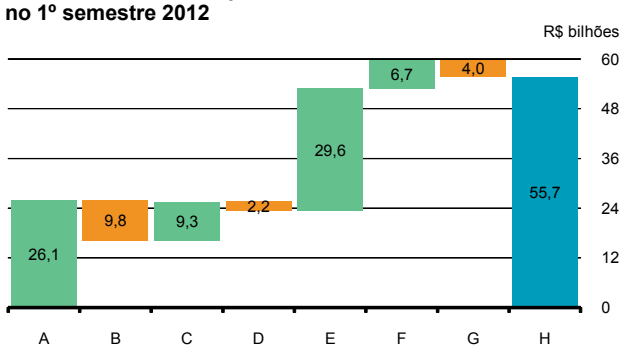
55/ Ver item 2.3 Crédito, para tendências sobre inadimplência.

56/ Quanto maior o índice de capital sobre ativos, menor a proporção de dinheiro captado pelo banco para financiar suas aplicações (i.e., menor alavancagem).

57/ A análise da tabela 2.5.1 deve ser relativizada em virtude de diferenças nos padrões contábeis e nos conceitos utilizados na regulação prudencial dos diversos países.

"títulos mantidos até o vencimento" para a categoria "disponível para venda" em empresas consolidadas.

Gráfico 2.5.2 – Decomposição da variação do PR no 1º semestre 2012



A = Lucro líquido

B = Distribuição de juros sobre o capital próprio, dividendos e recompra de ações

C = Aumento de capital

D = Aportes de IFs em outras IFs do sistema bancário

E = Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida

F = Ajuste TVM e instrumentos financeiros derivativos a valor de mercado

G = Outros

H = Variação total (PR nível I + PR nível II)

O Patrimônio de Referência Exigido (PRE) avançou de R$328,5 bilhões para R$364,1 bilhões. A parcela de capital exigido para exposições ponderadas por fator de risco (P_{EPR}) representa 89,2% desse valor (tabela 2.5.2) e sua variação, 72,3% do incremento total do PRE no semestre (tabela 2.5.3). Em razão da introdução de ponderadores de risco mais estritos e do crescimento das operações de crédito, inclusive daquelas com maior requisito de capital,[58] o fator de ponderação de risco médio (FPR-m) das parcelas genuinamente de crédito[59] tem apresentado aumento nos últimos quatro semestres e atingiu 89,1% em junho de 2012 (gráfico 2.5.3).

Outra constatação foi o diferenciado ritmo de crescimento em determinadas modalidades de crédito, que ganharam participação no P_{EPR}. O financiamento imobiliário, por exemplo, ampliou sua participação de 1,8% em junho de 2009 para 5,5% do P_{EPR} em junho de 2012, em linha com o crescimento da carteira habitacional, de R$55,2 bilhões para R$246,3 bilhões nesse mesmo intervalo.

Tabela 2.5.2 – Evolução do PRE

R$ milhões

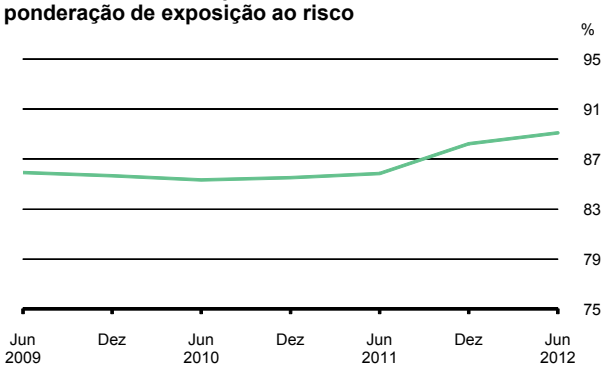
	2011		2012	
	Dez		Jun	
	Valor	%	Valor	%
PRE	328 522	100,0	364 111	100,0
PEPR	298 913	91,0	324 654	89,2
Financiamento imobiliário	13 751	4,2	17 848	4,9
Operações de varejo	41 962	12,8	42 564	11,7
Demais operações de crédito	98 126	29,9	108 958	29,9
TVM e derivativos	22 851	7,0	24 223	6,7
Garantias, avais, fianças e coobrigações prestadas	27 656	8,4	28 622	7,9
Créditos tributários	16 665	5,1	18 492	5,1
Compromisso de crédito não cancelável incondicional e unilateralmente	15 762	4,8	16 577	4,6
Permanente	18 545	5,6	18 878	5,2
Demais exposições	43 594	13,3	48 491	13,3
Risco de mercado	11 454	3,5	19 166	5,3
Risco operacional	18 154	5,5	20 290	5,6

Tabela 2.5.3 – Evolução da variação semestral do PRE

R$ milhões

	1º sem. 2011		2º sem. 2011		1º sem. 2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
PRE (variação total)	21 401	100,0	36 620	100,0	35 588	100,0
Risco de crédito	19 068	89,1	34 951	95,4	25 741	72,3
Risco de mercado	1 448	6,8	1 222	3,3	7 712	21,7
Risco operacional	885	4,1	447	1,2	2 136	6,0

Gráfico 2.5.3 – Média ponderada dos fatores de ponderação de exposição ao risco



Apesar do avanço, o P_{EPR} reduziu sua participação no PRE, principalmente em razão das regras mais austeras relativas ao risco de mercado. As parcelas que compõem esse último tipo de risco representaram 21,7% da variação do PRE no semestre (tabela 2.5.3) e aumentaram em 1,8 p.p. sua participação no capital total requerido (tabela 2.5.2).

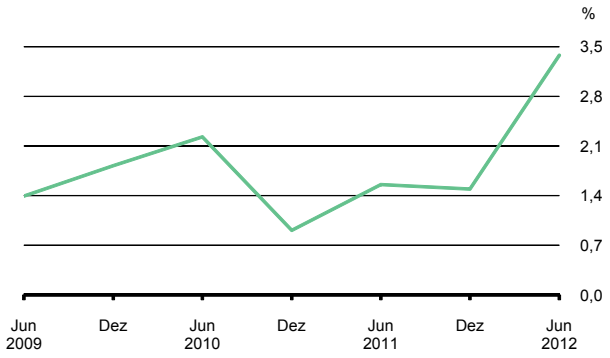
58/ Ver Circulares nº 3.515, de 3 de dezembro de 2010, e nº 3.563, de 2011, que promoveram elevação no requerimento de capital para determinadas operações de crédito.

59/ O FPR-m constitui métrica desenvolvida pelo BCB para capturar a dinâmica do requerimento de capital para risco de crédito. Equivale à média ponderada dos fatores utilizados para o cálculo do P_{EPR}, descritos na Circular nº 3.360, de 12 de setembro de 2007. Em geral, operações com maior risco de crédito e/ou menor garantia tendem a possuir maior fator de ponderação de risco (FPR). O presente exercício inclui operações de crédito, arrendamento mercantil, compromisso de crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela instituição, garantias prestadas – avais, fianças e coobrigações e outros direitos com características de operações de crédito.

Neste semestre, introduziu-se o VaR estressado na composição do cálculo da taxa de juros prefixada (P_{JUR1}) e entraram em vigor os novos parâmetros para as parcelas de risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos e passivos sujeitos à variação cambial (P_{cam}), de taxas de cupons de moedas estrangeiras (P_{JUR2}), de cupons de índices de preços (P_{JUR3}) e de cupons de taxas de juros (P_{JUR4}). Essas alterações impactaram significativamente o requerimento de capital para o risco de mercado.

A Circular nº 3.568, de 2011, prevê alterações para os próximos dois semestres que, no entanto, deverão impactar o PRE com menor intensidade em relação ao semestre atual. Esse processo de maior requerimento de capital para fazer face ao risco de taxas de juros alinha-se com as recentes recomendações de Basileia e representou avanço semestral, de 1,5% para 3,4%, no índice de cobertura[60] do capital constituído para as exposições da carteira *trading*[61] marcadas a mercado (gráfico 2.5.4).

Gráfico 2.5.4 – Índice de cobertura da carteira *trading*



O comprometimento do Patrimônio Líquido (PL) com ativos contingentes,[62] que, no semestre anterior, havia apresentado aumento após longo período de queda, reduziu-se levemente para 43,7% (gráfico 2.5.5). O crédito tributário originado por diferenças temporárias atingiu R$110,2 bilhões e continua sendo o principal responsável por esse índice. Influenciado pelos aumentos recentes na inadimplência, o crédito tributário de provisão para créditos de liquidação duvidosa representa 33,2% do comprometimento do PL.

O índice de imobilização do sistema reverteu a tendência ascendente e recuou para 29,1% (gráfico 2.5.6), percentual confortável em relação ao limite regulatório de 50,0% do PR para o limite de imobilização. Esse declínio foi motivado principalmente, do lado do denominador, pelo incremento em emissão de dívidas subordinadas, pela acumulação de lucros líquidos e pelo aumento de capital. O numerador, por sua vez, foi impactado pela estabilidade no montante de participação em empresas coligadas e controladas não componentes do conglomerado financeiro, que, em semestres anteriores, mantiveram crescimento superior a 10,0%.

Gráfico 2.5.5 – Ativos contingentes e comprometimento do PL

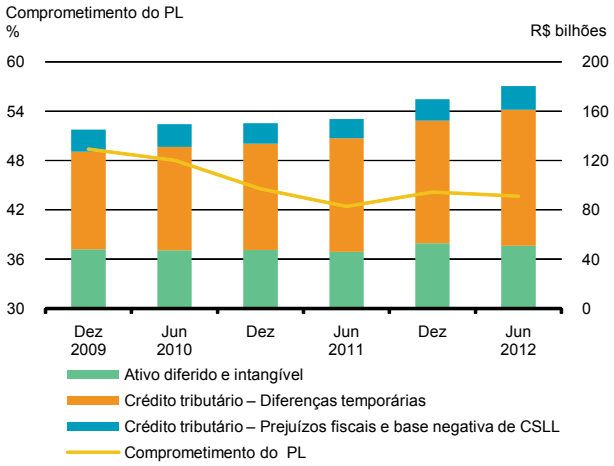
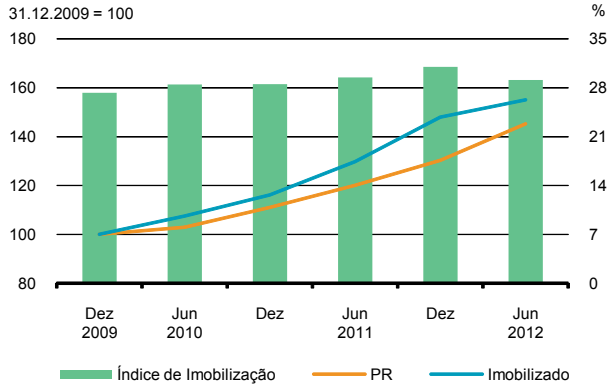


Gráfico 2.5.6 – Índice de imobilização



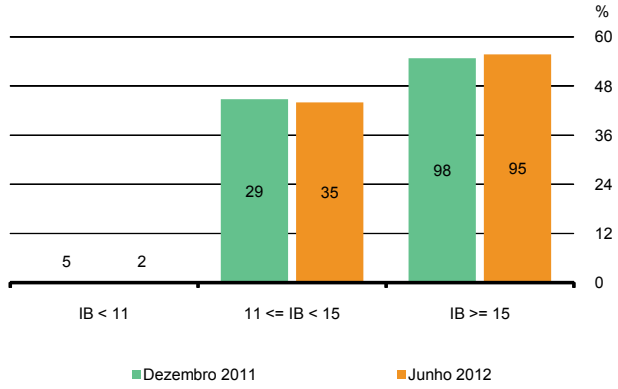
Diante do exposto e considerando o padrão regulatório atual, observa-se que houve avanço na solidez do sistema bancário, comparativamente ao semestre anterior. Ressalta-se, no entanto, que há instituições com capital regulamentar inferior a 11%, as quais estão recebendo a devida atenção por parte da autoridade monetária. Essas instituições representam apenas 0,2% dos ativos totais do sistema (gráfico 2.5.7).

60/ Índice de cobertura da carteira *trading* = (Pjur1 + Pjur2 + Pjur3 + Pjur4)/ Exposição da carteira *trading*.

61/ Ver Circular nº 3.354, de 26 de junho de 2007, para definição de carteira *trading*.

62/ Ver anexo "Conceitos e Metodologias" para definição de ativos contingentes.

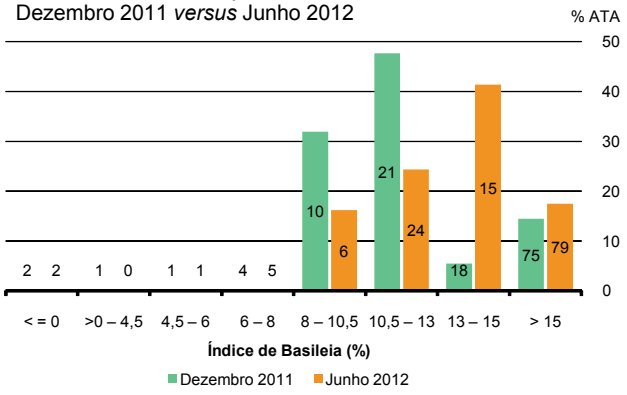
Gráfico 2.5.7 – Distribuição de frequência para o índice de Basileia ponderado pelos ativos
Dezembro 2011 *versus* Junho 2012



Os valores dentro das barras referem-se ao número de IFs com índice de Basileia pertencente àquele intervalo.

Acompanhando a preparação dos bancos para os futuros requisitos de capital, foram atualizadas as simulações referentes à implementação imediata[63] das novas recomendações previstas no edital de audiência pública nº 40, de 17 de fevereiro de 2012. O resultado sugere que a maioria das instituições está apta a cumprir a regulamentação estabelecida[64] e evidencia evolução em relação ao semestre anterior (gráfico 2.5.8). Caso a exigência do capital de melhor qualidade[65] vigorasse em junho de 2012, o sistema bancário necessitaria de R$7,8 bilhões, equivalente a apenas 2,5% do estoque atual desse tipo de capital.

Gráfico 2.5.8 – Distribuição de frequência para o índice de capital total ponderado pelos ativos (simulação da adoção de Basileia III)
Dezembro 2011 *versus* Junho 2012



Os valores sobre as barras referem-se ao número de IFs com índice de capital pertencente àquele intervalo.

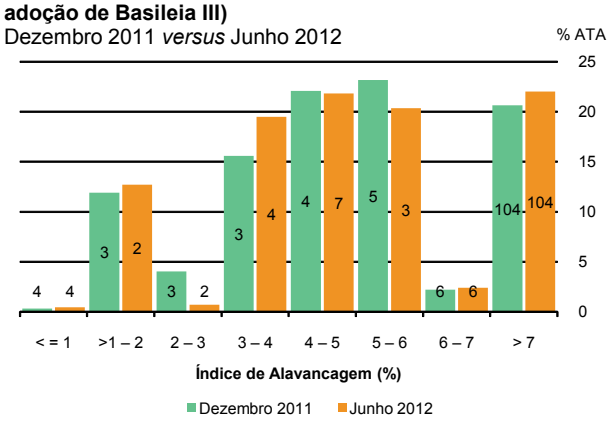
63/ Ver cronograma para implementação das recomendações de Basileia III no anexo ao Comunicado BCB n° 20.615, de 17 de fevereiro de 2011.

64/ Ressalte-se, contudo, que, no mencionado exercício, considerou-se que o estoque de R$140,7 bilhões de IHCD e DS atende aos requisitos de Basileia III.

65/ Segundo o Comunicado nº 20.615, de 2011, exigir-se-á 4,5% dos ativos ponderados pelo risco (APR) constituído sob a forma do capital de melhor qualidade. Para o capital total, será exigido 8,0% dos APR.

Simulação semelhante com o índice mínimo de alavancagem,[66] a ser exigido a partir de 2018, também atesta a capacidade do sistema. Considerando-se o mínimo de 3%, poucas instituições financeiras, sem representatividade no total do ativo do sistema, ainda não atenderiam o proposto, caso não houvesse período de adaptação às recomendações de Basileia III (gráfico 2.5.9). Não obstante, tendo em vista que a implementação dessas recomendações será feita de forma gradual, as instituições financeiras terão prazo razoável para a devida adaptação.

Gráfico 2.5.9 – Distribuição de frequência para o índice de alavancagem ponderado pelos ativos (simulação da adoção de Basileia III)
Dezembro 2011 *versus* Junho 2012



Os valores sobre as barras referem-se ao número de IFs com índice de alavancagem pertencente àquele intervalo.

Em complemento às recomendações de Basileia III, que produzirão efeitos sobre todas as IF, o Comitê de Basileia propôs a adoção de medidas adicionais para bancos sistemicamente importantes. A adoção dessas medidas fundamenta-se nos efeitos adversos que essas instituições financeiras, em situações de estresse ou insolvência, podem provocar sobre o sistema financeiro e sobre a economia real, e serão aplicadas aos bancos globais sistemicamente importantes (*global systemically important banks* – G-SIBs) e, de acordo com critérios nacionais, aos bancos domésticos (*domestic systemically important banks* – D-SIBs).

Os princípios estabelecidos pelo Comitê de Basileia para o desenvolvimento da metodologia de avaliação da importância sistêmica dos D-SIBs baseiam-se em indicadores determinantes para qualificar um banco como sendo crítico para a estabilidade do sistema financeiro. Os indicadores selecionados refletem o porte da instituição, a sua interconexão, a falta de substitutos prontamente disponíveis e a sua complexidade. No caso brasileiro, as primeiras estimativas para essas variáveis indicam que a soma das notas de importância sistêmica das quinze

66/ Comunicado BCB n° 20.615, de 2011.

maiores IF é superior a 87% da soma das notas do total do sistema bancário, o que indica que, embora tenhamos 132 bancos ou conglomerados bancários, o risco sistêmico está concentrado em poucas IF.

Concluindo, o IB apresentou avanço, apesar do cenário com parâmetros mais estritos de requisitos de capital para os riscos de crédito e de mercado. Além disso, houve redução no índice de imobilização, melhoria nos resultados das simulações de Basileia III e menor comprometimento do PL com ativos contingentes, apesar do maior volume de provisões para inadimplência, corroborando a percepção acerca da maior solidez do sistema bancário alcançada ao longo do semestre. Essa percepção, no entanto, não é estendida a um pequeno grupo de IF de baixa representatividade em termos de ativos do sistema bancário.

2.6 Testes de estresse

Os testes de estresse têm o objetivo de avaliar o impacto potencial de alterações extremas nas variáveis econômicas e financeiras sobre o balanço das instituições do sistema bancário. Considerando que um único modelo não é capaz de mensurar os diferentes riscos a que o sistema bancário está exposto, foram desenvolvidas abordagens complementares para avaliar a resiliência das instituições financeiras. Dentre as abordagens apresentadas, destacam-se as análises de cenário e de sensibilidade.[67]

Os resultados, em ambas as abordagens, demonstram que o sistema bancário brasileiro apresenta boa capacidade de suportar choques adversos decorrentes de um cenário de extrema deterioração da condição macroeconômica do país por quatro trimestres consecutivos, ou de mudança abrupta na taxa de juros, na taxa de câmbio ou na inadimplência.

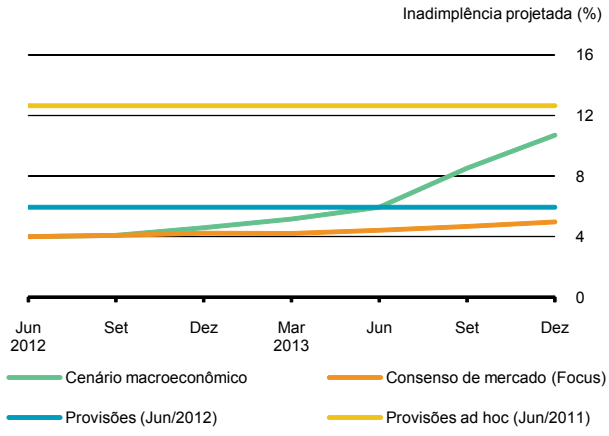
2.6.1 Testes de estresse nas condições macroeconômicas

As análises de cenário avaliam o impacto na inadimplência e, consequentemente, no nível de provisões e no IB das instituições, decorrentes de cenário extremo de deterioração econômica. São utilizadas duas abordagens. Uma com base em um cenário macroeconômico derivado de um modelo estatístico, em que se estima o impacto da redução do crescimento econômico e do aumento das taxas de juros e de câmbio em um horizonte de um ano. Outra assumindo um cenário *ad hoc* no qual as classificações de todas as operações de crédito são rebaixadas em dois níveis, sem hipótese das causas desse rebaixamento.

No modelo estatístico, aplicando-se o cenário de consenso de mercado,[68] concluiu-se que as provisões constituídas em junho de 2012 seriam suficientes para cobertura dos créditos em atraso projetados até dezembro de 2013. Aplicando-se um cenário de baixa probabilidade de ocorrência, com deterioração macroeconômica extrema por quatro trimestres consecutivos, a inadimplência seria elevada em 6,7 p.p. e demandaria provisões adicionais de 4,7 p.p. ao longo do tempo, até dezembro de 2013 (gráfico 2.6.1). Em tais condições, considerando as exposições e o nível de capitalização atuais dos bancos, o IB do sistema cairia para 13,2% em dezembro de 2013, o que demonstra sua robustez. A presente simulação mostra-se mais favorável que a apresentada no último relatório, no qual o IB reduzir-se-ia para 10,5% em junho de 2013 (gráfico 2.6.2). Esse resultado decorre de vários fatores, como o aumento das provisões e da capitalização dos bancos ao longo do último semestre e a previsão de melhora nas condições macroeconômicas para os próximos trimestres, que se reflete em um cenário estressado menos desfavorável.

No cenário *ad hoc*, os resultados indicam que o IB das instituições permaneceria acima de 11%, passando de 16,5% para 13,9%, reforçando a percepção da adequada capitalização do sistema. Nessas condições, quinze instituições ficariam desenquadradas em relação ao IB mínimo regulamentar (16,2% dos ativos do universo analisado), sendo que nenhuma instituição ficaria insolvente.

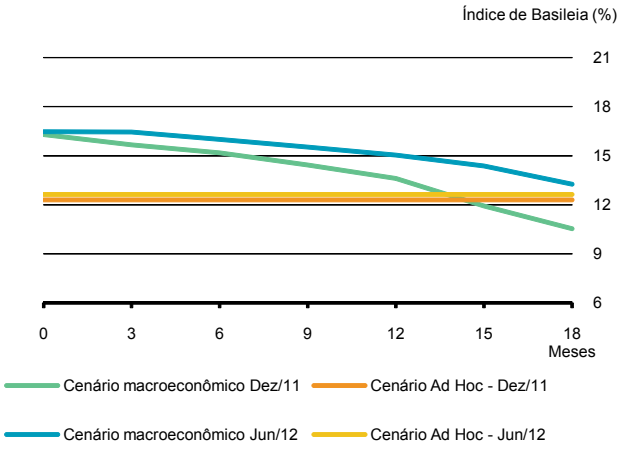
Gráfico 2.6.1 – Estresse macroeconômico
Inadimplência projetada



67/ Para detalhes sobre a metodologia dos testes de estresse, ver anexo "Conceitos e Metodologias – Estresse de Capital".

68/ Cenário obtido das expectativas de mercado para as principais variáveis da economia (Fonte: Relatório de mercado – Focus).

Gráfico 2.6.2 – Estresse macroeconômico
Índice de Basileia

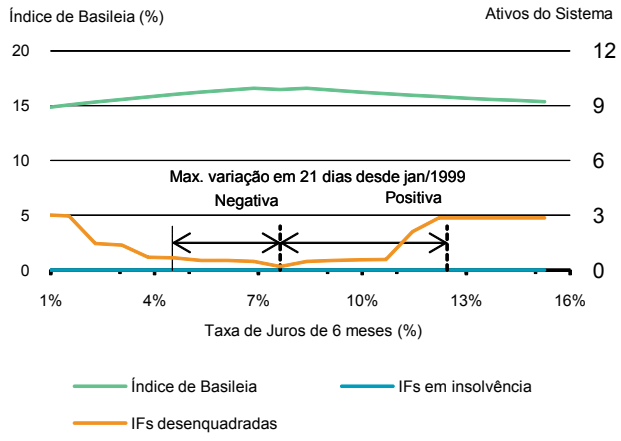


2.6.2 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade consiste na aplicação de variações incrementais nas taxas de juros, de câmbio e na inadimplência, com a mensuração do efeito isolado dessas variáveis sobre o PL e o IB das instituições financeiras, mantendo os demais fatores de risco inalterados.

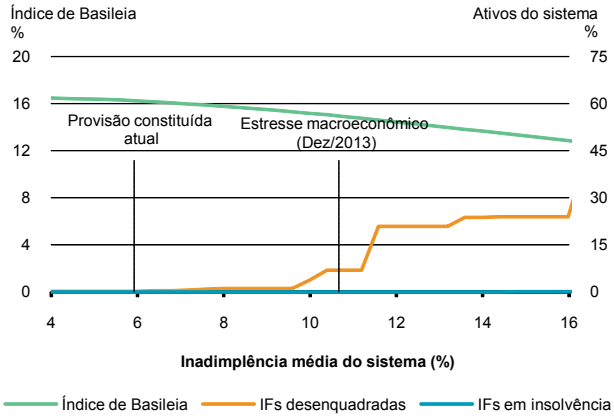
Os resultados da análise de sensibilidade às taxas de juros[69] revelam que doze instituições financeiras (2,9% dos ativos do sistema) ficariam desenquadradas caso as taxas de juros fossem superiores a 12,9% a.a. Na direção oposta, se os juros se reduzissem a 3,1% a.a., onze instituições financeiras (1,4% do sistema) apresentariam desenquadramento (gráfico 2.6.3). Em todas as situações examinadas, nenhuma instituição financeira ficaria insolvente. Relativamente aos resultados da publicação anterior, com data-base de dezembro de 2011, não houve alterações significativas no número de instituições financeiras que ficariam desenquadradas nos cenários extremos de variação nas taxas de juros. Quanto à análise de sensibilidade à taxa de câmbio, nenhuma instituição financeira ficaria insolvente e somente uma instituição de baixa representatividade (0,2% dos ativos do sistema) ficaria desenquadrada com uma taxa de câmbio superior a R$3,60.

Gráfico 2.6.3 – Análise de sensibilidade
Risco de taxa de juros



Os resultados da análise de sensibilidade do risco de crédito[70] indicam que a elevação do nível de inadimplência média do sistema, de 4,0% para 11,6% provocaria o desenquadramento de quinze instituições financeiras, que representam 20,8% do ativo total do sistema. Em relação à ocorrência de situações de insolvência, mesmo na situação extrema de 17,5% de inadimplência média, as instituições que ficariam insolventes representariam apenas 2,7% do ativo total do sistema (gráfico 2.6.4).

Gráfico 2.6.4 – Análise de sensibilidade
Risco de crédito



69/ Os choques aplicados levam as taxas de juros e de câmbio a até 10% do seu valor original no cenário de queda, e a até 200% do seu valor original no cenário de elevação.

70/ Os choques incrementais elevam a inadimplência a até 4,5 vezes do seu valor percentual original.

Resultados do FSAP

O *Financial Sector Assesment Program* (FSAP) é uma avaliação ampla e detalhada do setor financeiro de um país realizada conjuntamente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial. Embora seja realizado desde 1999, o FSAP ganhou especial relevância após a Crise Financeira Internacional de 2008, quando os países do G20 assumiram o compromisso de realizá-lo pelo menos a cada cinco anos.

O FSAP foca tanto em questões ligadas à estabilidade financeira quanto em aspectos ligados ao desenvolvimento do setor financeiro. Além disso, são produzidos relatórios de observância de padrões e códigos, que refletem a aderência do país às melhores práticas em cada área do sistema financeiro.

No Brasil, esse exercício de avaliação independente foi realizado entre novembro de 2011 e março de 2012 e dois relatórios, o *Financial Sector Stability Assesment* (FSSA) e a Avaliação da Aderência da Supervisão Bancária aos Princípios de Basileia, foram publicados no *site* do FMI em 31 de agosto. Os documentos estão disponíveis em <http://www.imf.org/external/country/BRA/index.htm>.

A avaliação do FMI é que o sistema financeiro brasileiro é sólido, pois apresenta elevados níveis de capital e de lucratividade, além de alto nível de cobertura de inadimplência por provisões. O FMI também realizou uma série de testes de estresse com impactos sobre diversas variáveis, incorporando o efeito do contágio entre as instituições, e foi constatado que a grande maioria dos bancos é capaz de suportar choques extremos.

Contribui para a estabilidade do sistema financeiro brasileiro o fato de que a exposição a riscos externos é pouco relevante, particularmente à Europa. A captação dos bancos em moeda estrangeira também é reduzida. Além disso, a presença dos bancos estrangeiros sob a forma de subsidiárias dificulta a remessa de recursos que não sejam na forma de distribuição de lucros.

A supervisão bancária brasileira foi reconhecida como sendo sofisticada, baseada em risco e intrusiva. Além disso, o processo de supervisão combina inspeções locais com o monitoramento remoto, que faz o cruzamento entre diversas bases de dados e se utiliza de um vasto arsenal de métodos estatísticos.

Houve também o entendimento de que o arcabouço legal e regulatório existente proporciona à supervisão diversos instrumentos de intervenção e de prevenção. A fim de consolidar esse entendimento, o Banco Central do Brasil (BCB) trabalha para a adoção das recomendações de Basileia III, fornecendo mais instrumentos para a consolidação da estabilidade financeira. Nesse sentido, a minuta dos novos conceitos e a proposta inicial do cronograma de implementação já foram submetidos à audiência pública.

A supervisão bancária brasileira obteve avaliação extremamente positiva da sua aderência às melhores práticas internacionais. Dos 30 quesitos em que se desdobram os 25 Princípios de melhores práticas, 28 foram avaliados como totalmente atendidos (*compliant*) e 2 como atendidos em grande parte (*largely compliant*).

O quesito relativo ao princípio 5, que trata de aquisições relevantes por parte dos bancos, e resultou na avaliação *largely compliant*, foi solucionado com a edição da Resolução nº 4.062, de 29 de março de 2012, passando o BCB a exigir autorização prévia também para participação no capital de empresas não financeiras.

Sistema de Pagamentos Brasileiro

3

O Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB)[71] funcionou de forma eficiente e segura no primeiro semestre de 2012. As análises de *backtesting*, periodicamente realizadas para os sistemas de compensação e de liquidação de transações com títulos, valores mobiliários, derivativos e moeda estrangeira, nos quais há uma entidade atuando como contraparte central (CPC), apresentaram resultados satisfatórios ao longo do semestre. No que tange às garantias exigidas nesses sistemas, não foi observada deficiência de cobertura do risco de crédito apresentado pelos participantes. Os cenários utilizados para o cálculo de margem foram satisfatórios, quando comparados às variações dos fatores de risco efetivamente ocorridas no mercado.

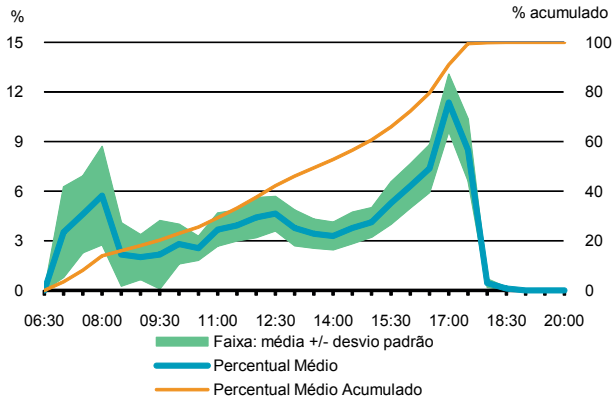
Nos sistemas de transferência de fundos, a liquidez intradia agregada disponível continuou acima das necessidades das instituições financeiras participantes, o que garante que as liquidações ocorram com tranquilidade, sobretudo no que diz respeito ao Sistema de Transferência de Reservas (STR), o sistema de transferência de grandes valores do BCB.

3.1 Desempenho dos sistemas de transferência de fundos

Durante o primeiro semestre de 2012, o funcionamento do STR foi normal, apresentando índice de disponibilidade de 99,9%, superior à meta regulamentar estabelecida para sistemas da espécie, de, no mínimo, 99,8% de disponibilidade.

Com relação à quantidade de transações (gráfico 3.1.1), o principal período de concentração, representando 27,2% do giro, ocorreu entre 16h e 17h30, ante 30,5% no semestre anterior. A redução da concentração de ordens de pagamentos no final do dia pode mitigar o risco operacional do sistema.

Gráfico 3.1.1 – STR
Quantidade de Transações – Perfil Intradia



No primeiro semestre de 2012, os títulos públicos permaneceram como a principal fonte de liquidez intradia do sistema. As Circulares nº 3.569, de 2011, nº 3.576, de 2012, e nº 3.594, de 2012, que alteraram as regras dos compulsórios sobre recursos a prazo e da exigibilidade adicional, contribuíram para a redução da participação dos recolhimentos compulsórios em espécie. Em média, a necessidade de liquidez intradia agregada do sistema ficou em 1,9% da liquidez intradia disponível.

Não houve alterações significativas na distribuição da necessidade efetiva de liquidez intradia (tabela 3.1.1) entre o segundo semestre de 2011 e o primeiro semestre de 2012. Com 95 das 107 instituições financeiras na faixa de baixo percentual de necessidade de liquidez (inferior a 20%), dez na faixa de percentual intermediário de necessidade de liquidez (entre 20% e 80% do potencial) e duas com necessidade de liquidez acima de 80% do potencial, mas com menos de 0,1% dos pagamentos totais efetuados, o cenário de distribuição

71/ O SPB é composto pelos sistemas de transferência de fundos e pelos de compensação e de liquidação de transações com títulos, valores mobiliários, derivativos e moedas estrangeiras.

de liquidez permanece confortável para garantir a fluidez dos pagamentos. O volume e a distribuição de liquidez foram adequados para garantir a liquidação das ordens de transferência de fundos, não tendo havido ocorrência de travamento de pagamentos (*gridlock*) no período considerado.

Gráfico 3.1.2 – Necessidade de liquidez intradia

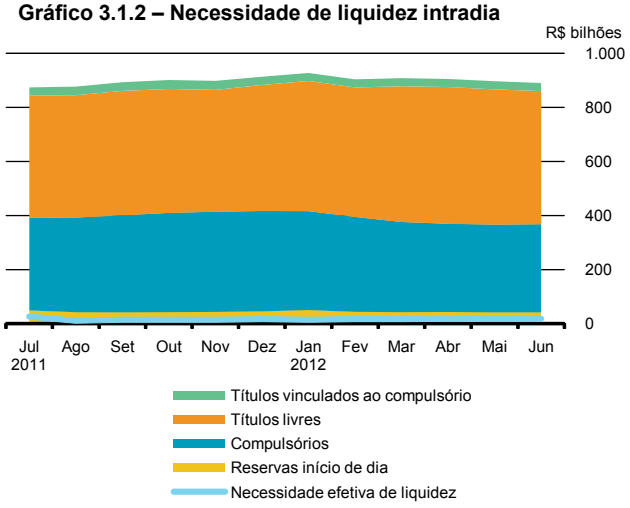


Tabela 3.1.1 – STR
Necessidade efetiva de liquidez

Percentual da necessidade efetiva de liquidez em relação à disponibilidade total de liquidez	2011 2º semestre		2012 1º semestre	
	Nº de IF	%[1/]	Nº de IF	%[1/]
0% a 10%	97	90,7	85	95,7
10% a 20%	13	6,2	10	2,3
20% a 30%	5	1,8	4	1,0
30% a 40%	3	0,5	2	0,5
40% a 50%	2	0,3	1	0,3
50% a 60%	1	0,2	1	0,1
60% a 70%	1	0,0	1	0,1
70% a 80%	1	0,0	1	0,0
80% a 90%	1	0,1	1	0,0
90% a 100%	1	0,0	1	0,0
Total	125	100,0	107	100,0

1/ Participação percentual dos pagamentos efetuados pelas instituições que se enquadram na classe em relação ao giro financeiro total.

Em junho de 2012, visando à melhoria na oferta dos serviços de pagamentos e, consequentemente, à estabilidade e à evolução do SFN, o BCB publicou a Circular nº 3.598, de 6 de junho de 2012, que institui o boleto de pagamento, em substituição ao bloqueto de cobrança. Das alterações implementadas, destaca-se a que diz respeito à sistemática de liquidação das obrigações interbancárias resultantes do uso desse instrumento. Com as novas regras, que valerão a partir de abril de 2013, os boletos de valor igual ou superior a R$250 mil deverão, obrigatoriamente, ser liquidados por intermédio do STR, um a um ou pelo valor agregado, no mesmo dia do recebimento. Já os boletos abaixo desse valor poderão ser liquidados, a critério da instituição financeira recebedora, com compensação multilateral por intermédio de sistema de compensação e de liquidação autorizado pelo BCB ou adotando a mesma sistemática aplicada aos boletos acima de R$250 mil.[72] Em ambos os casos, o prazo de disponibilização dos recursos ao beneficiário permanece como objeto de negociação entre este e a instituição financeira destinatária.

Na simulação realizada para avaliar os impactos das mudanças no STR e no Sistema de Liquidação Diferida das Transferências Interbancárias de Ordens de Crédito (Siloc), foi constatado que não há alteração relevante no funcionamento dos sistemas. No que tange ao Siloc, o volume financeiro projetado frente ao giro do STR continuará bem abaixo do parâmetro regulamentar para definição de sistemas sistemicamente importantes; além disso, no que se refere ao risco de contágio nesse sistema, as simulações apontaram baixíssimo risco esperado, o que significa que esse sistema deverá permanecer classificado como não sistemicamente importante. Cabe ressaltar que a nova sistemática, ao tempo em que antecipa a liquidação de valores relevantes (de D+1 para D0), aumenta o montante de valores liquidados com compensação multilateral, significando um alívio de liquidez comparativamente à sistemática vigente anteriormente, aumentando a eficiência do sistema sem comprometer sua segurança.

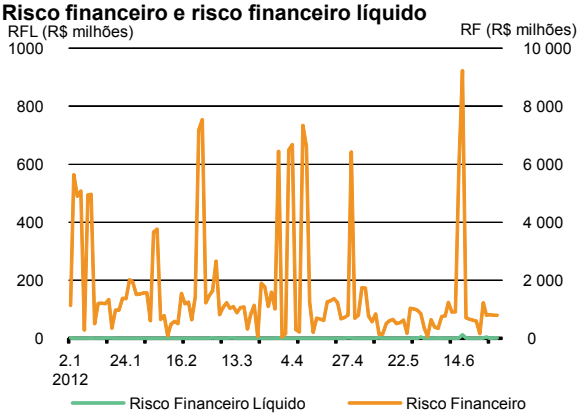
A Circular nº 3.534, de 6 de maio de 2011, que determinou que certas espécies de Transferências Eletrônicas Disponíveis (TED) e aquelas de valor igual ou superior a um milhão de reais passassem a ser liquidadas em sistema de liquidação operado pelo BCB, entrou plenamente em vigor em 27 de fevereiro de 2012. Desde sua edição, em 6 de maio de 2011, o giro financeiro do Sistema de Transferência de Fundos (Sitraf) foi reduzido a menos da metade daquele observado anteriormente, sem alterar, significativamente, a quantidade de mensagens processadas.

72/ Atualmente, boletos com valor individual igual ou superior a R$5 mil são liquidados de forma bilateral, enquanto boletos com valor inferior a R$5 mil são liquidados pelo valor líquido multilateral, ambos em D+1.

3.2 Desempenho dos sistemas de compensação e de liquidação de títulos, valores mobiliários, derivativos e câmbio

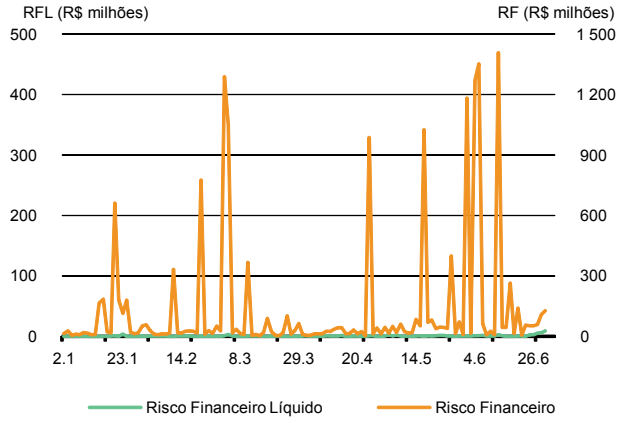
Nas análises de *backtesting* da Câmara de Ações da BM&FBOVESPA (BM&FBOVESPA – Ações) e da Câmara de Derivativos da BM&FBOVESPA (BM&FBOVESPA – Derivativos), o valor máximo de Risco Financeiro Líquido (RFL)[73] encontrado para os dois participantes mais críticos representaram, respectivamente, 3,2% (gráfico 3.2.1) e 1,0% (gráfico 3.2.2) das salvaguardas adicionais disponíveis.

Gráfico 3.2.1 – BM&FBOVESPA – Câmara de Ações
Risco financeiro e risco financeiro líquido



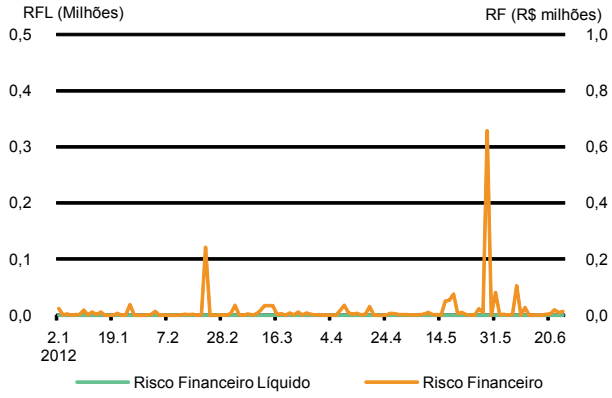
Fontes: BM&FBOVESPA e BCB

Gráfico 3.2.2 – BM&FBOVESPA – Câmara de Derivativos
Risco financeiro e risco financeiro líquido



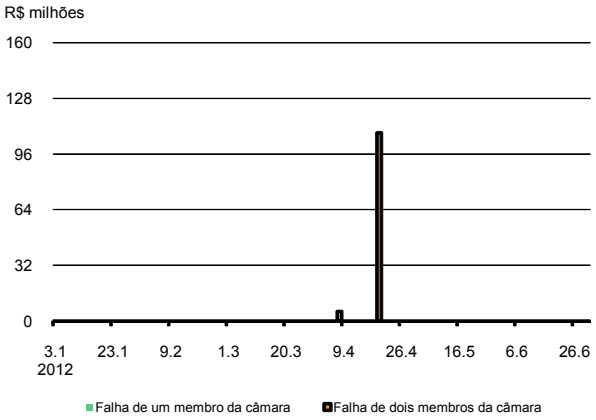
Para a Câmara de Câmbio da BM&FBOVESPA (BM&FBOVESPA – Câmbio), o valor do RFL foi nulo em todo o período, visto que as garantias individuais foram suficientes para cobrir as exposições geradas pelos participantes (gráfico 3.2.3). Com relação ao risco de liquidez em reais, houve dois dias em que as linhas de liquidez em reais não seriam suficientes para cobrir a inadimplência simultânea dos dois maiores devedores (gráfico 3.2.4), apesar de existirem garantias depositadas em montante que suportasse o risco de crédito.

Gráfico 3.2.3 – BM&FBOVESPA – Câmara de Câmbio
Risco financeiro e risco financeiro líquido



Fontes: BM&FBOVESPA e BCB

Gráfico 3.2.4 – BM&FBOVESPA – Câmara de Câmbio
Déficit de liquidez



As garantias depositadas junto à BM&FBOVESPA – Ações (tabela 3.2.1) foram compostas, majoritariamente, por ações e títulos públicos federais, enquanto as depositadas junto à BM&FBOVESPA – Derivativos (tabela 3.2.2) foram compostas, majoritariamente, por títulos públicos federais. A totalidade das garantias depositadas junto à BM&FBOVESPA – Câmbio foi composta por títulos públicos federais e dinheiro, em moeda nacional e estrangeira.

73/ O RFL representa o custo em que a câmara iria incorrer para encerrar a carteira de um determinado participante, caso se tornasse inadimplente, subtraído do total de garantias por ele constituídas, com base nas variações reais dos preços dos ativos. Representa, pois, a parcela de exposição ao risco que não é coberta pelas garantias individuais do participante. Para cada dia, são considerados os dois participantes aos quais a câmara é mais exposta, isto é, os dois participantes que apresentarem maior valor de RFL.

Tabela 3.2.1 – BM&FBOVESPA – Câmara de Ações
Garantias por tipo de ativo[1/]

%

Discriminação	2012					
	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun
Ações	45,4	45,5	49,5	50,7	46,2	47,5
Título público	50,6	49,9	46,0	44,9	49,1	47,8
Título internacional	1,7	2,4	2,3	2,0	2,7	2,5
CFI[2/]	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
CDB[3/]	0,8	0,9	1,0	0,9	0,9	0,8
Dinheiro	0,9	0,7	0,6	0,6	0,5	0,7
Outros	0,2	0,2	0,3	0,4	0,2	0,1

Fontes: BM&FBOVESPA e BCB

1/ Consideram-se apenas garantias vinculadas.
2/ Carta de fiança interbancária.
3/ Certificado de depósito bancário.

Tabela 3.2.2 – BM&FBOVESPA – Câmara de Derivativos
Garantias por tipo de ativo

%

Discriminação	2012					
	jan	fev	mar	abr	maio	jun
Tít. Púb. Federais	91,3	90,8	91,4	90,8	91,4	91,1
Cartas Fiança	3,3	3,3	3,2	3,2	3,2	3,1
CDB	1,1	1,3	1,2	1,4	1,2	1,4
Ações	3,3	3,5	3,3	3,7	3,2	3,0
Ouro	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Dinheiro	0,7	0,8	0,7	0,7	0,7	1,0
Outros	0,2	0,3	0,2	0,2	0,3	0,3

Fontes: BM&FBOVESPA e BCB

Tabela 3.2.3 – BM&FBOVESPA – Câmara de Derivativos
Fatores Primitivos de Risco (FPR)

%

Discriminação	Mín[1/]	Máx[1/]	N[2/]	Confiança do VaR[3/]
Ibovespa a vista	-32%	28%	0	99
Dólar a vista	-29%	28%	0	99
Pré 42	-18%	7%	0	99
Pré 126	-22%	15%	0	99
Pré 252	-18%	14%	0	99
Pré 756	-19%	20%	0	99
DDI[4/] 180	-12%	10%	0	99
DDI 360	-11%	9%	0	99
DDI 1080	-10%	13%	0	99

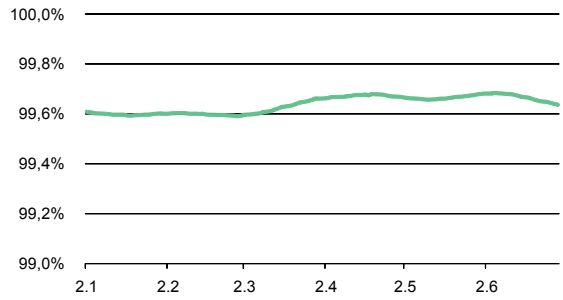
Fontes: BM&FBOVESPA e BCB

1/ Primeiro semestre de 2012.
2/ N é o número de exceções observadas na amostra de tamanho T.
3/ Teste de Kupiec, T = 255 dias.
4/ Cupom Cambial.

Assim como ao longo de 2011, no primeiro semestre de 2012, as variações acumuladas de dois dias nos principais Fatores Primitivos de Risco (FPR) utilizados pela BM&FBOVESPA – Derivativos para cálculo de garantias mantiveram-se dentro dos limites estabelecidos em seus cenários de estresse (tabela 3.2.3).

A acurácia[74] do modelo de risco utilizado pela BM&FBOVESPA – Derivativos na determinação dos níveis de garantia individuais dos seus participantes permaneceu acima dos 99% (gráfico 3.2.5) recomendados pelos Princípios para Infraestruturas do Mercado Financeiro.[75]

Gráfico 3.2.5 – BM&FBOVESPA – Câmara de Derivativos
Risco de crédito[1/]



1/ Estimativas de acurácia do modelo de cálculo de garantias individuais, realizadas com janela móvel dos últimos três meses (63 dias).

Desde o segundo semestre de 2011, o risco medido na câmara de derivativos passou a considerar o pior valor dentro do *holding period*, em vez do valor do último dia. Com essa mudança, o *backtesting* tornou-se mais conservador. Mesmo com essa ótica mais conservadora, os testes de acurácia continuam com resultados acima de 99%.

O BCB autorizou o pleno funcionamento do sistema Central de Cessões de Crédito (C3) a partir de 30 de janeiro de 2012. Trata-se de sistema operado pela Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP) que objetiva registrar operações de crédito, e suas parcelas, para

74/ O nível de acurácia é definido como a proporção de acertos de um modelo de gerenciamento de riscos em determinado período de tempo. No caso de câmara de liquidação atuando como CPC, o nível de acurácia é dado pelo número de vezes em que as garantias requeridas dos participantes foram superiores ao risco de fato incorrido pela CPC, dividido pelo número total de participantes que tiveram sua exposição ao risco verificada, em determinado período de tempo.

75/ *Committee on Payment and Settlement Systems of the Bank for International Settlements* (*CPSS-BIS) and Technical Committee of the International Organization of Securities Commissions* (*OICU-IOSCO*), *"Principles for financial market infrastructures", April (2012).*

efeito de cessões interbancárias. A C3 faz a transferência definitiva do ativo negociado simultaneamente à liquidação financeira definitiva, trazendo, dessa forma, maior segurança às operações de cessões de crédito interbancárias. Ao longo do primeiro semestre de 2012, foram realizadas 459 operações de cessão, envolvendo 3.524.608 contratos e 191.985.871 parcelas.

Tabela 3.2.4 – Visão geral do Sistema de Pagamentos Brasileiro: 1º semestre de 2012

Discriminação	Principais operações liquidadas	Giro – Valor Média diária R$ bilhões	Giro – Quantidade Média diária Mil operações	Forma de liquidação	Poder de compensação	Economia de liquidez Média diária R$ bilhões	Contraparte central
Sistemas de Transferência de Fundos							
STR	Selic, Câmaras, TED[1/] e outros pagamentos críticos[2/]	626,6	88,4	LBTR	-	-	-
CIP-Sitraf	TED[1/]	11,6	428,5	Híbrido	-	-	-
CIP-Siloc	Boleto de pagamento[3/], Cartão de pagamento[4/] e DOC	5,7	15487,9	LDL	0,8	4,7	-
Compe	Cheque[5/]	4,4	3865,7	LDL	0,9	4,0	-
Sistemas de compensação e liquidação de ativos							
Selic	Títulos públicos federais	538,4	6,1	LBTR	-	-	Não
BM&FBovespa – derivativos	Mercadorias, futuros, opções e *swaps*	1,5	98,3	LDL	0,7	1,0	Sim
BM&FBovespa – câmbio	Câmbio interbancário	4,1	0,2	LDL	0,6	2,5	Sim
BM&FBovespa – ativos	Títulos públicos federais	0,5	0,0	LDL	0,1	0,1	Sim
BM&FBovespa – ações	Ações e outros títulos privados	0,1 7,5	0,0 775,9	LBTR / LDL	- 0,9	- 7,0	Não Sim
Cetip	Títulos privados, títulos estaduais e municipais e *swaps*	19,2 13,6	2,4 10,1	LBTR / LDL	- 0,4	- 5,7	Não Não

1/ Transferência eletrônica disponível que envolve cliente e por conta de IF.
2/ Incluída a liquidação bilateral de cheques de valor unitário igual ou superior a R$250 mil e de bloquetos de cobrança com valor unitário igual ou superior a R$5 mil.
3/ CIP-Siloc liquida boletos de pagamento de valor unitário menor que R$5 mil.
4/ CIP-Siloc liquida alguns cartões de pagamento.
5/ Compe liquida cheques de valor unitário menor que R$250 mil.

Princípios para Infraestruturas do Mercado Financeiro

Em abril, foi publicada pelo Comitê de Sistemas de Pagamentos e de Liquidação do Banco de Compensações Internacionais (CPSS/BIS) e pela Organização Internacional de Comissões de Valores (IOSCO) a versão final dos Princípios para Infraestruturas do Mercado Financeiro (PIMF).

Os PIMF harmonizam e, quando apropriado, tornam mais exigentes os padrões internacionais já existentes, incorporam novos princípios, levantam requisitos mínimos para assegurar um nível básico comum de gerenciamento de risco entre as infraestruturas e os países, oferecem orientação mais detalhada e alargam o âmbito de aplicação para cobrir novas áreas de gestão de risco e novos tipos de infraestruturas do mercado financeiro. O termo infraestrutura do mercado financeiro nesse contexto refere-se a sistemas de pagamento sistemicamente importantes, depositários centrais de ativos, sistemas de liquidação de ativos financeiros, contrapartes centrais e repositórios de transações.

Em complemento aos padrões para infraestruturas do mercado financeiro, o relatório descreve responsabilidades gerais de bancos centrais, reguladores de mercado e outras autoridades relevantes para essas infraestruturas.

Os PIMF foram emitidos para consulta pública em março de 2011 e a versão final foi revista à luz dos comentários recebidos durante a consulta. Os membros do CPSS e IOSCO vão se esforçar para adotar os novos padrões até o final deste ano e é esperado que as infraestruturas do mercado financeiro observem os padrões o mais rapidamente possível. O Banco Central do Brasil (BCB) trabalha, atualmente, na revisão da base normativa e das ferramentas de vigilância a fim de adaptá-los aos PIMF.

A esse respeito, vale lembrar que o Brasil passou recentemente pelo *Financial Sector Assesment Program* (FSAP) conduzido pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional. No escopo desse programa, o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), com base nos PIMF, foi considerado aderente aos padrões internacionais.

Dez Anos da Reestruturação do Sistema de Pagamentos Brasileiro

Em abril de 2012, comemoraram-se os 10 anos da reestruturação do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), realização que permitiu maior agilidade e segurança às operações financeiras. A reforma do SPB, junto a outras iniciativas do Banco Central do Brasil (BCB), contribuiu fortemente para a robustez do Sistema Financeiro Nacional (SFN), evidenciada, por exemplo, pelo sucesso no enfrentamento das crises ocorridas no mercado financeiro internacional, em especial a de 2008.

A evolução para um sistema de pagamentos mais seguro foi possível graças à contribuição de uma base legal e normativa que proíbe saldo a descoberto em contas mantidas no BCB e ao fortalecimento dos sistemas de transferência de fundos e dos que liquidam operações com valores mobiliários e derivativos, especialmente no que se refere a mecanismos de proteção dos sistemas classificados como "sistemicamente importantes". A implantação do Sistema de Transferência de Reservas (STR), considerado o principal marco dessa nova estrutura, permitiu que operações passassem a ser liquidadas em tempo real ou que tivessem seu ciclo de liquidação significativamente reduzido.

Esse novo cenário do mercado financeiro nacional tem reflexo sobre o dia a dia do cidadão brasileiro, por exemplo, ao permitir a realização de transferências de fundos entre bancos no mesmo dia, normalmente em poucos minutos após a emissão de uma Transferência Eletrônica Disponível (TED), independentemente da localização das agências envolvidas.

Contexto histórico

Antes da reestruturação, as transações eram liquidadas de forma diferida e a autoridade monetária assumia todo e qualquer risco na hipótese de inadimplemento de instituição financeira participante do sistema. Ao assumir o risco inerente às operações realizadas pelas instituições financeiras, o BCB chamava para si a responsabilidade de gerenciar o risco dessas operações, o que, na realidade, deveria ser atribuição das próprias instituições financeiras.

Ainda que determinado banco não dispusesse de saldo suficiente em sua conta para satisfazer os pagamentos previstos, o BCB dava curso à liquidação de tais obrigações e o banco passava a apresentar saldo negativo na conta Reservas Bancárias. Isso representava a dimensão do risco privado assumido diariamente pela sociedade brasileira por intermédio do BCB. A assunção de posições devedoras pelo BCB evitava o processo de inadimplência em cadeia. No entanto, a sociedade arcava com essas perdas, tornando a autoridade monetária refém do risco sistêmico.

Mitigação de riscos

As mudanças no sistema de pagamentos, até meados dos anos 1990, foram fortemente influenciadas pela existência de altas taxas de inflação. Em função disso, o progresso tecnológico atingido já naquela época tinha como objetivo aumentar a velocidade de processamento das transações e, assim, minimizar as perdas no mercado financeiro.

Com o advento da estabilidade de preços, tornou-se premente a necessidade de se reduzir a possibilidade de assunção de riscos por parte do BCB. A estrutura de liquidação permitia que pagamentos oriundos de sistemas segregados fossem fundidos, possibilitando que falhas em determinado sistema contaminassem as operações de outros mercados. Isso não ocorreria

se as instituições envolvidas tivessem condições de gerenciar e controlar os riscos, inclusive com a interposição de uma contraparte central.

A reestruturação do SPB, iniciada em 2002, teve como principais objetivos a redução do risco sistêmico e o gerenciamento dos riscos de crédito e de liquidez (originados da defasagem existente entre o momento da realização das transações e o da liquidação) e dos seus reflexos sobre a atuação de câmaras e de prestadores de serviços de compensação e de liquidação, já que tais riscos podem comprometer a segurança dos mercados dos quais fazem parte.

É importante ressaltar que também fez parte dessa reestruturação a implementação de mudanças no mecanismo de redesconto do BCB. Com o monitoramento em tempo real da conta Reservas Bancárias, o redesconto passou a ser concedido, também, na modalidade intradia, na qual a venda e a recompra, pela instituição financeira, de título depositado no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) ocorrem no próprio dia. Essa modalidade de redesconto, sem custo direto, tem como finalidade o atendimento às necessidades de liquidez, ao longo do dia, dos participantes do SFN detentores de conta no BCB.

No SPB, em sua configuração atual, há câmaras de compensação e de liquidação que assumem a condição de contraparte central, desempenhando papel crucial na estabilidade do SFN, pois funcionam como amortecedoras do contágio entre instituições financeiras, causado por falhas na cadeia de liquidação de pagamentos e de entrega de títulos.

Alterações na base legal e regulamentar permitiram reforçar a segurança das operações realizadas no âmbito do SPB. Notadamente, a Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, que, entre outras medidas, proíbe saldo a descoberto nas contas Reservas Bancárias, determina a criação de mecanismos de proteção dos sistemas considerados sistemicamente importantes, reconhece a compensação multilateral e define as condições em que é exigida a assunção de função de contraparte central pelas câmaras participantes do SPB.

Complementarmente, a Resolução nº 2.882, de 30 de agosto de 2001, do Conselho Monetário Nacional (CMN), determinou os princípios fundamentais do SPB, aderentes às recomendações internacionais, dando poderes ao BCB e à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nas suas respectivas áreas de competência, para baixar normas e adotar medidas que julgarem necessárias. O BCB, no cumprimento de seu mandato de regular, autorizar e supervisionar os sistemas de compensação e de liquidação, por meio da Circular nº 3.057, de 31 de agosto de 2001, disciplina o funcionamento das câmaras e dos prestadores de serviços que integram o SPB.

Aperfeiçoamento contínuo do SPB

Em 2009 e 2010, por meio do Projeto de Modernização do STR, buscou-se a minimização de riscos e o aumento da eficiência do SPB. Para alcançar esses objetivos, foram implementadas alterações importantes no STR, como a ampliação do acesso direto à moeda do BCB aos participantes não bancários (cooperativas de crédito e corretoras de valores, por exemplo), facultando a esses participantes serem titulares de uma Conta de Liquidação no Banco Central e poderem executar suas operações diretamente no principal sistema de liquidação do Brasil.

Além disso, para facilitar o acesso a esses novos participantes ao STR, foi implementada nova forma de acesso ao STR via internet, em complemento à Rede do Sistema Financeiro Nacional (RSFN) existente desde 2002. O gerenciamento e a movimentação da conta via internet para esses novos participantes é realizada por meio de um aplicativo *web* desenvolvido pelo BCB e conhecido como STR-Web.

Finalmente, pode-se afirmar que, passados dez anos da sua reestruturação, o sucesso do SPB evidencia-se pela alta eficiência e segurança de que usufruem as instituições e o público em geral. Tal fato é ratificado pela recente avaliação realizada pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), no âmbito da iniciativa conjunta denominada *Financial Sector Assessment Program*.

Organização do Sistema Financeiro Nacional 4

4.1 Introdução

No primeiro semestre de 2012, o SFN apresentou movimento evolutivo equivalente ao ocorrido em 2010 e 2011.

No segmento bancário, foram concedidas autorizações para a constituição de um banco múltiplo e de um banco comercial, ambos sob controle de capital estrangeiro, e de um banco de investimento. Além disso, houve a decretação do Regime de Administração Especial Temporária (RAET) em um banco múltiplo e o cancelamento, a pedido, da autorização para funcionamento de outro. Quanto ao segmento não bancário, os únicos pontos que merecem destaque são as reduções nos quantitativos de cooperativas de crédito e administradoras de consórcio, respectivamente, de 2,5% e 9,5%.

4.2 Instituições bancárias

O segmento bancário apresentou movimentação orgânica de caráter pontual. Nesse sentido, os eventos a serem destacados são os seguintes:

Autorizações para funcionamento:

- Banco Comercial: Banco BNY Melon S.A., em 6.2.2012;
- Banco Múltiplo: Banco Woori Bank do Brasil S.A., em 23.3.2012;
- Banco de Investimento: BR Partners Banco de Investimento S.A., em 8.6.2012.

Cancelamento, a pedido, da autorização para funcionar do Banco Porto Seguro S.A., em decorrência da mudança do objeto social, em 8.6.2012.

Decretação, do Regime de Administração Especial Temporária (RAET) no Banco Cruzeiro do Sul S.A., em 4.6.2012.

Tabela 4.2.1 – Movimentação orgânica no SFN
Janeiro a junho de 2012
Processos aprovados e publicados no Diário Oficial da União

Eventos	BM	BC	BI	CFI	DTVM	CTVM	CC	SAM	SCM	SCI	CH	Coop
Autorizações	1	1	1	1	1	2	4	-	1	-	-	2
Cancelamentos	1	-	-	1	13	3	2	1	1	2	-	16
Incorporações	-	-	-	1	1	1	-	1	-	-	1	18
Cisões	1	-	-	-	1	1	-	1	-	-	-	-
Mudanças de objeto social												
- entradas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- saídas	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-
Liquidação extrajudicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Intervenção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RAET	1	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-

Fonte: Diário Oficial da União

Observando-se os dados da tabela 4.2.2, em que constam os quantitativos de instituições por segmento, constata-se o aumento de uma unidade no quantitativo total de instituições bancárias captadoras de depósitos a vista (bancos múltiplos, bancos comerciais e CAIXA) entre dezembro de 2011 e junho de 2012. Essa variação resulta da concessão de autorização para funcionamento de duas instituições bancárias (um banco múltiplo e um banco comercial, citados anteriormente) e do cancelamento, a pedido, do Banco Porto Seguro. Considerando que 2010 e 2011 apresentaram variação equivalente no quantitativo total de instituições dessa natureza, encontra-se aí mais um aspecto sob o qual a evolução do SFN neste primeiro semestre foi similar à ocorrida nesses dois anos anteriores.

Tabela 4.2.2 – Evolução do quantitativo de instituições financeiras autorizadas

Tipo de Instituição	2009	2010	2011	2012
	Dez	Dez	Dez	Jun
Bancos				
Múltiplos	139	137	139	138
Nacionais sem particip. estrang.	77	72	69	68
Nacionais com particip. Estrang.[2,3]	9	12	16	15
Sob controle estrangeiro	53	53	54	55
Comerciais e filiais de bancos estrangeiros	18	19	20	22
Nacionais sem particip. estrang.	11	12	11	11
Nacionais com particip. estrang.[2,3]	-	-	1	2
Sob controle estrangeiro	1	1	2	3
Filiais de bancos estrangeiros	6	6	6	6
Desenvolvimento	4	4	4	4
Investimento	16	15	14	15
Câmbio	-	2	2	2
Caixa Econômica Federal	1	1	1	1
Sociedades				
Arrendamento mercantil	33	32	31	30
Crédito financiamento e investimento	59	61	59	58
Crédito ao microempreendedor	45	45	42	42
Crédito imobiliário, associações de poupança e empréstimo e repassadoras[1/]	16	14	14	12
Corretoras de títulos e valores mobiliários	105	103	99	97
Corretoras de câmbio	45	44	47	52
Distribuidoras de títulos e valores mobiliários	125	125	126	120
Agências de fomento	14	15	16	16
Companhias hipotecárias	6	7	8	7
Cooperativas	1 405	1 370	1 312	1 279
Administradoras de consórcio	308	300	284	257
Total	2 339	2 294	2 218	2 152

Fonte: Unicad e Capef

1/ As SCI-Repassadoras não captam recursos junto ao público.

2/ Levaram-se em consideração somente as participações maiores ou iguais a 10% do capital votante, conf. Carta-Circ. nº 2.345, de 25 de janeiro de 1993.

3/ Os valores referentes a 2009, 2010 e 2011 foram retificados.

No tocante ao quantitativo de agências dos bancos múltiplos e comerciais, observa-se crescimento total de 1,45%, segundo dados apresentados na tabela 4.2.3. Considerando que no primeiro semestre de 2011 o número de agências bancárias apresentou aumento de 0,8% em relação ao semestre anterior, constata-se que as instituições continuaram a empreender esforços objetivando o crescimento orgânico. Além disso, considerando os dez maiores bancos em número de agências, observou-se que as redes de agências dos bancos públicos apresentaram crescimento médio de 3%, enquanto as dos bancos privados cresceram a uma média de 0,5% neste primeiro semestre. Esse fato indica maior disposição por parte dos bancos públicos em adotar ações com vistas ao crescimento orgânico.

Tabela 4.2.3 – Distribuição de agências bancárias por região

Quantidade de agências

Região	2008	2009	2010	2011	2012
	Dez	Dez	Dez	Dez	Jun
Nordeste	2.709	2.790	2.828	3.215	3.321
Norte	757	799	832	985	1.010
Centro-Oeste	1.430	1.485	1.512	1.610	1.647
Sudeste	10.486	11.154	10.851	11.386	11.467
Sul	3.760	3.818	3.790	4.080	4.141
Total	19.142	20.046	19.813	21.276	21.586

Fonte: Unicad

Quanto às transferências de controle acionário, não ocorreram eventos que alterassem de maneira importante a configuração do segmento bancário nacional. Os atos de concentração aprovados pelo BCB são os seguintes:

- aquisição de 49% de participação acionária no Banco CSF S.A. pelo Banco Itaú Unibanco S.A.;

- aquisição indireta, pelo Panamericano, de 100% do capital social da *Brazilian Mortgages* Companhia Hipotecária e de outros ativos e participações detidos pela *Brazilian Finance & Real Estate S.A.* (BFRE), sociedade não pertencente ao SFN.

4.3 Níveis de concentração no Sistema Financeiro Nacional

No monitoramento dos níveis de concentração do SFN, o BCB utiliza sistematicamente o Índice Herfindahl-Hirchman (IHH)[76] e as razões de concentração dos quatro maiores (RC4) e dos dez maiores concorrentes (RC10). No entanto, outros indicadores de concentração também são adotados no contexto das análises de atos de concentração.

Os gráficos 4.3.1, 4.3.2 e 4.3.3 mostram, respectivamente, a evolução de junho/2005 a junho/2012 do IHH, do RC4 e do RC10 para os seguintes agregados contábeis: Ativos, Operações de Crédito e Depósitos.

76/ O IHH é utilizado pelas autoridades nacionais e internacionais de defesa da concorrência como instrumento acessório na avaliação de níveis de concentração econômica. Segundo o Comunicado nº 22.366, de 27 de abril de 2012, que divulgou o Guia para Análise de Atos de Concentração envolvendo instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, níveis de concentração situados entre 0 e 0,1 são considerados baixos; entre 0,1 e 0,18, moderados; e acima de 0,18, elevados. O IHH é obtido pelo somatório do quadrado das participações de cada instituição financeira no mercado considerado: $IHH = (IF_1)^2 + (IF_2)^2 + ... + (IF_n)^2$.

Gráfico 4.3.1 – Evolução dos níveis de concentração – Segmento Bancário
Índice de Herfindahl-Hirschman – IHH

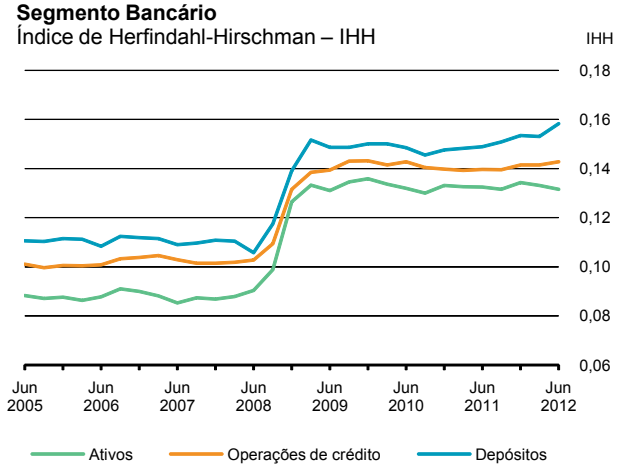


Gráfico 4.3.2 – Evolução dos níveis de concentração – Segmento Bancário
Razão de Concentração – RC4

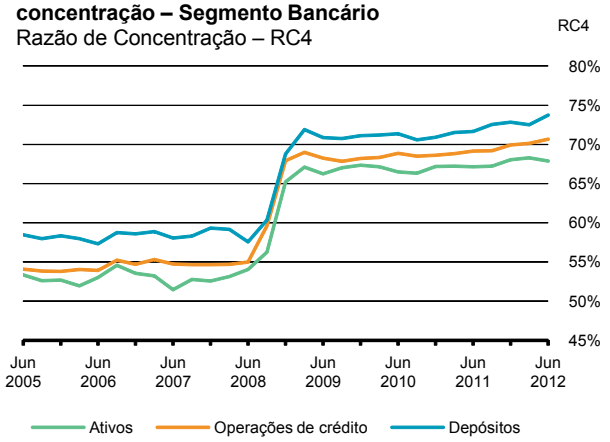
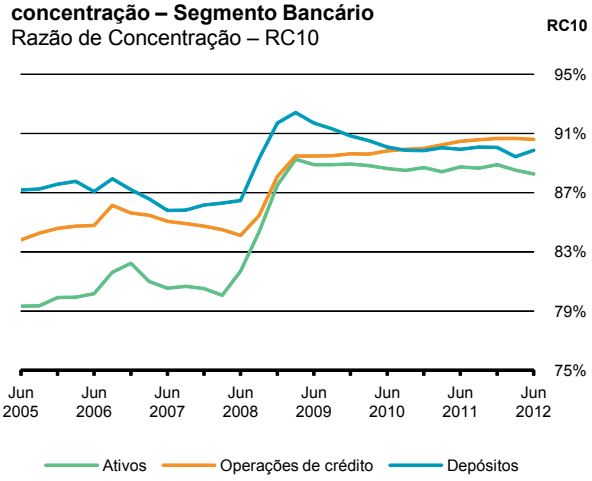


Gráfico 4.3.3 – Evolução dos níveis de concentração – Segmento Bancário
Razão de Concentração – RC10



Tendo em conta a não ocorrência de eventos de fusões e transferências de controle que alterassem sobremaneira o nível de concentração do SFN, observam-se apenas pequenas variações nos índices no primeiro trimestre de 2012, sem, contudo, indicarem mudanças expressivas na inclinação das curvas. As variações observadas decorrem essencialmente da movimentação orgânica das instituições.

4.4 Instituições não bancárias

Dentre as movimentações do segmento não bancário, merecem destaque as reduções no número de cooperativas de crédito e administradoras de consórcio, conforme já apontado. No mais, não foram observadas outras movimentações no segmento não bancário e que gerassem impacto significativo em sua estrutura.

Quanto ao segmento de cooperativas de crédito, observou-se redução de 2,5% (33 instituições) no quantitativo de instituições. Essa variação é resultante dos processos de cancelamentos por inatividade operacional, ingressos no regime de liquidação ordinária, fusões e incorporações incentivadas pela regulamentação editada com o propósito de fortalecer o segmento.

No caso das administradoras de consórcio, o quantitativo de instituições foi reduzido em 9,5% (27 instituições), o qual resulta de cancelamentos por inatividade operacional, por mais de quatro meses, sem justificativa aceitável, e pela inexistência de grupos em andamento.

4.5 Participação estrangeira no Sistema Financeiro Nacional

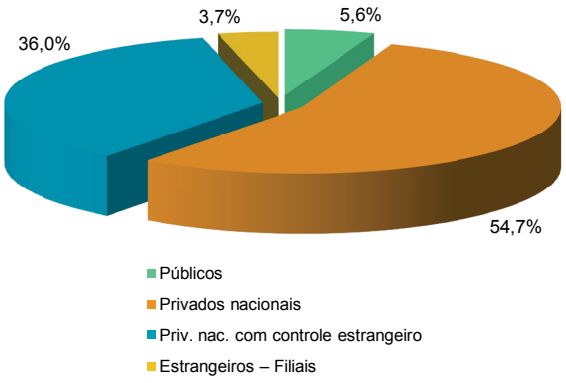
Quanto às instituições sob controle de capital estrangeiro no SFN, merecem destaque as autorizações para funcionamento no semestre de um banco comercial (BNY Melon S.A., em 6.2.2012) e um banco múltiplo (Woori Bank do Brasil S.A, em 23.3.2012), já mencionadas. Além disso, o mercado doméstico mantém-se atrativo ao capital estrangeiro, tendo em conta a existência de diversos pleitos em andamento no BCB de estrangeiros com interesse em atuar no SFN.

A participação relativa de instituições do segmento bancário sob controle de estrangeiros, em relação ao quantitativo de instituições do segmento, aumentou de 35% em dezembro/2011 para 36% em junho/2012, como mostra o gráfico 4.5.1.[77] Essa variação decorre das autorizações citadas no parágrafo anterior.

No tocante às participações estrangeiras de caráter minoritário no capital votante das instituições, não ocorreram movimentações importantes e que mereçam ser citadas.

77/ O gráfico 4.5.1 tem por base o quantitativo de instituições individualmente consideradas, não conglomerados.

Gráfico 4.5.1 – Distribuição do segmento bancário por origem de capital
Junho de 2012



A tabela 4.5.1, por sua vez, apresenta as participações relativas nos agregados contábeis do segmento bancário para os diversos tipos de origem de capital. Nesse caso, levaram-se em consideração somente os conglomerados (e instituições independentes) que possuem instituições captadoras de depósitos a vista.

Tabela 4.5.1 – Participação dos conglomerados e instituições independentes do segmento bancário nos principais agregados contábeis – Junho de 2012

%

Discriminação	Patrimônio líquido	Ativos totais	Depósitos totais	Operações de crédito
Bancos[1/]				
Públicos	23,94	36,06	49,00	39,60
Privados	76,06	63,94	51,00	60,40
Nacionais	46,74	42,72	35,31	42,85
Nacionais com participação estrangeira[2/]	2,33	2,21	1,65	0,75
Nacionais com controle estrangeiro[3/]	24,83	17,58	13,05	15,57
Filiais de bancos estrang.	2,15	1,43	1,00	1,23
Totais	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Unicad, Cosif e Capef

1/ Inclui bancos múltiplos com carteira comercial, bancos comerciais e Caixa Econômica Federal.
2/ Somatório das participações estrangeiras no capital votante maior ou igual a 10% e menor que 50%.
3/ Somatório das participações estrangeiras no capital votante maior que 50%.

No gráfico 4.5.2, encontra-se a evolução das participações por origem de capital dos conglomerados bancários no somatório das carteiras classificadas das operações de crédito do segmento (conta 3.1.0.00.00-0 do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – Cosif).

Gráfico 4.5.2 – Evolução das participações por origem de capital nas operações de crédito do segmento bancário

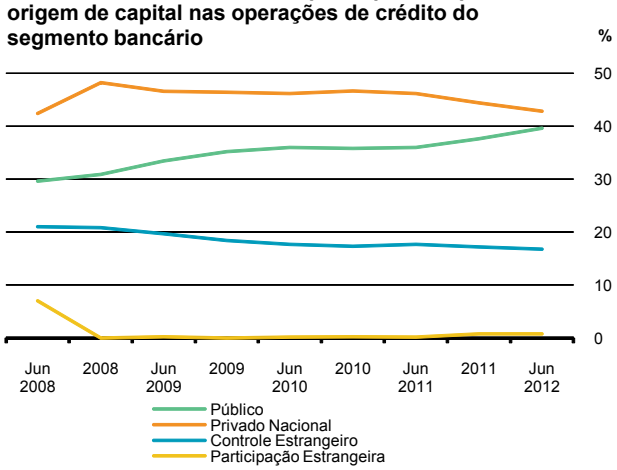


Tabela 4.5.2 – Instituições financeiras com controle ou participação minoritária estrangeira no país[1/]

Discriminação[2/]	2008	2009	2010	2011	2012
	Dez	Dez	Dez	Dez	Jun
Com controle (> 50%)	134	130	133	129	130
Com participação (>= 10% e < 50%)	16	28	41	49	46
Total	150	158	174	178	176

Fonte: Relatório de Participação Estrangeira (RCFJ011).

1/ Instituições bancárias e instituições financeiras de outro tipo.
2/ Participação no capital votante.

4.6 Participação de instituições financeiras brasileiras no exterior

Não ocorreu, no semestre, evento relevante em relação às participações no exterior detidas pelas instituições financeiras nacionais.

Regulação do Sistema Financeiro Nacional 5

O BCB tem adotado estratégia regulatória que leva em conta a evolução das conjunturas interna e externa, bem como os compromissos internacionais firmados pela instituição e pelo governo brasileiro. Tal estratégia encontra-se em consonância com sua missão institucional de assegurar um sistema financeiro sólido, estável e eficiente, apto a cumprir sua função de promover o desenvolvimento equilibrado do país e servir aos interesses da coletividade. As regulamentações abaixo relacionadas estão em linha com essa orientação institucional e inserem-se nessa filosofia de trabalho.

5.1 Gestão de liquidez

Em maio de 2012, o CMN aprovou a Resolução nº 4.090, que revisou os requisitos mínimos para gestão de liquidez pelas instituições autorizadas a funcionar pelo BCB.

As normas dessa resolução estão em consonância com os princípios de gestão do risco de liquidez divulgados pelo Comitê de Basileia para Supervisão Bancária (BCBS) por meio do documento *Principles for Sound Liquidity Risk Management and Supervision*, publicado em setembro de 2008. Esse documento resultou de ampla revisão do anterior, realizada com a finalidade de considerar as recentes evoluções dos mercados financeiros e as lições aprendidas com a crise financeira de 2008.

As dificuldades enfrentadas por muitas instituições financeiras mostraram que seus processos de gestão de riscos, em particular do risco de liquidez, falharam em avaliar adequadamente as possibilidades de alterações no mercado e os possíveis impactos dessas alterações nas operações bancárias. Muitas instituições não mantinham diversificação adequada de suas fontes de captação, confiando excessivamente em captações de curto prazo junto a investidores institucionais.

Esse quadro foi agravado por planos de contingência deficientes que não previram a possibilidade de interrupção por período prolongado de algumas dessas fontes de captação e não consideraram adequadamente, por exemplo, a liquidez necessária para honrar obrigações contingentes, contratuais ou não.

A resolução editada aprimora as regras concernentes à gestão de liquidez, em particular em tópicos como tolerância ao risco de liquidez, necessidade de manutenção de um colchão de ativos líquidos, avaliação do risco de liquidez de todas as linhas de negócio e produtos, utilização de cenários para testes de estresse, elaboração de plano de contingência de liquidez, gestão de liquidez intradia e divulgação pública de informações.

As novas regras concebem a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez com base em princípios e critérios mínimos que visam garantir avaliação e controle adequados de todos os seus aspectos, explicitando ainda a responsabilidade da alta administração pela manutenção de níveis adequados de liquidez, bem como pela aprovação e revisão das políticas, estratégias, limites e do plano de contingência.

5.2 Atos de concentração

Com o objetivo de zelar pela livre concorrência entre as instituições financeiras, o BCB editou a Circular nº 3.590, de 26 de abril de 2012, disciplinando o exame de atos de concentração no SFN. O BCB considerará, no exame de tais atos, os ganhos auferidos pelas instituições financeiras envolvidas, os benefícios percebidos pelos consumidores finais e os potenciais efeitos sobre a estabilidade do sistema financeiro.

A fim de mitigar efeitos que possam prejudicar os interesses dos usuários de produtos ou serviços

financeiros ou reduzir a eficiência econômica, o BCB poderá celebrar acordo com as instituições envolvidas em operações de transferência de controle societário, incorporações, fusões e outros atos de concentração, estipulando compromissos relativos ao compartilhamento de ganhos de eficiência resultantes do ato.

Além da circular, foi divulgado também o "Guia para Análise de Atos de Concentração", com a finalidade de assegurar transparência aos procedimentos de análise a serem empreendidos no exame concorrencial, considerando a eficiência e o desenvolvimento tecnológico e econômico.

5.3 Participações societárias

O CMN aprovou a Resolução nº 4.062, de 29 de março de 2012, dispondo sobre a exigência de prévia autorização para a participação de instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo BCB, de forma direta ou indireta, no capital de quaisquer sociedades não integrantes do sistema financeiro, sediadas no país ou no exterior.

Com base nessa resolução, operações de aquisição de participações permanentes de instituições financeiras em empresas não financeiras devem ser submetidas à prévia aprovação do BCB, que somente autorizará as participações em atividades consideradas complementares ou subsidiárias às da instituição interessada.

Essa medida insere-se no contexto do processo de convergência da regulação brasileira aos padrões internacionais, em particular às recomendações do Comitê de Basileia que enfatizam o poder da autoridade supervisora para aprovar, rejeitar, impor critérios e condições para participações societárias significativas, de forma a mitigar o risco das instituições financeiras.

5.4 Dependências

A edição da Resolução n° 4.072, de 26 de abril de 2012, revisou e atualizou as normas sobre a instalação de dependências de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB. As novas regras são mais flexíveis e têm por objetivo permitir ao sistema maior eficiência na abertura e distribuição de agências e postos de atendimento, tendo em vista possibilitar reduções de custo e melhora na qualidade do atendimento.

5.5 Sistemas internos para risco de crédito

Em continuidade ao processo de implantação no Brasil de uma estrutura de requerimentos de capital ajustados pelo risco em linha com as recomendações do Comitê de Basileia, conhecidas como Basileia II, o BCB regulamentou a utilização de sistemas internos de classificação de risco de crédito para fins de apuração do valor do PRE destinado à cobertura do risco de crédito.

Um sistema interno de classificação de risco de crédito compreende métodos, processos, controles, armazenamento de dados e sistemas de tecnologia de informação destinados a: (i) mensurar o risco de crédito, incluindo a atribuição de valor aos parâmetros de risco utilizados; (ii) definir os diversos níveis de risco em que se segmentam as operações financeiras; e (iii) permitir a classificação das operações financeiras em níveis de risco.

A Circular nº 3.581, de 8 de março de 2012, estabeleceu os requerimentos mínimos a serem observados para apuração dos seguintes parâmetros de risco: Probabilidade de Descumprimento (PD), Perda Dado o Descumprimento (LGD), Exposição no Momento do Descumprimento (EAD) e Prazo Efetivo de Vencimento (M). Tais parâmetros são utilizados na fórmula estabelecida em Basileia II para apuração do valor do capital regulamentar segundo distintas abordagens *Internal Ratings Based* (IRB).

A utilização de abordagens IRB é condicionada à aprovação prévia do BCB. Para tanto, a instituição financeira deverá comprovar a realização de processo de validação interna dos modelos e sistemas de tecnologia da informação empregados, incluindo os modelos e sistemas adquiridos de terceiros, tendo em vista demonstrar sua abrangência, consistência e adequação ao perfil de risco de suas exposições. Além disso, deve a instituição financeira comprovar que o referido sistema tem o seu uso integrado às atividades de concessão e acompanhamento de crédito, de forma contínua e abrangente. Por fim, a utilização de abordagem IRB implica o atendimento de requisitos específicos de governança, atribuição de responsabilidades para o conselho de administração ou comitê por ele designado, bem como para a diretoria da instituição, e atendimento a regras concernentes

à disciplina de mercado ampliando a divulgação de informações relativas a gestão de risco de crédito.

O processo de validação será de responsabilidade exclusiva e permanente da instituição, cabendo a esta comprovar o atendimento contínuo dos requisitos tanto na adoção inicial de abordagem IRB quanto ao longo de sua utilização e na eventual substituição por abordagem mais abrangente, em termos de escopo de aplicação ou de categorias de exposição alcançadas.

5.6 Registro das garantias

A fim de aprimorar a capacidade de monitoramento e aumentar a eficiência do SFN, o CMN aprovou a Resolução nº 4.088, de 24 de maio de 2012, que estabelece a exigência de registro das garantias constituídas sobre imóveis e veículos automotores objeto de operações de crédito em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BCB. No caso de operações de arrendamento mercantil, a exigência abrange o registro de informações sobre a propriedade do bem objeto do arrendamento por parte da empresa arrendadora. O registro evita a ocorrência de fraudes nas garantias constituídas, aumentando, por conseguinte, a segurança do processo de concessão de crédito.

O CMN estabeleceu ainda que a entidade registradora deve ser de âmbito nacional, possibilitar a consulta unificada das informações e permitir ao BCB o acesso às informações e aos documentos necessários ao desempenho das atividades de fiscalização.

5.7 Propostas de regulação prudencial colocadas em audiência pública

Foi colocada em audiência pública minuta de resolução que dispõe sobre a nova definição do PR e de seus componentes. A proposta também contempla minutas de resolução definindo os novos requerimentos mínimos de manutenção dos componentes do capital regulatório para instituições financeiras e, ainda, a apuração desses requerimentos segundo metodologia simplificada facultativa para as cooperativas de crédito.

As propostas de regulamentação baseiam-se nas recomendações contidas no documento *Basel III: A global regulatory framework for more resilient banks and banking systems*, editadas pelo *Basel Committee of Banking Supervision*, do Comitê de Basileia, que compõe o conjunto de recomendações conhecidas como Basileia III, divulgadas com o objetivo de aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras de absorver choques, tendo em vista a percepção de que os instrumentos elegíveis a capital regulamentar em diversas jurisdições não foram efetivamente capazes de absorver perdas durante a crise global financeira iniciada em 2007.

Nesse sentido, as propostas de atos normativos submetidas à audiência pública propiciarão melhora substancial da qualidade do capital regulamentar, restringindo o reconhecimento de ativos que podem ter o seu valor significativamente reduzido em condições de estresse por sua baixa liquidez, difícil mensuração ou dependência de lucro futuro para serem realizados.

A regulamentação proposta estabelece três requerimentos independentes que devem ser observados continuamente pelas instituições financeiras, relativos ao Capital Principal, Nível I e PR. Cria, também, o Adicional de Capital Principal, com a finalidade de mitigar os efeitos dos movimentos bruscos de expansão ou retração do crédito e propiciar a manutenção de um colchão (*buffer*) de capital para utilização em momentos decrescentes do ciclo econômico.

Espera-se que as novas exigências de capital regulamentar reduzam a probabilidade e a severidade de futuras crises bancárias e seus potenciais efeitos negativos sobre a economia real.

5.8 Monitoramento do risco de crédito

Nos últimos anos, observou-se importante crescimento no volume de crédito concedido à população de menor renda em função da expansão do crédito e do processo de inclusão financeira. O volume financeiro das operações de crédito entre mil e cinco mil reais aumentou em 132% de junho de 2005 a outubro de 2011.

Destarte, as operações com essas características têm se tornado mais significativas para o SFN, evidenciado a necessidade de acompanhamento mais efetivo dessas operações por parte do BCB.

Nesse sentido, o BCB editou a Circular nº 3.567, de 12 de dezembro de 2011, determinando que as instituições

financeiras informem ao SCR, a partir de abril de 2012, cada uma das operações de forma individualizada, quando o conjunto das operações de crédito do cliente for igual ou superior a R$1.000,00. Até essa data, as instituições supervisionadas eram obrigadas a informar as operações de crédito concedidas cujo conjunto das operações do cliente fosse igual ou superior a R$5.000,00.

Com a redução do limite de cinco mil para mil reais, estima-se que o número de clientes identificados no SCR passe de 36 milhões para 64 milhões e o número de operações identificadas, de 150 milhões para 470 milhões. Dessa forma, deverão ser registrados no SCR cerca de 99% do valor total das operações de crédito originadas no sistema.

A disponibilização dessas informações, além de promover o aprimoramento da fiscalização e do monitoramento do SFN, amplia a circularização das informações fornecidas pelo BCB, tanto para subsidiar as análises de risco de crédito por parte das instituições financeiras quanto para que mais devedores possam checar a consistência de seus registros existentes no SCR. Ademais, essas informações fornecem melhor subsídio para a implementação de políticas públicas, especialmente aquelas relacionadas com a inclusão financeira e com as iniciativas para conscientizar a população sobre os riscos do excesso de endividamento.

5.9 Informações de dependências e participações societárias no exterior

No atual cenário de internacionalização dos mercados financeiros, as informações sobre dependências e participações societárias no exterior têm alcançado maior relevância, despertando o interesse das autoridades reguladoras e supervisoras. Informações tempestivas e confiáveis representam ingredientes essenciais à adequada supervisão e ao monitoramento das operações realizadas em outras jurisdições e da situação econômico-financeira do grupo como um todo.

Com o objetivo de aprimorar o monitoramento da atuação internacional das instituições financeiras, o BCB editou a Circular nº 3.585, de 15 de março de 2012, estabelecendo procedimentos para a elaboração e remessa de informações relativas às demonstrações contábeis de instituições que tenham dependências ou participações societárias no exterior, com periodicidade trimestral, incluindo posições individuais e consolidadas, por meio de um sistema estruturado em plataforma moderna e compatível com o Cosif.

Anteriormente, as informações contábeis das dependências e participações societárias no exterior eram consolidadas e estruturadas em padrão informático diferente do padrão dos demais documentos Cosif, particularmente no que se refere ao elenco de contas utilizado e ao referencial de moeda para registro dos saldos contábeis. Essa diferença dificultava o cotejamento daquelas informações com os demais demonstrativos financeiros, demandando esforço adicional por parte das unidades responsáveis pela fiscalização no tocante ao acompanhamento das operações realizadas pelas dependências e participações no exterior.

Essa medida beneficia tanto o BCB, no que se refere ao monitoramento do sistema, quanto os integrantes do SFN, ao se considerar a eliminação do ônus de operacionalização e de custos do antigo sistema e os ganhos operacionais decorrentes da unicidade de codificação dos documentos contábeis.

5.10 Recebimento antecipado de exportação

O recebimento antecipado de exportação é uma antecipação de recursos que o exportador brasileiro recebe de pagador no exterior para ser geralmente utilizada no financiamento de sua produção. Até o início deste ano, não havia restrição em relação ao financiador estrangeiro, bem como em relação ao prazo de tal operação.

No entanto, no início de março, o BCB restringiu empréstimos na modalidade recebimento antecipado de exportação às antecipações de recursos a exportadores brasileiros efetuadas pelo próprio importador estrangeiro e limitou tais negócios a 360 dias. O objetivo da medida foi deixar claro que o recebimento antecipado de exportação, com os benefícios tributários decorrentes, está focado no financiamento da produção para exportação de mercadoria ou de serviço, assim como no caso do adiantamento sobre contrato de câmbio, que também tem o prazo de 360 dias. Importante mencionar que as empresas que possuem necessidade de operações de longo prazo continuam tendo a possibilidade de contar com outras formas de se financiar, como por meio de empréstimos diretos externos.

No final do semestre, mais precisamente em junho, a partir da conclusão de que a limitação do prazo em 360 dias é elemento suficiente para disciplinar o uso das operações de recebimento antecipado de exportação, o BCB aprovou circular que voltou a permitir a antecipação dos recursos para o financiamento das exportações por qualquer pessoa jurídica no exterior, inclusive instituições, mantendo-se o prazo máximo de 360 dias para o recebimento antecipado de exportação.

5.11 ACC exportação

Em abril, havia contratos de câmbio de exportação com pendências de embarque ou de prestação de serviços, inclusive em razão de problemas resultantes da crise financeira internacional, quando se verificou interrupção na oferta de linhas de crédito internacionais, desistências de pedidos firmes, renegociação de quantidades, preços e prazos, bem como quebras de contratos comerciais de importadores localizados em países com retração econômica.

Assim, naquele mês, o BCB ampliou o prazo para a realização do embarque ou para a prestação do serviço em determinadas situações, relativamente aos contratos de câmbio celebrados antes da entrada em vigor de referida norma. A prerrogativa é válida, desde que o período entre a contratação e a liquidação do contrato de câmbio não ultrapasse 1.500 dias.

Para as operações de câmbio contratadas após a entrada em vigor da circular, o prazo de embarque não foi alterado, ou seja, é de 360 dias após a contratação da operação de câmbio, observado o prazo de 750 dias entre a contratação e a liquidação do câmbio.

5.12 Novo Sistema Câmbio

O sistema informatizado para o registro das operações de câmbio, no qual são cursados cerca de US$5 bilhões/dia no mercado primário (operações com clientes) e em torno de US$6 bilhões/dia no mercado secundário (operações entre instituições autorizadas) foi modernizado em três níveis: i) base de dados; ii) processamento das informações; e iii) forma de troca de informações entre o BCB e as instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio, como implementação da sistemática de mensageria como meio de transmissão e recepção de dados das operações de câmbio negociadas diariamente nos mercados.

A mudança de plataforma e a adoção da mensageria não só possibilitaram a individualização da tarifação dos serviços relativos ao câmbio pelo BCB, como resultaram em redução da maior parte dos custos de ressarcimento das instituições autorizadas ao Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen). Com isso, foram criadas melhores condições para a padronização de tarifas no mercado de câmbio manual, facilitando a comparação de preços pelos clientes e a escolha da instituição que estiver praticando o menor preço.

Em maio, o BCB editou circular compatibilizando a regulamentação cambial ao novo Sistema Câmbio, como uma das etapas relacionadas ao módulo do sistema destinado ao registro de operações de câmbio interbancárias, que entrou em funcionamento dois meses depois. O módulo relativo ao mercado primário foi implementado em outubro do ano passado.

5.13 Responsabilidade socioambiental das instituições do sistema financeiro

Foram colocadas em audiência pública duas propostas de atos normativos que dispõem sobre a implementação de política de responsabilidade socioambiental das instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, bem como sobre a elaboração e divulgação do relatório de responsabilidade socioambiental por essas instituições.

Considerando a importância do sistema financeiro no processo de alocação de recursos na economia, principalmente para investimentos de longo prazo, a discussão dos aspectos socioambientais constitui elemento relevante para se induzir o movimento de capital para atividades econômicas sustentáveis. Nesse sentido, as experiências evidenciam a importância de se estabelecer um padrão mínimo a ser observado pelas instituições do sistema financeiro no tocante à responsabilidade socioambiental, haja vista falhas de mercado, como assimetria de informações entre as instituições e as partes interessadas, que prejudicam a adoção de práticas do gênero de forma homogênea.

O estabelecimento de padrões mínimos para implantação de política de responsabilidade socioambiental tem por objetivo, em especial, aumentar a eficiência sistêmica, o aprimoramento de aspectos concorrenciais e a necessária transversalidade de políticas públicas, na direção de um

desenvolvimento sustentável – economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto.

De acordo com as propostas, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB devem desenvolver sua política de responsabilidade socioambiental – definida como um instrumento de gestão que considera, de forma integrada, as dimensões econômica, social e ambiental nos negócios e na relação ética e transparente daquelas instituições com as respectivas partes interessadas –, observando o princípio da proporcionalidade, ou seja, a compatibilidade entre a política de cada instituição e o seu porte, a natureza dos seus negócios, a complexidade dos serviços e produtos oferecidos, bem como atividades, processos e sistemas adotados. Essa política deve dispor, ainda, sobre a estrutura de governança para responsabilidade socioambiental e sobre o gerenciamento do risco socioambiental.

Além disso, propõe-se que as ações adotadas no âmbito da política sejam evidenciadas na forma de relatório de responsabilidade socioambiental, tendo em vista conferir maior transparência e disciplina de mercado.

5.14 Novo estatuto e regulamento do Fundo Garantidor de Créditos

Com o objetivo de alinhar ainda mais a rede de proteção do SFN às melhores práticas internacionais, recomendadas pelo BCBS e pela Associação Internacional de Seguradores de Depósitos (IADI), o CMN editou a Resolução nº 4.087, em 24 de maio de 2012, aprovando proposta da assembleia-geral ordinária do FGC para alteração de seu estatuto e de seu regulamento.

Esse novo regramento, além de contribuir para manter o sistema de seguro de depósitos do Brasil entre os mais sólidos, modernos e eficientes do mundo, aumenta a eficácia do FGC no cumprimento de seu papel de contribuir para a manutenção da estabilidade financeira, sem alterar sua característica de associação privada sem fins lucrativos, preservando sua independência em relação ao setor público e ampliando-a em relação à indústria bancária.

Entre outras alterações, cabe mencionar que a nova versão do estatuto moderniza aspectos relevantes da governança do FGC, como a representatividade dos votos das associadas nas deliberações nas assembleias-gerais e o processo de escolha dos membros do conselho de administração, os quais deverão ser aprovados pelo BCB e com ele firmar carta de compromisso de confidencialidade.

Outro destaque merece ser dado à criação de um conselho consultivo para assessoramento ao conselho de administração, a ser formado por profissionais com reconhecidos conhecimentos e experiência nos negócios, operações e atividades desenvolvidas no sistema financeiro.

Trabalhos para Discussão que Versam sobre Estabilidade Financeira

Os Trabalhos para Discussão (TD) não devem ser citados como representando as opiniões do Banco Central do Brasil (BCB). As opiniões expressas nos trabalhos são exclusivamente do(s) autor(es) e não refletem, necessariamente, a visão do BCB.

290. Sailing through the Global Financial Storm: Brazil's recent experience with monetary and macroprudential policies to lean against the financial cycle and deal with systemic risks
Luiz Awazu Pereira da Silva e Ricardo Eyer Harris
Agosto/2012 Resumo Texto completo

289. Financial Stability in Brazil
Luiz A. Pereira da Silva, Adriana Soares Sales e Wagner Piazza Gaglianone
Agosto/2012 Resumo Texto completo

287. Some Financial Stability Indicators for Brazil
Adriana Soares Sales, Waldyr D. Areosa e Marta B. M. Areosa
Julho/2012 Resumo Texto completo

283. The Impact of Market Power at Bank Level in Risk-taking: the Brazilian Case
Benjamin Miranda Tabak, Guilherme Maia Rodrigues Gomes e Maurício da Silva Medeiros Júnior
Junho/2012 Resumo Texto completo

269. Estimating Relative Risk Aversion, Risk-Neutral and Real-World Densities using Brazilian Real Currency Options
José Renato Haas Ornelas, José Santiago Fajardo Barbachan e Aquiles Rocha de Farias
Março/2012 Resumo Texto completo

267. Sudden Floods, Macroprudential Regulation and Stability in an Open Economy
Pierre-Richard Agénor, K. Alper e L. Pereira da Silva
Fevereiro/2012 Resumo Texto completo

Apêndice

Administração do Banco Central do Brasil

Siglas

Administração do Banco Central do Brasil

Diretoria Colegiada

Alexandre Antonio Tombini
Presidente

Aldo Luiz Mendes
Diretor

Altamir Lopes
Diretor

Anthero de Moraes Meirelles
Diretor

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
Diretor

Luiz Awazu Pereira da Silva
Diretor

Luiz Edson Feltrim
Diretor

Sidnei Corrêa Marques
Diretor

Siglas

a.a.	ao ano
ANEF	Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras
APR	Ativos Ponderados pelo Risco
ATA	Ativo Total Ajustado
BB	Banco do Brasil
BCB	Banco Central do Brasil
BCBS	Comitê de Basileia para Supervisão Bancária
BCE	Banco Central Europeu
BEI	Banco Europeu de Investimento
BFRE	*Brazilian Finance & Real Estate S.A.*
BIS	*Bank for International Settlements*
BM&FBOVESPA	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
BM&FBOVESPA – Ações	Câmara de Ações da BM&FBOVESPA
BM&FBOVESPA – Câmbio	Câmara de Câmbio da BM&FBOVESPA
BM&FBOVESPA – Derivativos	Câmara de Derivativos da BM&FBOVESPA
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Bovespa	Bolsa de Valores de São Paulo
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CDB	Certificados de Depósitos Bancários
CDS	*Credit Default Swaps*
Cetip	Cetip S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
CIP	Câmara Interbancária de Pagamentos
CMN	Conselho Monetário Nacional
Copom	Comitê de Política Monetária
Cosif	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
CPC	Contraparte central
CPSS-BIS	*Committee on Payment and Settlement Systems of the Bank for International Settlements*
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
C3	Central de Cessão de Crédito
DI	Depósitos Interfinanceiros
DPGE	Depósito a Prazo com Garantia Especial
DPMFi	Dívida Pública Mobiliária Federal interna
DS	Dívida Subordinada
EAD	Exposição no Momento do Descumprimento
EONIA	*European Overnight Index Swap*
EUA	Estados Unidos da América
FCE	Fluxo de Caixa Estressado

FGC	Fundo Garantidor de Créditos
Fed	*Federal Reserve*
Fipezap	Índice Fipezap de Preços de Imóveis Anunciados
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPR	Fator de Ponderação de Risco
FPR[78]	Fatores Primitivos de Risco
FPR-m	Fator de ponderação de risco médio
FSAP	*Financial Sector Assesment Program*
FSA	*Financial Sector Assesment*
FSI	*Financial Stability Indicator*
FSSA	*Financial Sector Stability Assesment*
IADI	Associação Internacional de Seguradores de Depósitos
IB	Índice de Basileia
Ibovespa	Índice da Bolsa de Valores de São Paulo
IC	Intervalos de confiança
IED	Investimento estrangeiro direto
IF	Instituição Financeira
IHCD	Instrumentos híbridos de capital e dívida
IHH	Índice de Herfindahl-Hirschman
IIF	*Institute of International Finance*
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IOSCO	Organização Internacional de Comissões de Valores
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IRB	*Internal Ratings Based*
LCA	Letra de Crédito do Agronegócio
LCI	Letra de Crédito Imobiliário
LGD	Perda Dado o Descumprimento
LF	Letras Financeiras
LFS	Letras Financeiras Subordinadas
LT	Liquidez Total
LTV	*Loan-to-value*
M	Prazo Efetivo de Vencimento
MSCI	*Morgan Stanley Capital International*
OICU-IOSCO	*Technical Committee of the International Organization of Securities Commissions*
OIS	*Overnight Index Swap*
p.b.	Pontos base
PD	Probabilidade de Descumprimento
P_{CAM}	Parcela de requerimento de capital para risco de taxas de câmbio
P_{EPR}	Parcela do Patrimônio de Referência Exigido referente às exposições ponderadas por fator de risco
p.p.	Ponto percentual
P_{JUR1}	Referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real
P_{JUR2}	Referente às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras
P_{JUR3}	Referente às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços
P_{JUR4}	Referente às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de taxa de juros

78/ Utilizada com este significado no capítulo 3.

PF	Pessoas físicas
PIB	Produto Interno Bruto
PIMF	Princípios para Infraestruturas do Mercado Financeiro
PJ	Pessoas jurídicas
PL	Patrimônio Líquido
PLA	Patrimônio Líquido Ajustado
PR	Patrimônio de Referência
PRE	Patrimônio de Referência Exigido
RAET	Regime de Administração Especial Temporária
RC4	Razão de concentração dos quatro maiores
RC10	Razão de concentração dos dez maiores
REF	Relatório de Estabilidade Financeira
RFL	Risco Financeiro Líquido
RSFN	Rede do Sistema Financeiro Nacional
RSPL	Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido
SCR	Sistema de Informações de Crédito
SFN	Sistema Financeiro Nacional
Selic	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
Siloc	Sistema de Liquidação Diferida das Transferências Interbancárias de Ordens de Crédito
Sisbacen	Sistema de Informações do Banco Central
Sitraf	Sistema de Transferência de Fundos
SPB	Sistema de Pagamentos Brasileiro
STR	Sistema de Transferência de Reservas
TD	Trabalhos para Discussão
TED	Transferências Eletrônicas Disponíveis
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
TPB	Taxa Preferencial Brasileira
TR	Taxa Referencial
TVM	Títulos e Valores Mobiliários
VaR	*Value-at-Risk* (Valor em Risco)

Anexo

Conceitos e Metodologias

a) Ativo Total Ajustado (ATA): composto pelo Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e pelo Permanente, com balanceamento e reclassificação de rubricas ou grupos de rubricas. Os balanceamentos são os das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Relações Interfinanceiras, Relações Interdependências, Carteira de Câmbio e Devedores por Depósitos em Garantia. As reclassificações estão na Carteira de Câmbio e no Arrendamento Mercantil.

b) Ativos contingentes: são compostos por créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura, direitos sobre folha de pagamento, e ativos permanentes diferidos e outros ativos intangíveis.

c) Ativos de renda de intermediação financeira: são compostos pelas seguintes operações de crédito – Empréstimos e Títulos Descontados, Financiamentos, Financiamentos Rurais e Agroindustriais, Financiamentos Imobiliários, Aquisição de Direitos Creditórios de Operações de Crédito, Cessão de Operações de Crédito, Pré-Arrendamento, Arrendamento Mercantil, Repasses Interfinanceiros, Operações de Câmbio com Características de Crédito, Outros Ativos com Características de Crédito, Créditos em Liquidação, Outros Créditos em Liquidação, Direitos a Receber de Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros, Prêmio ou Desconto em Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros.

d) Balanceamento: prática que permite apurar o saldo líquido entre componentes patrimoniais ou entre componentes de resultado, com saldo de natureza contrária, que se correlacionem.

e) *Floating*: os ganhos/perdas com *floating* foram estimados com base nas operações sensíveis à taxa de juros. Na parte passiva, foram considerados os depósitos não remunerados, as obrigações fiscais e previdenciárias, as provisões para passivos contingentes e o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA). A parte ativa, por sua vez, inclui reservas compulsórias não remuneradas no Banco Central do Brasil (BCB), despesas antecipadas, crédito tributário, depósitos em garantia e ativo permanente. Obteve-se o valor líquido entre ativos e passivos (um menos o outro) e, sobre esse valor, aplicou-se o percentual de 1% para obter o efeito da variação anual de um ponto percentual na taxa Selic.

f) Índice de Basileia: conceito internacional definido pelo Comitê de Basileia que recomenda a relação mínima de 8% entre o Patrimônio de Referência (PR) e o Patrimônio de Referência Exigido (PRE). No Brasil, a

relação mínima exigida é dada pelo fator "F", de acordo com a Resolução nº 3.490, de 29 de agosto de 2007, do Conselho Monetário Nacional (CMN), e com a Circular nº 3.360, de 12 de setembro de 2007, do BCB. Deve-se observar o valor de 0,11 (onze centésimos) para instituições financeiras e para as demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, exceto para as cooperativas de crédito singulares não filiadas a cooperativas centrais de crédito.

g) Índice de liquidez: razão entre a liquidez total (LT) e o fluxo de caixa estressado (FCE).

h) Liquidez Total: recursos líquidos disponíveis para cada conglomerado/instituição honrar seu fluxo de caixa estressado dos próximos 30 dias. A Liquidez Total é o somatório dos Ativos de Alta Liquidez, Compulsório Liberado e Recursos Suplementares:

   i. Ativos de Alta Liquidez: incluem Títulos Públicos Federais (TPF), excedente de garantias em bolsas, ações Ibovespa, cotas de fundos de investimento, folga de caixa e margem de compulsório:

      a. Títulos Públicos Federais em poder da instituição compreendem o montante em poder da instituição nas posições livre ou recebido como lastro de operações compromissadas (posição doadora/bancada) e o montante excedente do valor depositado em garantia nas câmaras de negociação (somente se TPF).

      b. Valor presente do estoque de ações que fazem parte do índice Ibovespa.

      c. Valor presente de cotas dos fundos de investimento regulados pela Instrução Normativa CVM 409.

      d. Folga de caixa compreende a diferença entre o saldo da conta Caixa e o encaixa mínimo obrigatório.

   ii. Compulsório Liberado: montante de depósito compulsório que será retornado à instituição em decorrência da saída de depósitos estimada no fluxo de caixa estressado.

   iii. Recursos suplementares: outras opções para realização de caixa no horizonte do cenário.

      a. Títulos privados: CDB, RDB, DI, posições ativas em estratégias de BOX, posições doadoras em operações compromissadas lastreadas em títulos privados, DPGE (após o prazo de carência para resgate antecipado) com vencimento superior ao horizonte de 30 dias.

      b. Cotas de fundos menos líquidas: cotas seniores de fundos de investimentos em direitos creditórios ou de investimento em cotas desses fundos, regidos pela Instrução Normativa CVM 356.

      c. Potencial para cessão de créditos: montante de recursos a serem obtidos por meio de cessão da carteira de créditos, estimada com base nos critérios passíveis de serem adquiridos pelo FGC.

      d. Disponibilidades no exterior.

i) Fluxo de Caixa Estressado: estimativa do montante de recursos que as instituições necessitariam dispor no horizonte de 30 dias, sob o cenário de estresse. As análises consideram o perfil dos depósitos, perspectivas de resgate antecipado, análise do estresse de mercado, fluxo contratado e demais ativos e obrigações.

   i. Perfil dos depósitos: estima o valor necessário para cobrir a possibilidade de saque de clientes em depósitos, poupança, operações de box, títulos de emissão própria e operações compromissadas sem TPF.

ii. Resgate antecipado: estimativa do valor necessário para cobrir a possibilidade de solicitação de resgate antecipado das posições passivas efetuadas com as três maiores contrapartes de mercado.

iii. Estresse de mercado – cenário de crise: estima o valor necessário para cobrir perdas decorrentes do impacto de oscilações de mercado (todos os fatores de risco considerados para cálculo de capital) nas posições de ativos líquidos ou naquelas que podem gerar saída de recursos da instituição. As perdas compreendem:

   a. Chamadas adicionais de margem de garantias depositadas em câmaras.

   b. Desembolsos em posições de mercados derivativos em virtude de pagamentos de ajustes ou liquidação de contratos vincendos no horizonte do cenário de estresse.

   c. Perda de valor de ativos líquidos.

iv. Fluxo contratado: vencimentos e ajustes de posições em derivativos e posições ativas e passivas com agentes de mercado, com vencimento dentro do horizonte do cenário.

v. Demais passivos e obrigações: resgate de outras posições passivas e obrigações não monitoradas diariamente, compreendendo captações no exterior, outros passíveis exigíveis, linhas de crédito concedidas e não utilizadas, créditos concedidos a liberar, acordos de compra de créditos e outros compromissos.

j) Segmentação por porte: o porte da instituição financeira é determinado considerando-se o ativo total ajustado, calculado de forma consolidada. As instituições financeiras cuja participação relativa no total dos ativos exceda a 15% são consideradas de grande porte e são retiradas do rol de instituições a serem classificadas. As instituições restantes são classificadas em ordem decrescente de participação, e o porte é obtido por meio dos seguintes critérios:

   i. as instituições que compõem a faixa de 0% a 75%, inclusive, do montante de participação acumulada no total de ativos do Sistema Bancário são consideradas de grande porte;

   ii. as instituições que compõem a faixa entre 75% e 90%, inclusive, de participação acumulada são consideradas de médio porte;

   iii. as instituições que compõem a faixa entre 90% e 99%, inclusive, são consideradas de pequeno porte; e

   iv. as demais instituições, que compõem a faixa acima de 99% até 100%, são consideradas de microporte.

k) Margem de crédito bruta: obtida pela diferença entre a razão das rendas de operações de crédito e a média anual de operações de crédito e a razão entre as despesas de captação e a média anual de captações.

Conceitos e Metodologias – Estresse de capital

Os testes de estresse de capital são utilizados para estimar as potenciais perdas e a nova exigência de capital das instituições financeiras causadas por grandes oscilações nas taxas de juros e câmbio (risco de mercado) e pelo aumento do risco de crédito. Para cada cenário de estresse, são calculados o novo Índice de Basileia (IB) e a relevância das instituições que ficariam desenquadradas e/ou tecnicamente insolventes. A relevância é calculada com base na representatividade do ATA da instituição em relação ao universo analisado. O desenquadramento

acontece quando o PR fica menor que o PRE. A insolvência é definida como a situação em que a perda resultante do choque é superior ao PLA da instituição.

Estresse para risco de mercado

Todas as posições sujeitas à variação de taxas de juros (taxas de juros prefixadas e taxas dos cupons de moedas estrangeiras, índices de preços e taxa de juros) classificadas na carteira de negociação são estressadas. As posições por vértices (21 a 2.520 dias úteis) são recalculadas após a aplicação dos choques, e o impacto financeiro sobre o patrimônio é avaliado. Além do impacto sobre o patrimônio, as posições estressadas classificadas na carteira de negociação originam novas parcelas de requerimento de capital para risco de taxas de juros (P_{JUR1}, P_{JUR2}, P_{JUR3}, P_{JUR4}). No caso das taxas prefixadas (P_{JUR1}), a cada curva de juros gerada por um choque, novos parâmetros regulamentares de exigência de capital são calculados.

Tanto o impacto financeiro sobre o patrimônio quanto a nova parcela de requerimento de capital (P_{CAM}) provocados por oscilações das taxas de câmbio são calculados pela aplicação das taxas estressadas sobre a exposição regulamentar. Assume-se que as posições detidas em todas as moedas seguem as oscilações percentuais ocorridas para o cenário de estresse do dólar.

Estresse para risco de crédito

a) *Ad hoc*

O cenário *ad hoc* utilizado para o aumento do risco de crédito consiste no rebaixamento de dois níveis nas classificações de crédito das carteiras de cada instituição financeira. O aumento de provisão é obtido pela diferença entre a nova necessidade de provisão e a provisão constituída pela instituição. Em seguida, calcula-se o efeito do aumento de provisão sobre o PR e sobre o PRE e, consequentemente, apura-se o impacto sobre o IB e a solvência da instituição. A possibilidade de se constituir crédito tributário em função da não dedutibilidade das despesas com provisão é considerada nos cálculos.

b) Macroeconômico

O cenário macroeconômico é obtido por meio de um modelo de vetor autorregressivo (VAR) que considera o Produto Interno Bruto (PIB), a taxa de câmbio, a taxa de juros dos DI e a taxa de juros norte-americana. Para os cenários de estresse, foram considerados intervalos de confiança (IC) unilaterais no nível de significância de 5%.

Os resultados obtidos a partir do modelo VAR são aplicados em dois modelos de painéis dinâmicos. Um deles estima o estoque de créditos em atraso acima de noventa dias e o outro estima a carteira de crédito das instituições financeiras.

Com base nessa estimativa de créditos em atraso, calcula-se o aumento de provisão necessário. Ajustam-se o PR e o PRE para a nova provisão e, por fim, recalcula-se o IB contemplando a constituição de créditos tributários.